



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Inês Cipriano Morais

CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA LOCAL E DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

O CASO DA ARTE NOVA EM AVEIRO

Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro e pelo Professor Doutor Saul António Gomes Coelho da Silva, apresentado ao Conselho de Formação de Professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

CONTRIBUTOS DA HISTÓRIA LOCAL E DO PATRIMÓNIO CULTURAL PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

O CASO DA ARTE NOVA EM AVEIRO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho
Título

Subtítulo

Autor/a

Orientador/a(s)

Júri

Identificação do Curso

Especialidade/Ramo

Data da defesa

Classificação do Relatório

Classificação do Estágio e
Relatório

Relatório de Estágio

**Contributos da História Local e do Património Cultural
para o ensino da História**

O caso da Arte Nova em Aveiro

Inês Cipriano Moraes

Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro

Doutor Saul António Gomes Coelho da Silva

**Presidente: Doutor Alexandre Guilherme Barroso Matos
Franco Sá**

Vogais:

1. Doutora Clara Isabel Calheiros da Silva de Melo Serrano

2. Doutor Saúl António Gomes Coelho da Silva

**2º Ciclo em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico
e no Ensino Secundário**

Ensino de História

26-10-2022

17 valores

16 valores



Agradecimentos

Reserva-se este espaço para agradecer a todas as pessoas que apoiaram e acompanharam o meu percurso escolar.

Em primeiro lugar, agradeço à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela formação académica que me forneceu ao longo de 5 anos. Agradeço de igual forma, à Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro, ao Professor Doutor Saúl Gomes e ainda à Professora Doutora Sara Dias Trindade por todo o rigor, orientação, conselhos e disponibilidade, pois sem a sua ajuda nada disto seria possível.

Agradeço também à Escola Secundária José Estêvão e a toda a comunidade escolar pela forma carinhosa como o grupo de estágio foi recebido, em especial à Professora Orientadora Aida Neves pela confiança depositada e por toda a ajuda ao longo do estágio. À colega de estágio, Sandra Esperança, por partilhar esta jornada comigo. O meu muito obrigado aos meus primeiros alunos que me deram a confiança necessária para seguir este caminho. Ficarão eternamente no meu coração.

Agradeço a todos os meus amigos, mas em especial à Inês Soares, amiga de longa data, que percorreu comigo esta caminhada, um enorme obrigada por tudo; à Cristiana Silva pela grande amizade, por me ouvir e motivar; e à Ana Abrantes por todo o apoio diário e palavras amigas.

Para terminar, como não poderia deixar de ser, dedico um especial obrigada à minha família, aos meus pais, por proporcionarem a minha formação académica e por acreditarem em mim, mesmo quando eu não acreditava. À minha irmã e ao Nelson, pelo carinho e pelas palavras de apoio nos momentos mais difíceis. Todo o trabalho investido neste “*meu sonho*” a vós o dedico, pois não é apenas um “sucesso” meu, mas vosso também.

Resumo

O relatório realizado suporta a Prática Pedagógica Supervisionada desenvolvida no âmbito do Mestrado de Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que teve como propósito desenvolver capacidades fundamentais para a profissão de docente. Assim sendo, pretendeu-se com o primeiro capítulo descrever e refletir sobre as atividades realizadas e a evolução enquanto docente ao longo deste percurso.

A aplicação do estudo da História Local e do Património Cultural em ambiente escolar demonstra grandes potencialidades para fomentar a consciência histórica do aluno, por essa razão, é aconselhada a sua aplicação nos documentos oficiais do sistema de ensino português. A conjugação destes fatores criou a oportunidade para desenvolver um estudo com uma turma do 11º ano de História da Cultura e das Artes da Escola Secundária José Estêvão, tendo como questão de investigação: *Perceber se a História Local e o Património Cultural influencia o modo como os alunos compreendem História e como objetivos específicos; Verificar em que medida a utilização da História Local e do Património Cultural pode contribuir para uma melhor aplicação de conhecimentos a novas situações; Verificar se a aplicação da História Local e do Património Cultural se manifesta numa maior motivação; e por último, Avaliar se as aulas de campo promovem o aumento de motivação nos alunos.*

Para dar resposta à questão de investigação e aos objetivos delineados desenhou-se uma proposta didática, que articulou a Arte Nova em Aveiro como expressão de Património Cultural em contexto de ensino e aprendizagem da História da Arte. De modo a aproximar os alunos da temática, propôs-se como aplicação didática uma visita ao Museu de Arte Nova de Aveiro e a observação e análise dos edifícios pelas ruas da cidade.

Os resultados deste relatório têm por base a recolha de dados através de trabalhos escritos e práticos realizados pelos estudantes e, ainda, três questionários que permitiram averiguar as conceções iniciais e finais dos alunos relativamente aos conceitos abordados em aula, nomeadamente os conceitos de “História Local” e “Património Histórico”, assim como compreender a relevância das visitas de estudo para a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: História Local; Património Cultural; Educação Patrimonial; Aulas de Campo; Arte Nova

Abstract

Contributions of Local History and Cultural Heritage to the teaching of History. Art Nouveau in Aveiro.

The report carried out supports the Supervised Pedagogical Practice developed within the scope of the master's degree in History Teaching in the 3rd Cycle of Basic Education and in Secondary Education at the Faculty of Arts of the University of Coimbra, which aimed to develop fundamental skills for the teaching profession. Therefore, it was intended with the first chapter to describe and reflect on the various activities carried out and the evolution as a teacher along this path.

The application of the study of Local History and Historical-Cultural Heritage, in a school environment, can enhance the historical awareness of the student. For this reason, the official documents of the Portuguese education system advise its importance. These factors created the opportunity to develop a study with a class of the 11th grade of History of Culture and the Arts in Escola Secundária José Estêvão, with the main topic of research: "Understanding how Local History/Historical Heritage influences the way students comprehend History" and as specific goals "To verify in which measure the use of Local History and Cultural Heritage may contribute to a better application of knowledge in new environments"; "To examine if the application of Local History/Historical-Cultural Heritage manifests as a motivating factor to the students" and lastly "To evaluate the impact of field trips in student motivation".

To answer the main topic of research and its goals, a didactic proposition was created, which portrayed Art Nouveau in Aveiro as an expression of Historical-Cultural Heritage in a context of teaching Art History. To connect the students with the topic it was proposed, as a didactic application, a visit to the Art Nouveau Museum as well as the observation and analysis of buildings in this artistic style through the streets of Aveiro.

The results of this study are based on the collection of all data, through written and practical work carried out by the students as well as three surveys. This allowed to certify the initial and final conceptions of the students regarding the concepts covered in classes, such as "Local History" and "Historical Heritage".

Keywords: Local History; Historical-Cultural Heritage; Heritage Education; Field trips; Art Nouveau.

Índice

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract	III
Introdução.....	1
Capítulo I – O Estágio Pedagógico	3
1.1. A Escola Secundária José Estêvão	3
1.2. Caracterização das turmas	4
1.3. Reflexão sobre a Prática Pedagógica Supervisionada	6
Capítulo II - Enquadramento Teórico	11
2.1. A História local	11
2.2. Património Cultural	14
2.2.1. Património e Legislação	15
2.3 A História Local e o Património Cultural no currículo da disciplina de História	18
2.4. Potencialidades da História Local e do estudo do Património cultural no contexto escolar	21
2.5. Visitas de estudo e aulas de campo	25
2.5.1. Potencialidades da aula de campo:	28
Capítulo III – O estudo: A Arte Nova. Exploração a partir de uma perspetiva local - o caso de Aveiro.....	30
3.1. Questão de Investigação e objetivos.....	35
3.1.1. Metodologia e Recolha de dados.....	35
3.2. Breve caracterização da turma.....	37
3.3. Implementação do projeto didático	37
3.4. Apresentação, análise e interpretação dos resultados	45
3.4.1. Questionário Inicial	45
3.4.2. Questionário sobre a aula lecionada no Museu de Arte Nova.....	56
3.4.3. Observação e análise dos trabalhos escritos e práticos.....	63
3.4.4. Questionário Final	69
Conclusão	75
Bibliografia.....	79
Documentos oficiais e Legislação:.....	82

ANEXOS.....	84
Anexo I – Plano Individual de Formação.....	85
Anexo II – Exemplo de Planificação.....	88
Anexo III – Exemplo de uma Ficha de Avaliação	91
Anexo IV – Cartaz “Eu passei pelas cadeias da P.I.D.E”	92
Anexo V – Cartaz “Os desafios do Ensino do Holocausto no século XXI”	93
Anexo VI – Peddy Paper;.....	94
Anexo VII – Primeiro Questionário	95
Anexo VIII – Segundo Questionário.....	97
Anexo IX – Terceiro Questionário	99
Anexo X – Planificação do Projeto Didático	101
Anexo XI - <i>PowerPoint</i> referente à primeira aula de Arte Nova;.....	104
Anexo XII – Plano de Aula de 16 de março.....	105
Anexo XIII – Guião proposto para a aula de campo	108
Anexo XIV– Guião proposto para o trabalho escrito.....	109
Anexo XV – Lista Bibliográfica	111

Introdução

O presente relatório desenvolveu-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, tendo sido resultado da Prática Pedagógica Supervisionada.

Como aveirense a desenvolver estágio na terra natal foi considerado fundamental o estudo da História Local e do Património Cultural para um maior sentimento de pertença e inserção na comunidade. No decorrer deste ano letivo, sempre que possível, ambicionou-se criar uma ligação entre os conteúdos lecionados e a História Local/Património Cultural, aproximando os jovens aveirenses à História e ao Património que os rodeia, colmatando assim a atual sobreposição da história nacional e europeia à local.

O relatório apresentado foi aplicado a uma turma do 11º ano de História da Cultura e das Artes, da Escola Secundária José Estêvão, em Aveiro. A proposta didática pretendeu conciliar o Módulo 8: *“A cultura da Gare - A velocidade impõe-se”* do programa curricular, no qual se aborda a temática da Arte Nova, com a História e o Património Local. Uma vez que Aveiro é considerada Cidade-Museu de Arte Nova, título reconhecido mundialmente pelo *Réseau Art Nouveau*, pareceu-nos fundamental levar os alunos ao encontro do Património e da História da sua cidade. Assim, a escolha deste tema prendeu-se com a vontade de mostrar aos estudantes que tudo o que os rodeia pode ser História, incluindo a sua cidade, na esperança que preservem o seu património e compreendam que a História não se encontra apenas nos grandes monumentos.

A proposta didática incidiu numa Aula de Campo, na qual os discentes tiveram oportunidade de observar alguns dos edifícios de referência de Arte Nova e as suas características previamente referidas em aula. Tendo por base esta aula, foi proposto aos alunos a sua organização por grupos para a realização de um trabalho escrito de pesquisa e também um trabalho artístico com objetivo de motivar e conciliar os seus interesses, visto serem uma turma do Curso de Artes Visuais.

Ao longo do presente trabalho pretendeu-se compreender e examinar os contributos pedagógicos da introdução da História Local e do Património Cultural, no ensino da História. Desse modo, a principal questão de investigação foi: *Perceber se a utilização da História Local e do Património Cultural influencia o modo como os alunos compreendem História*, tendo como objetivos específicos: *Verificar em que medida a utilização da História Local e do*

Património Cultural pode contribuir para uma melhor aplicação de conhecimentos a novas situações; Verificar se a aplicação da História Local e do Património Cultural se manifesta numa maior motivação na aprendizagem e por último Avaliar se as visitas de estudo e aulas de campo promovem o aumento de motivação nos alunos.

No primeiro capítulo procedeu-se à descrição e caracterização da escola e das turmas com as quais se desenvolveu a Prática Pedagógica Supervisionada, concluindo com uma reflexão sobre o estágio pedagógico e percurso formativo.

No capítulo seguinte pretendeu-se realizar o enquadramento teórico, tratando conceitos, como: “História local”, “Património Histórico-cultural” e “visitas de estudo e aulas de campo” e os benefícios destes para o desenvolvimento da compreensão histórica.

No terceiro capítulo pretendeu-se realizar uma síntese bibliográfica acerca da Arte Nova em Aveiro, em interligação com o conteúdo programático a trabalhar na proposta didática. No último capítulo foi desenvolvida a questão de investigação, os objetivos, a metodologia utilizada, os recursos pedagógicos e o procedimento realizado para a aplicação desta proposta.

Por fim foram apresentados e analisados os resultados, estabelecidas comparações e retiradas ilações, refletindo sobre os desafios encontrados e propostas de melhoria ao trabalho desenvolvido.

Capítulo I – O Estágio Pedagógico

Neste capítulo pretendeu-se relatar a experiência sobre o primeiro contacto com a docência. Em primeiro lugar realizou-se a caracterização da escola onde decorreu o estágio, assim como uma descrição das turmas sobre as quais recaiu a prática pedagógica.

Por último, e em modo de conclusão do capítulo, realizou-se uma reflexão sobre todo o trabalho desenvolvido, desde a prática pedagógica às atividades extracurriculares.

1.1. A Escola Secundária José Estêvão

O estágio pedagógico decorreu na Escola Secundária José Estêvão, situada no centro de Aveiro, na Avenida 25 de abril. Trata-se de uma escola de prestígio na região, nomeadamente devido à excelente qualidade de ensino-aprendizagem. Destaca-se pelo número elevado de alunos, assim como pela grande oferta formativa.

A Escola Secundária José Estêvão, antigo Liceu de Aveiro é uma centenária instituição fundada em 1851, ao abrigo do art. 46º do decreto de 20 de setembro de 1844, que pretendia pela mão de Costa Cabral edificar “*um Liceu em cada uma das capitais dos Distritos e Dioceses do Reino*”¹. Sendo assim, esta é uma das mais velhas escolas do país.

O seu patrono, José Estêvão, considerado o principal responsável pela construção do Liceu, foi um ilustre aveirense que se destacou pela sua personalidade multifacetada como jornalista, professor, advogado, soldado e político.

Em 2011, a escola foi alvo de uma intervenção, que teve como objetivo a melhoria das suas condições físicas, o que proporcionou à comunidade escolar instalações mais modernas, salas de aula adequadas, um museu, uma sala polivalente e várias salas de artes.

O Agrupamento de Escolas José Estêvão (AEJE) foi criado a 1 de abril de 2013 e é composto pela Sede do Agrupamento, a Escola Secundária José Estêvão; a Escola Básica de 1º, 2º e 3º ciclos de São Bernardo; o Centro Educativo de S. Bernardo; o Centro Educativo do Solposto; o Centro Educativo da Presa; o Centro Educativo dos Areais; e a Escola Básica de 1º ciclo de Areias de Vilar.

Apresenta-se como uma unidade de gestão relativamente nova e com uma área geográfica abrangente. Apesar da maioria da população estudantil ser residente nas freguesias

¹ Escola Secundária José Estêvão, Aveiro - Secretária-geral da Educação e Ciência - Archeevo (mec.pt)

onde estão sediadas as diferentes escolas, a Sede do Agrupamento acolhe alunos oriundos de concelhos distantes, como é exemplo Águeda, Ovar, Vagos e até Mira, devido à sua oferta formativa nas Artes Visuais.

Segundo dados da própria instituição, referentes a 2019, o Agrupamento de Escolas José Estêvão era composto por 2840 alunos, 242 docentes e 63 elementos de pessoal não docente, uma “família” grande, mas acolhedora. Tendo em conta a oferta educativa, o agrupamento abrange todos os níveis de ensino: Pré-Escolar, 1.º CEB, 2.º CEB, 3.º CEB, Secundário e Cursos Profissionais, em regime diurno e noturno.

Por último, resta mencionar que a missão do AEJE é “*assegurar a formação e o desenvolvimento pessoal e social do Aluno tendo como base uma matriz humanista, de inclusão, assente em práticas solidárias e sustentáveis*”, com objetivo de preparar os alunos para o futuro, como cidadãos proactivos e com responsabilidade cívica².

1.2. Caracterização das turmas

Para compreender o contexto em que foi realizado o estágio pedagógico, para além da caracterização da escola é também essencial a descrição das turmas. No ano letivo de 2021/2022, a Professora Orientadora Aida Neves tinha a seu cargo a lecionação de 4 turmas: uma turma do 8º ano com um bloco de noventa minutos por semana; e duas turmas do 11º ano de História da Cultura e das Artes e ainda uma turma do 12º ano de História A, cada com três blocos semanais.

Por conseguinte, definiu-se que o Núcleo de Estágio teria de assegurar a lecionação rotativa da turma do 8º ano, ficando ainda designado a cada professora estagiária a lecionação frequente de uma turma de História da Cultura e das Artes. Além disso, a professora estagiária teve ainda a oportunidade de lecionar algumas aulas à turma do 12º ano e quando se mostrou oportuno foram ainda realizados pares pedagógicos com a professora titular.

Neste ponto serão descritas as respetivas turmas, à exceção da turma onde foi aplicada a prática pedagógica, sendo a sua caracterização realizada mais adiante.

A turma do 8º ano era constituída por 28 alunos, 18 raparigas e 10 rapazes, tendo a média da turma 13 anos de idade. Relativamente ao aproveitamento da turma no ano transato foi considerado médio alto, visto que nenhum elemento da turma apresentou nível inferior a 3 a todas as disciplinas. Sendo que, 12 destes alunos obtiveram a todas as disciplinas o nível de

² [Educadores e Professores - Home Page \(aeje.pt\)](http://educadores.e-professores-home-page(aeje.pt))

4 e 5. Posto isto, esta foi uma turma onde foi possível ir além do manual escolar, uma vez que, os alunos demonstraram ter bases sólidas de conhecimento, grande capacidade de seguir o fio condutor da matéria e até colocar questões complexas.

No entanto, alguns elementos da turma mostravam-se desinteressados em momentos expositivos, pelo que se revelou motivador a utilização diversificada de recursos tecnológicos, como o *Quizizz* e *Kahoot!*, principalmente no final de cada aula, com o intuito de consolidar conhecimentos.

A turma é muito heterogénea, apresentando alunos com grande facilidade em obter sucesso académico e alunos com algumas dificuldades, usufruindo, por isso, de medidas universais e coadjuvação às disciplinas de Matemática, Português e Geografia.

Em jeito de conclusão, consideramos que a turma do 8º ano se revelou uma turma de excelência, participativa e interessada. Na generalidade das aulas, manteve um comportamento exemplar, reunindo condições favoráveis para o bom funcionamento das aulas e para estimular a curiosidade dos alunos.

A turma do 11º X de História da Cultura e das Artes é composta por 28 alunos, 24 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Relativamente ao aproveitamento da turma é considerado suficiente, apresentando-se como uma turma apática, pouco trabalhadora e desinteressada. De modo a corrigir as dificuldades, pelo menos 18 alunos encontram-se inseridos no Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, a disciplinas como Língua Portuguesa, Inglês e Geografia.

Apesar do seu comportamento satisfatório foi observado um certo distanciamento imposto pelos alunos, durante todo o primeiro semestre, que prejudicou de alguma forma a lecionação.

A turma do 12º ano provém da anterior junção de duas turmas, sendo composta por 27 alunos, tendo a meio do primeiro semestre dado entrada um aluno, já conhecido dos seus colegas. Mais uma vez, predominam os elementos do sexo feminino (19) em detrimento do sexo masculino (9), tendo esta turma uma idade média de 17 anos. Relativamente ao aproveitamento escolar pode-se afirmar que, pelo menos, 6 alunos ficaram retidos em anos anteriores.

Apesar de se revelar uma turma pouco participativa e que fica aquém das expectativas dos professores, uma vez que realizam as tarefas com alguma lentidão, acreditamos que no que toca ao empenho académico é uma turma com potencial.

A turma demonstra também algumas discrepâncias de aprendizagem, mas apenas dois estudantes usufruem de Medidas Seletivas de Suporte à Aprendizagem.

O comportamento é considerado bom, uma vez que não se verificaram grandes incidentes. Na generalidade, esta foi sempre uma turma de trato bastante afável, apesar de serem alunos faladores.

Em conclusão, podemos afirmar que o comportamento, a participação e o empenho académico é satisfatório. A turma do 8º ano surpreendeu pela positiva, registando participações com imensa qualidade, ao passo que a turma do 11ºX e 12º ano se mostravam mais reticentes a participar de forma recorrente. Quanto ao comportamento das turmas não se verificaram problemas de maior, em nenhuma delas. Todas as turmas apresentavam um desempenho académico com resultados positivos, salvo raras exceções. Destaca-se, mais uma vez a turma do 8º ano, que surpreendeu pela positiva, tendo 10 dos seus alunos no Quadro de Excelência da escola.

1.3. Reflexão sobre a Prática Pedagógica Supervisionada

Concluída a Prática Pedagógica Supervisionada, julgamos relevante refletir sobre o trabalho desenvolvido e as aprendizagens adquiridas ao longo deste ano letivo. No entanto, pôr por palavras toda a experiência é uma tarefa bastante complexa, uma vez que o estágio para além de fornecer os primeiros passos em direção à carreira de docente, permitiu confirmar o gosto pela profissão.

No dia seguinte ao primeiro contacto com a Professora Orientadora Aida Neves, tivemos o gosto de ir conhecer a Escola Secundária José Estêvão em Aveiro, que nos haveria de receber de braços abertos, havendo ainda a oportunidade de conhecer as diferentes turmas, com as quais iríamos trabalhar o resto do ano letivo. Na companhia da colega Sandra Esperança iniciámos o estágio pedagógico em finais do mês de setembro, tendo terminado na segunda semana de junho de 2022.

Durante as primeiras sessões do núcleo houve a especial preocupação em inteirar as professoras estagiárias das diferentes especificidades das turmas e de alguns alunos em particular. Ficou ainda estabelecido nas primeiras sessões, que devido à distância entre a Escola e Universidade, as professoras estagiárias assistiriam apenas às aulas de terça, quinta e sexta-feira, de modo a poderem ter contacto com todas as turmas, pelo menos uma vez por semana. Sendo assim, as professoras estagiárias tiveram a oportunidade de assistir e de lecionar em dois ciclos diferentes, o que requereu cuidados distintos.

Após a primeira semana de adaptação, na qual tivemos a oportunidade de conhecer as dinâmicas das turmas e de assistir atentamente às aulas lecionadas pela Professora Orientadora, foi-nos pedido que garantíssemos a lecionação de uma das turmas do 11º ano de HCART e que em conjunto com a colega de estágio, de forma rotativa assegurássemos as aulas do 8º ano. Apesar de não ter ocorrido com tanta frequência como nas restantes turmas, foi possível lecionar algumas aulas à turma do 12º ano de História A, em parceria pedagógica com a Professora Orientadora.

Nos dias seguintes, foi definido o Plano Individual de Formação³, no qual nos comprometemos a realizar um conjunto de atividades letivas e extralectivas, que foram cumpridas com sucesso ao longo do ano letivo.

O primeiro contacto com a docência ocorreu a 15 de outubro à turma do 8ºano, em parceria com a colega de estágio, permitindo assim a ambas uma maior segurança perante a turma. Nesta primeira aula, em que cada professora dispôs de 45 minutos, ficou claro que haveria um longo caminho a percorrer, tendo sido detetado algum receio em falar em público, de utilizar vocabulário demasiado complexo e algumas falhas no aproveitamento dos recursos pedagógicos.

A meio do primeiro semestre verificaram-se alguns receios, como a dificuldade de gerir o tempo ou de adaptação às necessidades de cada turma, que levaram ao questionamento das minhas aptidões para a profissão. Todos estes receios, culminaram na necessidade de uma maior preparação científica e pedagógica para cada aula.

Portanto, as primeiras aulas foram minuciosamente planeadas, junto da professora titular, adquirindo por vezes um método mais expositivo, como forma de colmatar todos esses receios. Infelizmente, passar de um Método Expositivo para uma abordagem mais construtivista da aprendizagem transformou-se no grande desafio que marcou o ano letivo.

Se inicialmente se verificavam algumas dificuldades na planificação das aulas e na seleção dos conteúdos programáticos, necessitando do auxílio da Professora Orientadora, com o tempo foi-se ganhando autonomia e liberdade para planificar e assegurar as aulas da forma entendida, trazendo para a sala de aula todo o tipo de recursos que de alguma forma proporcionassem motivação nos alunos.

³ Ver anexo I – Plano Individual de Formação

Aquando da planificação das aulas, pretendeu-se definir concretamente os objetivos e os indicadores de aprendizagem, de modo a proporcionar aos alunos o gosto pela mesma⁴. Logo nas primeiras aulas assistidas, constatou-se ser uma geração cada vez mais tecnológica, que com autorização da Professora Orientadora navegavam pela *internet* em busca de respostas. Pareceu-nos fundamental utilizar nas aulas recursos tecnológicos, criativos e de qualidade, tais como vídeos, jogos e aplicações. Além disso, como forma de consolidar conhecimento e de fornecer feedback aos alunos, no final de cada aula, eram aplicados *quizz's* realizados pela própria com o objetivo de se adaptarem às características e ritmos de aprendizagem das diferentes turmas.

Infelizmente, os equipamentos informáticos que estão ao dispor dos professores nem sempre são os melhores, esta foi uma das primeiras lições que retirámos da prática letiva. Portanto, cada vez que se pretendia uma aula mais tecnológica verificava-se a necessidade de uma segunda opção de planificação, caso as tecnologias ao nosso dispor não colaborassem, de modo a nunca prejudicar o ensino-aprendizagem dos alunos.

Importa referir que sempre que se mostrou pertinente foi abordada a História Local nas diferentes turmas, nomeadamente no âmbito dos trabalhos de grupo da turma do 12º ano, nos quais foram tratados os Congressos Republicanos de Aveiro.

Como a profissão de docente é muito mais do que lecionar os conteúdos programáticos, as estagiárias tiveram a oportunidade, sob o olhar atento da orientadora, de elaborar os instrumentos de avaliação do 8º ano, tal como construir matrizes e definir critérios de correção. Na elaboração dos testes houve o especial cuidado de ter em consideração as características gerais da turma, ficando ainda ao encargo das professoras estagiárias a correção dos mesmos⁵.

A Professora Orientadora autorizou a participação na maioria das reuniões, o que permitiu perceber o funcionamento de um Conselho de Turma, a sua ordem de trabalhos e proporcionou estabelecer uma boa relação com os restantes docentes. Mas acima de tudo, um maior conhecimento dos alunos quanto às dinâmicas noutras disciplinas e quanto ao comportamento, muitas vezes justificado pela sua esfera social e familiar.

Devemos ainda mencionar algumas das atividades extracurriculares realizadas pelo Núcleo de Estágio. Este não pretendia cingir-se à disciplina de História, procurando interligar

⁴ Ver anexo II – Exemplo de Planificação

⁵ Ver anexo III – Exemplo de uma Ficha de Avaliação;

as temáticas com a atualidade, ambicionava colocar os alunos a pensar no seu papel como cidadãos do mundo. Para isso, foram levadas a cabo algumas atividades que geraram enorme entusiasmo por parte dos alunos, como é exemplo a palestra realizada em colaboração com a associação *Cultra*, que trouxe à escola uma ex-presidiária da P.I.D.E, que contou as suas experiências de vida como prisioneira e como clandestina⁶; ou ainda “*Os desafios do Ensino do Holocausto no século XXI*”, em parceria com a associação *Memoshoa*⁷.

A integração do Núcleo de Estágio de História na comunidade escolar fez-se notar quando a pedido da Diretora do Departamento de Ciências Sociais e Humanas tivemos o privilégio de participar ativamente na realização do Cartaz e do design relativo à programação para a Semana do Departamento de Ciências Sociais e Humanas. Ainda a pedido da Diretora de Turma do 12º ano, tivemos o prazer de concretizar um *Peddy Paper* para ser executado com os alunos do 5º e do 6º ano da Escola Básica de São Bernardo⁸.

Confirmou-se assim, uma boa cooperação com os profissionais da comunidade escolar, mas também com os estudantes. A relação pedagógica e afetiva com os alunos é potencialmente a parte mais gratificante da profissão, pois com respeito mútuo é possível fazer a diferença.

O balanço do estágio é francamente positivo, não poderíamos ter pedido melhor ambiente para realizar a nossa formação. Nesse sentido gostaríamos de agradecer a forma generosa como fomos recebidas pela Professora Orientadora e por toda a comunidade escolar, que desde o primeiro dia fizeram da sua “*casa*” também a nossa.

Concluindo, o estágio pedagógico garantiu a introdução ao contexto escolar, no qual foi possível adquirir segurança quanto à lecionação das aulas, assim como pôr em prática a teoria e constatar algumas das dificuldades que um professor terá de contornar. Esta experiência proporcionou a testagem de diversos modelos de ensino, que conduziram à descoberta de uma identidade profissional, que continuará a desenvolver-se daqui em diante. Segundo o modelo *Teaching Perspectives Inventory* (TPI) elaborado por Pratt e Collins (2010), iniciou-se o estágio numa perspetiva transmissiva, valorizando o domínio e a transmissão dos conteúdos, de modo a atingir os objetivos predeterminados. À medida que se foi verificando um maior domínio de sala de aula, foi-se pondo em prática a conceção desenvolvimentista, na qual se promove o desenvolvimento de estruturas cognitivas cada vez mais complexas. Terminado o estágio

⁶ Ver anexo IV – Cartaz “*Eu passei pelas cadeias da P.I.D.E*”;

⁷ Ver anexo V – Cartaz “*Os desafios do Ensino do Holocausto no século XXI*”;

⁸ Ver anexo VI – *Peddy Paper*;

pedagógico pretende-se continuar a evoluir na perspetiva desenvolvimentista, assim como na conceção personalista fomentando nos alunos motivação e confiança para que possam “*trabalhar sem medo de errar*”, e ainda na conceção crítico-social, dado que a História permite discutir valores e educar para a cidadania. (Pinheiro, Pinheiro, Barreira, & Rabelo, p. 59)

Capítulo II - Enquadramento Teórico

Pretendeu-se neste capítulo elucidar para as temáticas em estudo e expor alguns pressupostos teóricos, que se manifestaram de especial importância para a concretização do projeto educativo.

De modo a facilitar a leitura, este encontra-se dividido em cinco subcapítulos: “*História Local*”, no qual se realiza uma breve introdução ao conceito; “*Património Cultural*”, no qual se aborda as diferentes aceções de património ao longo das épocas; “*A História Local e o património cultural no currículo da disciplina de História*”, que aborda a introdução e evolução dos conceitos na disciplina; “*Potencialidades da História Local e do estudo do Património cultural no contexto escolar*”, no qual se abordam os diferentes benefícios pedagógicos; e por fim “*Visitas de estudo e aulas de campo*”, onde se pretendeu fazer uma distinção entre estes conceitos.

2.1. A História Local

Parece pertinente realizar uma pequena incursão pela evolução da História Local na Europa e em Portugal.

Nos finais da década de 70 do século XX, surgiu em França uma corrente historiográfica denominada por *Nova História*. Esta conceção historiográfica rejeitou a velha forma de fazer história, alargando-se a novas fontes históricas e temáticas que até à data eram pouco aprofundadas. A particularização das temáticas em análise trouxe consigo a necessidade de “*circunscrever períodos cronológicos e espaços geográficos*”, o que levou inevitavelmente a um maior destaque para os estudos à escala local (Neto, 2010, p. 61).

Outra questão que se levantou com o estudo da História Local prendeu-se com o facto dos conceitos “História Local” e “História Regional” não se apresentarem como sinónimos. Sílvia Araújo, ao analisar as perspetivas de alguns historiadores, chega à conclusão de que o historiador que se propõe a trabalhar a História Regional, foca-se de facto numa região em específico. No entanto, quando se estuda o “local”, o historiador parece ter a liberdade para “*delinear a sua própria zona de estudo*”, mesmo podendo não corresponder à cartografia atual. Apesar das diferenças entre “local” e “regional”, ambos se exprimem numa história mais próxima do indivíduo (Araújo, 2017, p. 24).

A História Local tem uma longa tradição no nosso país remontando pelo menos até ao século XVI e constituía-se como um meio de informar a Coroa sobre o Património do Reino, fomentando políticas de desenvolvimento na região (Neto, 2010, p. 54).

A fundação da Academia Real da História, em 1720, contribuiu em larga medida para a historiografia local, ao promover a realização de inquéritos a bispos, arcebispados, câmaras e províncias, com o “*propósito de recolherem informações de cartórios e arquivos*”, elaborando posteriormente o *Systema de História*, que valorizava os documentos da História Local (Pereira, 2012, pp. 24-25). Destaca-se ainda para este período, as Memórias Paroquiais de 1758, organizadas pelo Padre Luís Cardoso, consideradas como as melhores fontes de informação histórica sobre as localidades (Araújo, 2017, p. 27).

O século XIX foi manifestamente o período por excelência para a produção dos estudos locais em Portugal, como se verifica pela publicação de importantes coletâneas documentais, como a obra *Portugaliae Monumenta Historica*, concebida pela Academia das Ciências por sugestão de Alexandre Herculano, obra que contém os documentos edificadores da nacionalidade portuguesa e cartas de foral (Neto, 2010, p. 54).

Foi este contributo que tornou evidente a ideia de que o “*conhecimento da história local é indispensável para a construção da história nacional*” (Silva, 1999, p. 383). Aliás, a História Local e Regional deve ser encarada como imprescindível para a elaboração da História Geral, não devendo ser entendida como um “*provincianismo historiográfico*”, como se de uma história de segunda ordem se tratasse (Torgal, 1987, p. 864).

Em meados do século XIX, a História Local já era aceite no meio académico, incluindo no própria Universidade de Coimbra, como se percebe pelo incentivo do Professor Frederico Laranjeiro, ao sugerir aos seus alunos como tema de conclusão de estudos, a elaboração de monografias sobre os concelhos dos quais eram naturais. No entanto, fora dos meios académicos, curiosos e estudiosos, conduzidos pelo “*amor à terra*”, realizavam uma História particular das Localidades, sendo a qualidade dos seus trabalhos muitas vezes questionada, visto terem mais liberdade relativamente à metodologia e à elaboração teórica (Neto, 2010, p. 56).

É de assinalar, ainda, o papel do governo liberal na construção da história nacional e na preservação da história dos municípios, dado que ordena às câmaras, por portaria de 8 de novembro de 1847, a publicação dos seus Anais, o que constituiu o passo para a criação de grandes coletâneas de documentos municipais (Neto, 2010, pp. 54-55).

Desde as últimas décadas do século XIX às duas primeiras décadas do século XX, a historiografia local ganha um extraordinário vigor, em virtude da conjugação de fatores de carácter político e científico, assim como de grandes personalidades como Alberto Sampaio

que se dedicou ao estudo local “As vilas do Norte de Portugal”, trabalhando o período da decadência do império romano aos primórdios da nação (Martins M. , 1992, pp. 389-390); e ainda Oliveira Martins e José de Arriaga, que ansiavam por uma “*nova história*” (Torgal, 1987, p. 850). Assim, em 1909 o ministro António Alfredo Barjona de Freitas propõe um concurso de monografias das freguesias rurais, com o propósito de recolher informações de natureza social, cultural e económica destas pequenas unidades administrativas, para poder produzir um conhecimento mais detalhado sobre a totalidade do país (João, 2013, p. 8).

Porém, nos finais da I República e durante as primeiras décadas do Estado Novo, “*os ventos não corriam de feição à história local*”. A Nova História, que começara a dar os primeiros passos viu-se subitamente suspensa com o Salazarismo. Durante este período, a investigação universitária era marcada pelo nacionalismo, visto encontrar-se sobre apertada vigilância do regime. Tal obrigava a que a História se focasse nas grandes figuras políticas e nos grandes acontecimentos da História de Portugal. Não sendo por isso recomendado aos professores universitários, por razões políticas, elegerem como tema de doutoramento os estudos locais, o que permitiu que historiadores estrangeiros lhe dedicassem a devida atenção (Mendes, 2000, p. 359).

No início da crise do Estado Novo, entre as décadas de 50 a 60, surge um movimento renovador na historiografia, influenciado pela História Nova. Os jovens universitários deram início a uma nova história local com as suas teses de licenciatura. Foi a partir sobretudo da Revolução de 1974 que a História Local adquiriu um lugar de destaque na historiografia portuguesa, sendo os anos de setenta a noventa marcados por uma grande produção de estudos locais (Torgal, 1987, p. 852).

Os estudos de história local são importantíssimos, pois assumem um papel fundamental para a reconstituição do património cultural, “*confere[m] densidade histórica*” e contribuem para solidificar laços entre a comunidade e o local que habita, permitindo aumentar a estima dos habitantes pelo seu património (Neto, 2010, p. 69).

Para concluir, “*a História Local é praticamente tão velha quanto a historiografia portuguesa, porque não há história geral sem história local*”. Não se deve considerar a História Local como uma história fragmentada, serve pelo contrário para melhor compreender a totalidade, podendo servir de introyto para a História Nacional e por vezes até universal (Torgal, 1987, p. 857).

2.2 Património Cultural

“O património «espelha» os vários tempos; é expressão de uma comunidade, da sua cultura, nas suas especificidades e convergências, sendo por isso um fator identitário”

(Pinto, 2016, p. 22)

O conceito de Património foi sofrendo alterações ao longo dos anos, obtendo as mais diversas aceções conforme a época histórica. No entanto, a palavra esteve sempre relacionada à ideia de herdar algo dos antepassados, sendo por isso *“provido de um valor ímpar e insubstituível”* (Almeida & Solé, 2016, p. 537).

Segundo estudos desenvolvidos recentemente, a palavra voltou a adquirir um novo significado – *“bem cultural”*, devido à abrangência do conceito, pois o Património ganhou novas dimensões, não se restringindo apenas à dimensão material, mais especificamente ao património edificado. Além disso, passaram a ser atribuídos valores de pertença, que podem abranger um nível pessoal, local e até universal (Pinto, 2016, p. 21).

A noção de património durante as primeiras décadas do século XX, circunscrevia-se ao conjunto de bens materiais que eram transmitidos pelos familiares aos seus descendentes. Aliás, o património cultural era expressão de *“obras monumentais, obras de arte consagradas, propriedades de grande luxo”*, pertencentes às classes dominantes, às quais se tinham especiais cuidados de preservação (Barreto cit. por Cardozo & Melo, 2015, p.1066).

No entanto, a partir dos anos 20 e 30 do século passado, com a ascensão da Nova História em França pretendeu-se uma História menos elitista, que valorizasse a história do quotidiano, das classes, dos valores e das crenças. Esta mudança foi fundamental para a alteração do conceito de Património que passou a abarcar *“[...] utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida quotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”* (Barreto cit. por Cardozo & Melo, 2015, p.1067).

A democratização da sociedade e a alteração de mentalidades, levou a que o conceito de património fosse alargado a todos os objetos, eventos, testemunhos que fossem portadores de informação e que tivessem sido produzidos em qualquer momento histórico, desde a arte à religião, da ciência à tecnologia, dos costumes à alimentação. Sendo assim, ao invés de falarmos de património parece mais adequado falar em patrimónios, aos quais são atribuídos valores históricos, culturais e sociais, conforme o contexto e a época (Mendes, 2015, p. 4).

Posto isto, o património pode ser visível em vestígios materiais e imateriais. Os vestígios materiais ou tangíveis *“tem extensão e ocupa espaço, podendo ainda classificar-se, quanto à sua mobilidade, em bens móveis ou bens imóveis”*, ou seja, o património material engloba o

agrícola, arqueológico, artístico, industrial, natural, entre outros. Enquanto que o património imaterial ou intangível é “*constituído pelo conjunto de bens patrimoniais que não tem suporte físico que lhes dê materialidade e que existem a partir das manifestações efémeras*”, por outras palavras, o património imaterial é composto por danças, rituais, festas, gastronomia, entre outros (Mendes, 2015, p. 5).

Sendo que o património é todo o legado deixado aos descendentes, este torna-se um referencial que “*permite obter respostas para muitas questões relativas às sociedades que nos precedem*” (Manique & Proença, 1994, p. 55). Todo o património contém uma história, “*é a expressão de uma comunidade, da sua cultura nas suas especificidades e convergências ao longo do tempo, sendo por isso um fator identitário*” (Barca & Pinto, cit por. Almeida & Solé, 2016, p.538).

É através destes vestígios que são encarados como fontes que é possível construir o conhecimento histórico, e por consequência a identidade individual e de grupo. A identidade é um conjunto de características que os indivíduos e os grupos desenvolvem através da interação com o meio (Almeida & Solé, 2016, p. 538).

O património possibilita entender o passado, contudo não deve ser estudado apenas como uma mera recordação, deve ser compreendido como um componente do nosso presente e futuro. Tendo estes valores específicos que nos permitem recordar gerações precedentes, sendo necessário por isso salvaguardar esse legado para as gerações vindouras (Fenta, 2020, p. 12).

Por último, resta mencionar que o património tem uma função social, que é simultaneamente coletiva e individual. Tem como objetivo unificar grupos heterogéneos num grupo único, assim como auxiliar cada membro da sociedade na construção da sua identidade, em função da herança legada. Segundo Almeida e Solé, esta é uma função “*particularmente importante numa época de perda generalizada de identidade*” (Almeida & Solé, 2016, p. 538).

2.2.1 Património e Legislação

Nos últimos tempos, observa-se um crescente empenho por parte de organizações internacionais e nacionais em identificar, preservar e divulgar o património. Assim, neste subcapítulo iremos mencionar as principais organizações, com foco na preservação e conservação do património a nível internacional – UNESCO e ICOMOS, e a nível nacional – Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, na Conferência das Nações Unidas em Londres, surge a demanda por criar um organismo que preservasse o legado dos antepassados e

“[deveria] *estabelecer a solidariedade intelectual e moral da humanidade, e ao fazê-lo, evitar uma nova guerra mundial*”⁹.

Em 1972, de uma Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, surge a *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, na qual se estabelecia o património como uma fonte de identidade e união para as comunidades e se definiu e distinguiu entre Património Cultural e Património Natural. (UNESCO, 1972, p. 1)

O conceito de Património Cultural está dividido em 3 tipos: monumentos, conjuntos e locais de interesse. Os monumentos são todas as obras arqueológicas, de escultura ou de pintura e elementos de carácter arqueológico, com um valor universal excecional. Os conjuntos são construções isoladas, que em virtude da sua arquitetura ou integração na paisagem têm um valor inestimável. Enquanto os locais de interesse são obras produzidas pelo homem, ou conjugadas com a natureza, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2).

A outra organização internacional, no que ao património diz respeito é o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios), um organismo que se destina à conservação e proteção do Património Cultural. Este organismo baseia a sua missão na Carta de Veneza, de 1964, que veio alargar a sua definição de monumento histórico, reavivar a urgência de restaurar e preservar antigos edifícios e de responsabilizar cada país por essa missão (Pinto, 2016, p. 24).

Relativamente a Portugal é de referir que a preocupação por inventariar e conservar os monumentos remonta ao século XVIII, com D. João V, dado que a Real Academia de História, “orden[ou] que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo nem em parte qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos...” (Moreira cit. por Araújo S. , 2017, p. 50).

A organização nacional que é responsável pela gestão do património cultural em Portugal continental é a Direção Geral do Património Cultural, que estuda, investiga, divulga e gere o património móvel, imóvel e imaterial. A organização foca-se na conservação de grandes monumentos, na gestão de Museus nacionais e dos monumentos classificados como património mundial, e ainda atua na conservação e restauro de peças do património móvel¹⁰.

⁹ Consultar mais informações sobre a UNESCO. Link:

¹⁰ Consultar mais informação sobre a Direção Geral do Património Cultural. Link: [DGPC | Direção Geral do Património Cultural \(patrimoniocultural.gov.pt\)](https://www.dgpc.gov.pt)

De entre as leis que compõem a legislação portuguesa sobre o património, é de notar a Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei nº 13/85), que influenciada pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, salienta o encargo de todos em proteger e conservar os legados que nos rodeiam¹¹.

Em 2001, Portugal reformula a lei anterior através da Lei nº107/2001, que determina os fundamentos para a *“proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção de identidade nacional e para a democratização da cultura”* (artigo 1º). A lei define como património cultural todos os bens materiais ou imateriais, que são testemunhos valiosos da civilização ou da cultura, tendo, portanto, interesse cultural relevante (artigo 2º)¹².

Parece pertinente referir que o artigo 12º da lei, esclarece a necessidade da preservação e divulgação do património, como fundamental para *“vivificar a identidade cultural”* da nação, das regiões e da localidade e para fortalecer a noção do povo como sujeito ativo na história do seu país. Deste modo, esta lei parece manifestar um esforço de aproximação do património à sociedade¹³.

É importante fazer referência à recente publicação - Carta do Porto Santo (2021) *“A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia”*, redigida aquando da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. A carta apresenta-se como um guia orientador das políticas e práticas educativas a desenvolver, tendo como objetivo fomentar um novo paradigma cultural europeu. A Carta ao abordar a cidadania cultural e a educação refere: *“a escola deve valorizar as especificidades individuais, culturais, territoriais, e possibilitar que todos os alunos tenham acesso a variadas experiências artísticas e manifestações culturais ao longo da vida; que possam ver reconhecida a sua identidade cultural e valorizadas as expressões culturais da sua comunidade; que tenham acesso aos patrimónios e consciência da sua necessária salvaguarda”*¹⁴.

¹¹ Assembleia da República, Lei de Bases do Património Cultural Português, decreto-Lei n.º 13/85, de 6 de julho de 1985, p. 1866 a 1874.

¹² Diário da República, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, artigo 2º, 2001;

¹³ Diário da República, Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, artigo 12º, alínea b), 2001;

¹⁴ “Carta do Porto Santo. A Cultura e a Promoção da Democracia: Para uma Cidadania Cultural Europeia.” 2021. Link: [pt-carta-do-porto-santo.pdf \(culturaportugal.gov.pt\)](https://culturaportugal.gov.pt/pt-carta-do-porto-santo.pdf)

2.3 A História Local e o Património Cultural no currículo da disciplina de História

“A localidade, seja na sua componente testemunhal seja na arquitetónica, pode constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor ao aluno, que o enraíza no seu espaço, que o forma criticamente no exercício da sua cidadania e que o aproxima do saber histórico” (Alves, 2014, p. 69).

A História Local começou a ocupar um lugar no contexto escolar, ainda que secundário quando em 1915, Fidelino de Figueiredo, por encargo do Ministro da Instrução, determinou a alteração do programa de ensino, concedendo um lugar à História Local na 6^a e 7^a classes do curso de “Letras” (Torgal, 1987, p. 859).

Durante o Estado Novo, a História Local insere-se aos poucos nos programas letivos, com as recomendações metodológicas de 1968, para disciplina de História e Geografia de Portugal, em que se determinava que o professor *“deveria promover o estudo da história local, relacionando a escola com o meio físico envolvente (...) [e] estimular trabalhos de carácter monográfico”*. Como forma de aliar os alunos à sua região, propunha-se a realização de visitas de estudo a museus e monumentos locais como principais práticas pedagógicas (Henriques & Pintassilgo, 2013, pp. 130-131).

Com a Revolução de 1974, verifica-se uma maior liberdade na escolha das correntes pedagógicas, assim como uma maior influência da Escola dos *Annales*, que por consequência reafirmou a História Local no ensino da História (Henriques & Pintassilgo, 2013, p. 145).

Na atualidade, a História Local tem vindo gradualmente a tomar o lugar que lhe pertence no ensino da História, pelas suas reconhecidas potencialidades, visto que o seu uso pode ser determinante na motivação para os conteúdos programáticos, tal como para a construção de conhecimento histórico e para o exercício da cidadania. Posto isto, considera-se importante fazer referência às Metas Curriculares para o 3^o ciclo do Ensino Básico, que considerava fundamental a prática da temática em sala de aula, ao afirmar que os *“professores devem, igualmente, dar relevância à abordagem regional e/ou local aquando do tratamento do processo histórico¹⁵”*.

Segundo o documento de apoio às Metas Curriculares do 3^o ciclo, a função social da História prendia-se com conservação de memórias e identidades, a pertinência da mesma para

¹⁵ Documento de apoio às Metas Curriculares de História (3^o Ciclo do Ensino Básico), Ministério da Educação e Ciência, p. 3.

a educação e para a cidadania e a valorização do património cultural e da museologia¹⁶. A aplicação da História Local em sala de aula, parece fomentar o desenvolvimento dessas competências, uma vez que “*falar de memória e identidade é falar de História Local, de património e vice-versa*” (Araújo, 2017, p. 21).

Com o Decreto-Lei nº55/2018 foram introduzidos dois novos documentos curriculares: as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, que prevalecem agora sobre as Metas Curriculares do 3º ciclo¹⁷. O Perfil dos Alunos apesar de não fazer referências à História Local, determina que a educação deve assentar numa base humanista, ou seja, na formação cívica, sendo para isso necessário estimular a “*capacidade de participação cívica, ativa e responsável*” dos alunos¹⁸.

Relativamente ao documento das Aprendizagens Essenciais verifica-se uma clara referência à História Local, indicando que se deve “*relacionar, sempre que possível, as aprendizagens com a História regional e local*”¹⁹. As mesmas recomendações confirmam-se para o documento das Aprendizagem Essenciais no Ensino Secundário, que aconselha a “*relacionar a história de Portugal com a história europeia e mundial, distinguindo articulações dinâmicas e analogias/especificidades, quer de natureza temática quer de âmbito cronológico, regional ou local*”²⁰.

A paixão do professor pela temática é crucial para introduzir os alunos na história da sua comunidade, visto que para isso o professor terá de ser também ele um investigador e criar recursos pedagógicos exequíveis de serem aplicados em sala de aula. Em conclusão, ainda que a História Local se encontre presente nos programas educativos do ensino básico e secundário, a sua concretização depende do consentimento das escolas, da colaboração das instituições e da escolha dos docentes (Araújo, 2017, p. 44).

Já a temática do Património apresenta-se sem grande rigor nos diferentes currículos da disciplina de História. Existe ainda um longo caminho a percorrer para que este recurso ganhe um lugar de destaque no ensino da História.

Durante o regime salazarista os currículos escolares focavam-se num ensino memorialista, tradicional, que não colocava o aluno a trabalhar de forma ativa na aquisição do

¹⁶ *Idem*, p.4

¹⁷ Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de julho. Acedido a 1 de julho de 2022. Link: [Decreto-Lei n.º 55/2018 | DRE](#)

¹⁸ Martins, Guilherme d'Oliveira (Coord.) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, p.10.

¹⁹ *Aprendizagens Essenciais do 3º Ciclo do Ensino Básico*, p.3. Acedido a 1 de julho de 2022. Link: [Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico | Direção-Geral da Educação \(mec.pt\)](#)

²⁰ *Aprendizagens Essenciais do Ensino Secundário*, p. 4. Acedido a 1 de julho de 2022. Link: [10 historia_a.pdf \(mec.pt\)](#)

seu conhecimento histórico. Conforme Helena Pinto refere, os currículos tradicionais importavam-se apenas com a apresentação do património nacional aos seus alunos, encarando-o como uma mera fonte que servia para estimular o aluno (Barca, et al., 2015, p. 68).

Na atualidade, verifica-se um maior esforço pela introdução da educação patrimonial no sistema educativo português, como se percebe pelo artigo 3.º, alínea a), da Lei de Bases do Sistema Educativo, que refere que este se constitui de forma a “*contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo*”²¹.

O Programa de História do 3.º ciclo revogado em 2021, demonstrava a importância do património cultural para a História, ao afirmar que o professor deveria levar o aluno a “*manifestar interesse pela intervenção nos diferentes espaços em que se insere, defendendo o património cultural e a melhoria da qualidade de vida*” e ainda “*valorizar a identidade cultural da sua região*”²².

O documento de apoio às Metas Curriculares fazia também uma interligação entre a História e o Património ao reiterar a relevância da “*História para a valorização do património cultural e da museologia*”²³.

Fazendo agora referência aos documentos que se encontram em vigor na atualidade devemos salientar que entre as competências estabelecidas pelo Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória o aluno deve ser capaz de “*valorizar o [...] património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades*”²⁴. Relativamente às Aprendizagens Essenciais no ensino básico verifica-se a preocupação em “*valoriz[ar] o património histórico e cultural existente na região*”²⁵. Já no ensino secundário pretende-se a valorizar o “*património histórico e natural, local, regional e europeu*”, na promessa de construção de uma cidadania europeia²⁶.

Em Portugal, e tal como Helena Pinto refere, os programas curriculares, principalmente do 3.º ciclo e do secundário, aludem para a necessidade da aplicação e interpretação frequente

²¹ Diário da República, *Lei de Bases do Sistema Educativo*, Lei n.º 46/86 de 14 de novembro, Capítulo I, artigo 3.º, 1986

²² Programa de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico, Ministério da Educação e Ciência, 2001, volume I, p. 127

²³ *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História (3.º Ciclo do Ensino Básico)*, Ministério da Educação e Ciência, 2013, p.5

²⁴ Martins, Guilherme d’Oliveira (Coord.) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, p.28

²⁵ Aprendizagens Essenciais do 3.º Ciclo do Ensino Básico, p.3. Acedido a 1 de julho de 2022. Link: [Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico | Direção-Geral da Educação \(mec.pt\)](#)

²⁶ *Aprendizagens Essenciais do Ensino Secundário*, p.8. Acedido a 1 de julho de 2022. Link: [10 historia a.pdf \(mec.pt\)](#)

de fontes em sala de aula. No entanto, as fontes escritas, assim como as iconográficas, são as que mais predominam, sendo menos frequente a utilização de fontes patrimoniais e ainda mais rara a sua observação direta, dentro ou fora de sala de aula (Pinto, 2016, p. 16).

Compete à escola e ao docente a árdua tarefa de desenvolver literacia patrimonial, que contribua para defender, valorizar e preservar o património, pois a “primeira linha de defesa do Património histórico-artístico situa-se nos bancos das escolas de todos os níveis, do escalão pré-primário até ao superior” (Barbosa cit. por Fenta, 2020, p. 21). No entanto, isso nem sempre acontece devido aos extensos programas curriculares da disciplina de História, que não permitem ao docente, por falta de tempo, explorar uma perspetiva local.

2.4. Potencialidades da História Local e do estudo do Património cultural no contexto escolar

“(..) é mais apelativo apreender a evolução das suas comunidades, conhecer o passado de realidades e espaços próximos e familiares, do que apreender problemáticas nacionais com as quais as afinidades dos adolescentes são remotas. O pensamento concreto precede o abstrato pelo que a história local tem uma inequívoca função pedagógica, embora seja difícil aferir a sua dimensão”

(Pereira. M., cit por. Araújo, 2017, p. 45)

Na atualidade, os jovens são confrontados com diferentes valores e costumes nesta “aldeia global”, experienciando problemas de “desestruturação social”, de crise de valores e identidades. Assim, a História afigura-se como a disciplina mais indicada, pois esta não se destina apenas a transmitir o conhecimento do passado, pois a sua função social pode ajudar a combater esses problemas, dado que permite introduzir o aluno nas heranças culturais e na comunidade, possibilitando construir a sua identidade, a sua consciência histórica e ainda a sua cidadania (Manique & Proença, 1994, p. 24).

A introdução do estudo do meio local na Escola, apresenta um grande potencial cívico, pois garante a formação do estudante como cidadão consciente da sua História e das suas raízes. Para além disso, esta fomenta a consciência histórica do aluno, que por consequência o levará a desenvolver o gosto por “conhecer-protetor-valorizar-divulgar e difundir” a História e o Património Local (Alves, 2014, pp. 70-71).

O estudo de um passado mais próximo dos alunos, para além de formar civicamente, permite compreender melhor o espaço e a comunidade em que se está inserido, desenvolvendo

assim laços de pertença e construindo pontes que levam uma geração a compreender a anterior (Araújo, 2017, p. 44).

Segundo Manique e Proença, a História Local apresenta duas facetas, a pedagógica e a científica. Relativamente à pedagógica, esta possibilita colmatar os problemas de desenraizamento e falta de identidade, pois é mais fácil construir uma identidade num espaço mais limitado, do que numa perspetiva nacional, que é por consequência mais lata e abstrata. Do ponto de vista científico, o estudo da História Local em sala de aula impede que se considere a história nacional como homogénea em todo o território nacional (Manique & Proença, 1994, p. 25).

Quer isto dizer, que o estudo da História Local se evidencia como uma ferramenta para o ensino da História nacional, uma vez que é possível por vezes utilizar a localidade como exemplo explicativo da realidade nacional (Pinto, 2016, p. 151). Assim como, concede ao aluno a possibilidade de conhecer e compreender as distintas especificidades regionais do país, inclusive a sua (Gomes, 2021, p. 20).

A História Local quando aplicada à sala de aula de História pode ser um fator motivacional. Permite ao aluno entrar em contacto com uma realidade próxima e concreta, através de todo o tipo de vestígios desde os documentais aos arquitetónicos. Este contacto com as mais diversas fontes permite despertar o interesse do aluno “pela sua relação com um passado de que ainda reconhece”. Aliás, importa referir, que o estudo da História Local promove a utilização de fontes orais, que permitem a participação e a interação das famílias no ensino das suas crianças (Manique & Proença, 1994, p. 27).

O estudo da localidade permite desenvolver capacidades intelectuais, tais como identificar, analisar, classificar e comparar resultados obtidos, abrindo caminho ao aluno para se iniciar no processo de investigação histórica, tornando-se um “mini - historiador”, pondo em prática métodos científicos como a “*formulação de critérios hipotético-dedutivos*” e a “*observação direta e indireta*” (Manique & Proença, 1994, p. 27).

A aplicação deste tipo de método pedagógico em sala de aula pode levar também à interdisciplinaridade ao permitir que o objeto de estudo possa ser trabalhado em diferentes áreas científicas, e garante ainda o contacto com a comunidade e instituições locais (Manique & Proença, 1994, p. 27).

Deve-se ainda ter em atenção, que não sendo o professor a introduzir a História Local na sala de aula, muito provavelmente não será o encarregado de educação, visto que por motivos profissionais, se verificam cada vez mais migrações, levando as pessoas a desconhecer a história do território onde habitam (Couto, 2020, p. 20).

Em suma, as localidades compreendem-se como espaços de memória coletiva, que se exprimem em monumentos e património histórico. Estas podem e devem ser estudadas em contexto escolar, pois promovem o respeito, a preservação e a proteção pelo passado local, permite motivação para desenvolver o conhecimento histórico, assim como o fomento da consciência cívica e a integração na sociedade (Fenta, 2020, p. 16).

No que toca à abordagem pedagógica do património histórico-cultural, deparamo-nos com frequência com o conceito de “Educação Patrimonial”, sendo por isso necessário clarificá-lo.

Trata-se de um estudo constante e metódico, que a partir do contacto direto com o Património, encarado como fonte primária, se trabalha a evidência histórica e se constrói conhecimento histórico. Acima de tudo, a Educação Patrimonial procura “levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da sua herança cultural”, promovendo um processo contínuo de descoberta patrimonial e cultural (Horta, Grunberg, & Monteiro, 1999, p. 4). Por outras palavras, a Educação Patrimonial é uma ferramenta de “alfabetização cultural”.

A Educação Patrimonial deve ser capaz de interligar os conteúdos letivos com o Património, principalmente o local, para que os estudantes possam ser capazes de compreender de forma autónoma o contexto e o meio em que estão inseridos e dar a conhecer a história de outra perspetiva (Vieira, 2020, pp. 15-16).

O estudo do Património em contexto escolar tem uma dupla função, por um lado auxiliar o professor a relacionar as temáticas estudadas com o meio envolvente; e por outro lado a contribuir para a formação cívica mais ativa e consciente da sociedade (Vieira, 2020, p. 15).

Entrar em contacto direto com o património histórico e cultural mais próximo dos alunos, pode ser um recurso valioso e versátil, pois tal como afirma Helena Pinto, este método de construção do conhecimento permite o estudo “*com diferentes tipologias de património*”. Além disso, a sua utilização com relativa frequência permite aos alunos progredirem na sua forma de pensar a História, pois ao iniciarem-se com conhecimentos tácitos vão desenvolvendo “*níveis cada vez mais sofisticados*” de conceitos históricos (Pinto, 2016, p. 146).

O contacto direto das fontes patrimoniais, principalmente no âmbito local, leva os alunos a estarem mais suscetíveis à valorização e preservação do seu património, pois compreenderão que este faz parte da sua identidade. Tal como afirmam Almeida e Solé, os alunos capazes de compreender o valor do seu património adquirirão com maior facilidade “significância histórica, desenvolvendo atitudes de preservação e valorização do património. Pois só podemos preservar e defender o que conhecemos” (Almeida & Solé, 2015, p. 242).

A Educação Patrimonial nos últimos tempos tornou-se objeto de estudo de vários investigadores, que pretendiam descodificar as ínfimas potencialidades do contacto e análise com as fontes patrimoniais em contexto educativo. Sendo assim, Hillary Cooper realizou um estudo, no qual chegou à conclusão que o uso de experiências com significado, tais como locais com valor patrimonial e museus, num ambiente informal, contribuía para o desenvolvimento do pensamento histórico das crianças (Cooper, 2004, p. 55). Irene Nakou comprovou também esse feito, ao concluir que os museus podem levar a uma evolução do pensamento histórico, em comparação com o contexto de sala de aula. Portanto, a aquisição de conhecimento histórico não ocorre exclusivamente em sala de aula. Os objetos, museus e sítios históricos, podem tornar-se boas fontes de educação patrimonial (Nakou, 2003, pp. 59-82)

Tendo em conta o referido, não deve ser o património a ir até à escola, mas pelo contrário “é a Escola que deve ir ao encontro do património, torná-lo objeto específico de estudo, estabelecer diálogo entre a comunidade escolar e o meio envolvente, valorizar as realidades patrimoniais no contexto ambiental em que se insere” (Manique & Proença, 1994, p. 57). Assim, o contacto direto com o património leva o aluno a sentir-se interpelado, envolvido e incentivado a dialogar com o passado.

Parece importante perceber as potencialidades da utilização das fontes patrimoniais, como recurso didático no ensino da história. Segundo Almeida e Solé, permite a “aprender a interrogar”, “realizar inferências”, “desenvolver interpretações sobre o passado, relacionando-as com as do presente” e “desenvolver estratégias que auxiliem a descodificar informação”. Deste modo, infere-se que a utilização da Educação patrimonial no ensino da História, permite desenvolver capacidades cognitivas transversais a todas disciplinas (Almeida & Solé, 2017, p. 244).

Os alunos devem ser incitados para o contacto com os vestígios patrimoniais, para que sejam capazes de refletir, levantar as suas próprias questões, formular as suas hipóteses e inferir as suas próprias interpretações sobre as fontes patrimoniais. É fundamental que os alunos percebam que as suas questões são tão válidas como as que o professor formula, despertando assim no aluno “o pequeno investigador” e levando-o a produzir uma aprendizagem mais significativa. Tal como Pinto refere:

“O contacto direto com artefactos e edifícios do passado é uma oportunidade para aprofundar conhecimentos sobre pessoas, lugares e acontecimentos, mas deve permitir algo mais que isto. Os alunos devem construir a sua interpretação sobre essas fontes históricas, relacionando-as com a sua aprendizagem no momento e com os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo (...)” (Pinto, 2016, p. 148).

Em suma, a utilização dos vestígios da localidade como recurso educativo, ousam alcançar objetivos científicos e pedagógicos, visto que estimulam a motivação, o desenvolvimento de capacidades como a identificação, análise e compreensão, assim como a permite ao aluno realizar um encadeamento de conhecimentos anteriormente adquiridos. Para além de fomentar competências de compreensão histórica, promove nos alunos o respeito pela preservação e conservação do património, fortalece o sentimento de pertença a uma comunidade e estimula valores de cidadania (Manique & Proença, 1994, p. 27).

2.5. Visitas de estudo e aulas de campo

“fazíamos melhor se despendêssemos menos tempo com os livros e mais tempo ao ar livre, menos tempo nas nossas aulas e mais tempo fora delas com coisas que são reais [...] Precisamos de ser livres para sonhar, imaginar e criar o nosso próprio conhecimento” (Conrad cit. por Fenta, 2020, p. 25)

No presente, verifica-se junto da comunidade científica uma preferência pelas metodologias ativas e a aprendizagem situada, que assenta na ideia de que o *“conhecimento é construído e não pode ser transmitido”*. O modelo construtivista defende que os alunos devem ser construtores do seu próprio conhecimento e o professor um mero orientador da descoberta desse conhecimento (Bidarra & Festas, 2005, pp. 175-176). Nesse sentido, importa neste ponto refletir sobre “Visitas de Estudo” e mais concretamente sobre as “Aulas de Campo”, uma vez que como método de ensino privilegiam o papel ativo do aluno e potencializam o contacto direto com a História Local e o Património Cultural.

Terminologias como visitas de estudo, saídas de campo e as aulas de campo são muitas vezes entendidas como sinónimos de atividades realizadas fora do contexto de sala de aula, no entanto verificam-se diferenças científico-metodológicas que as distinguem (Aguar, 2016, p. 4). Esta ambiguidade justifica-se pela ausência de uma legislação específica nos documentos oficiais para todo o tipo de atividades que não são abrangidas pelo conceito de Visita de Estudo, como é exemplo a Aula de Campo. Devido a esta ausência de legislação específica, as aulas de campo, assim como outras atividades com fins didáticos-pedagógicos que requerem deslocação devem ser enquadradas em contexto oficial como Visitas de Estudo (Fontinha, 2017, p. 87).

A visita de estudo pode ser definida, segundo António Almeida como “qualquer deslocação efetuada por alunos no exterior do recinto escolar independentemente da distância considerada,

com objetivos educativos mais amplos ou mero convívio entre professores e alunos” (Almeida, 1998, p. 51).

O Ofício-circular 21/04, de 11 de março vem dar razão à definição dada por Almeida, pois refere que:

“Deverá considerar-se visita de estudo toda e qualquer atividade decorrente do Projeto Educativo de Escola e enquadrável no âmbito do desenvolvimento de projetos curriculares de escola/agrupamento e de turma, quando realizada fora do espaço físico da escola e ou da sala de aula. Nesta aceção uma visita de estudo é sempre uma atividade curricular, intencionalmente planeada, servindo objetivos e conteúdos curriculares disciplinares e não disciplinares, logo uma atividade letiva, obrigatória para todos os alunos da turma ou para um conjunto de turmas para a qual foi estruturada”²⁷.

Segundo Zoratto e Hornes, a aula de campo é uma ferramenta didática que “*aproxima a teoria da realidade*”, ao permitir observar e estudar “*in loco*” o objeto da sua aprendizagem. As aulas de campo devem ser tomadas como uma aula num contexto diferente, sendo que o local onde ocorre é o principal fator para entusiasmar os estudantes. O contacto com o objeto de estudo em concreto facilita a aquisição de uma aprendizagem significativa e possibilita o fomento de outras capacidades que nem sempre são desenvolvidas em sala de aula (Zoratto & Hornes, 2014, p. 2).

Neste contexto educativo, o aluno auxiliado pela observação e reflexão deve ser capaz de relacionar a realidade com os conteúdos, enquanto o professor deve proceder como um mediador no processo de ensino-aprendizagem, provocando o aluno para a procura de novos conhecimentos, não atuando como “*um simples transmissor de conhecimentos acumulados*” (Fernandes, 2019, p. 8).

Para Silva e Campos (2015), as aulas de campo tiram o aluno dos espaços formais, proporcionando uma nova forma de encarar o objeto de estudo, garantindo uma maior assimilação dos conteúdos teóricos e a integração desses conteúdos no quotidiano (Silva & Campos cit. por Moreira & Marques, 2021, p. 45141).

De acordo com Bonito (2001), a Aula de Campo deve consistir na articulação entre o programa curricular e um plano de atividades que deve ser cuidadosamente planeado, de modo a atingir os objetivos pedagógicos pretendidos (Bonito cit. por Azenha, 2016, p. 71).

De modo a realizar a aula de campo de forma proveitosa é necessário adotar o Modelo de Orion, no qual se contempla um trabalho de planeamento em três fases: preparação da aula de

²⁷ Ofício-circular n.º 21/04 de 11 de março. Direção Regional de Educação do Norte, 2004;

campo; aula de campo e pós-aula de campo e respetiva avaliação (Zoratto & Hornes, 2014, p. 6).

Para a preparação da aula de campo, o docente deve antes de mais realizar uma investigação científica e pedagógica de modo a familiarizar-se com o objeto de estudo, de seguida deve deslocar-se ao local com objetivo de recolher o máximo de informações possíveis, a fim de explorar todas as suas potencialidades, definindo assim o roteiro/guião, que deve conter tarefas para os alunos realizarem e espaço para o registo de observações (Monteiro, 1995, p. 191).

Durante a preparação da aula de campo devem ter-se em consideração “*fatores de distração oriundos de um ambiente complexo, a necessidade de conjugar aspetos afetivos e cognitivos*”, assim como adaptar a aula às características dos discentes e aos objetivos a alcançar (Oliveira F. C., 2014, p. 31).

O aluno necessita de ser motivado para a aprendizagem, sendo que a melhor forma para o fazer é conciliar os interesses dos discentes com o conteúdo abordado e o contexto da escola, com objetivo de desenvolver as competências que se pretendem e obter os melhores resultados possíveis (Fontinha, 2017, p. 87). Além disso, para que a aula de campo seja benéfica, esta deve ser precedida de uma discussão em sala de aula, que permita aos alunos “*debater a temática que será problematizada em campo*”, de modo a compreender o contexto e os objetivos em que esta é realizada (Azenha, 2016, p. 71).

Aliás, segundo uma investigação desenvolvida por Orion (1989) verificou-se que o nível de aprendizagem dos alunos era maior quando se realizava uma explicação prévia relativamente à atividade e ao espaço onde iria decorrer a aula de campo. Concluindo assim, que o professor deve realizar uma boa preparação de modo a reduzir o elemento de “novidade” nos alunos (Orion cit. por Azenha, 2016, p. 72).

De acordo com Almeida, se os alunos não tiverem informação da atividade de antemão, não “*thes reconhecem qualquer utilidade do ponto de vista de aprendizagem cognitiva*”, encarando a aula de campo como um passeio turístico (Almeida, 1998, p. 55).

Na aula de campo é importante incentivar os alunos para a recolha de informações que considerem pertinentes, através da observação detalhada, anotações, desenhos ou fotografias. Além disso, é importante que os alunos não desempenhem demasiadas atividades durante a aula de campo, para que tenham tempo para observar e entrar em contacto com o objeto em estudo (Moreira & Marques, 2021, p. 45141).

Após a aula de campo e nas aulas seguintes, os alunos devem tratar a informação recolhida, convertendo-a em trabalhos de sistematização, portefólios, posters, mapas de conceitos ou exposições, com o intuito de discutir e refletir sobre a informação obtida durante a aula de

campo (Fernandes, 2019, p. 23). Pretende-se neste ponto realizar um conjunto de tarefas que “possibilitem um salto categorial da realidade concreta para o abstrato” (Oliveira, 2014, p. 32).

Por último, não se deve descorar a avaliação, devendo ter em conta as aprendizagens realizadas em campo e a identificação dos “aspetos positivos e negativos”, pois é a “análise crítica do trabalho de organização e concretização da visita que possibilitará a introdução de alterações em experiências futuras” (Monteiro, 1995, p. 194).

2.5.1. Potencialidades da aula de campo:

As aulas tradicionais são muitas vezes encaradas pelos alunos como entediantes; em contraste a estas encontram-se as aulas de campo, que são entendidas como uma ferramenta motivadora e estimulante, dado que permitem ao aluno uma quebra da rotina diária e maior envolvimento emocional, visto que este se torna um agente ativo na construção do seu conhecimento (Fernandes, 2019, p. 9).

As aulas de campo ao garantirem contacto direto com o objeto em estudo, permitem aos alunos de forma espontânea identificar no meio aquilo que aprenderam dentro da sala de aula, possibilitando assim converter conhecimento vago, abstrato e teórico em algo mais concreto e prático. Sendo que ao “descodificar” a informação assiste-se a uma reformulação cognitiva das aprendizagens, tornando estas “*significativas e não mecânicas e memorialísticas*” (Fontinha, 2017, p. 8). Além disso, quando o aluno está em contacto com o objeto de estudo e é o protagonista da sua própria aprendizagem, verifica-se uma maior tendência para armazenar esse conhecimento a longo prazo (Oliveira, 2014, p. 25).

As aulas de campo contribuem para incentivar o aluno a investigar, refletir, observar, comparar, contextualizar os conteúdos de sala de aula e a estabelecer associações entre a teoria e a prática. Além do mais, a componente lúdica e distinta da atividade contribui para o desenvolvimento das relações sociais entre o professor e o aluno e até entre a própria turma (Zoratto & Hornes, 2014, p. 9)

Esta ferramenta pedagógica é também bastante benéfica, principalmente para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, uma vez que permite ao professor compatibilizar com várias metodologias, atendendo assim às fragilidades cognitivas de cada aluno (Zoratto & Hornes, 2014, p. 2).

No entanto, esta atividade manifesta alguns fatores que dificultam a sua realização, tais como o elemento de “novidade” que pode destabilizar o bom funcionamento da aula; a idade dos alunos que influencia o seu aproveitamento, visto que alunos mais novos encontram-se mais

entusiasmados do que alunos do ensino secundário que encaram com mais frequência a atividade como uma saída da escola; a falta de confiança por parte do professor em realizar uma atividade fora do contexto normal de sala de aula por receio de indisciplina e a grande extensão do programa curricular e a falta de tempo (Capucho, 2009, pp. 97-98).

Outro problema é a existência de turmas demasiado grandes, o que é um desafio para o professor orientar uma média de 20 a 30 alunos. Por último, os alunos frequentemente acabam por não realizar ou entregar os instrumentos de avaliação propostos pelo professor no início da atividade (Araújo, 2017, p. 73).

Em suma, esta é uma atividade que deve ser cuidadosamente planeada e obriga por parte do docente a uma apropriada preparação científica e pedagógica, para que se torne numa experiência pedagógica por excelência, que permitirá ao aluno assimilar os conhecimentos de forma mais eficaz e inculcar-lhe um sentimento de pertença a uma comunidade, e ainda despertará o gosto e o cuidado do aluno na preservação e conservação do legado do seu local.

Capítulo III – Breve abordagem sobre a temática da Arte Nova em Aveiro

Neste capítulo pretendeu-se realizar uma breve referência aos conteúdos de História Local abordados na aplicação didática, com recurso à bibliografia nacional e local, tendo como objetivo enquadrar a Arte Nova no contexto internacional e local.

3.1. A Arte Nova no contexto internacional

As décadas de transição para o século XX constituem um período de grande prosperidade económica, tecnológica e técnica resultante da industrialização, que conjugado com a estabilidade política e económica, deu origem a um período de paz e à ascensão da burguesia, que se tornaria a grande impulsionadora do movimento (Lourenço, 2008, p. 7).

Apesar destas alterações, na arte “*não existia uma transformação correspondente*” verificando-se o constante revivalismo e reinterpretação de correntes artísticas tradicionais, que em nada refletiam os gostos da burguesia. Abria-se assim caminho ao aparecimento de um novo estilo artístico, a Arte Nova, que se desenvolve em 1880 e entrou em decadência em 1905. Ainda que se apresente como um movimento súbito, a Arte Nova foi o primeiro estilo do século XIX “*a, aparentemente, não possuir as suas raízes profundamente enterradas na história europeia*” (Hardy, 1996, p. 8)

O movimento proliferou rapidamente e quase em simultâneo, pela Europa e pelos Estados Unidos, através da imprensa e de exposições internacionais, como a Exposição Internacional de Paris em 1900, que possibilitou a afirmação da Arte Nova. Devido a este sincronismo, não é possível definir uma “*certidão de nascimento, com uma data e um local únicos*” (Neves, 1997a, p. 17)

Contudo, o estilo artístico abarcou várias “escolas”, cada uma com a sua interpretação distinta do estilo; e ainda designações distintas consoante o local de implementação: intitulou-se *Modern Style* em Inglaterra, *Art Nouveau* em França, *Jugendstil* na Alemanha, *Sezessionstil* na Áustria e por último *Modernismo* na Espanha (Hardy, 1996, p. 9).

Apesar das diferentes “escolas”, a Arte Nova apresentava princípios comuns em toda a Europa, tais como a rejeição dos estilos académicos, a adesão às novas técnicas e materiais industriais, e ainda a utilização de linhas sinuosas, fluidas e estilizadas, com motivos florais e

vegetalistas; possuindo a conjugação destes princípios o intuito de associar a beleza à funcionalidade (Champigneulle, p. 93).

A Arte Nova teve expressão na arquitetura e artes decorativas, como joalheria e artes gráficas, no entanto, apenas nos cingiremos à arquitetura dada a natureza do trabalho. No plano técnico, a arquitetura fazia proveito de materiais como o ferro, o aço e betão, que pela sua maleabilidade permitiam construir estruturas sinuosas. No plano decorativo é fundamental referir que os arquitetos se preocupavam com a ornamentação do exterior e interior do edifício. Sendo estes simultaneamente artesãos e designers desenhavam e criavam objetos de decoração em complemento do edifício (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2001, p. 794).

Este estilo artístico manifestou-se de forma dicotómica, em termos decorativos, em várias partes da Europa. Enquanto a “escola” francesa e catalã apresentavam uma estética floral, naturalista e sinuosa, da qual é exemplo a *Casa Milá*, de autoria de Antoni Gaudí; a “escola” de Glasgow e Chicago desenvolveu-se numa vertente menos decorativa, mais estrutural, geométrica e funcional, sendo disto exemplo a *Escola de Artes*, da autoria de Charles Mackintosh (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2001, p. 794).

No entanto, a excessiva propagação do estilo conduziu ao seu declínio, “*pois, tornada moda, a Arte Nova e os seus artefactos vulgarizaram-se e perderam qualidade estilística*” (Lourenço, 2008, p. 10).

3.2. A Arte Nova em Portugal

O contexto socioeconómico que possibilitou o aparecimento da Arte Nova na Europa tinha como base a industrialização. No entanto, no final do século XIX, Portugal encontrava-se ainda a passos largos deste feito, por consequência das políticas fontistas, que se focavam em desenvolver as comunicações e não a indústria. Estes fatores levaram à introdução de Arte Nova em Portugal tardiamente (1905), em relação aos grandes centros da Europa (Neves, 1997a, p. 24).

Durante o período de apogeu da Arte Nova na Europa, em Portugal, como consequência do *Ultimatum* Inglês, verificou-se um nacionalismo exacerbado que dava preferência à proteção das tradições populares na arte. Além disso, o arquiteto Raul Lino introduz a “casa portuguesa”, que ao assumir características nacionais e românticas, afasta a sociedade das novas correntes europeia (Lourenço, 2008, p. 11).

A primeira grande manifestação de Arte Nova em Portugal, terá ocorrido com a construção do edifício do Animatógrafo do Rossio, no ano de 1905, já no declínio do estilo no resto da Europa, sendo que a grande maioria de construções deste estilo, verificam-se nos “palacetes dos brasileiros, no norte do país; e em prédios da burguesia urbana. Na generalidade, a Arte Nova em Portugal, restringia-se a pequenos prédios, constituídos por pequenos negócios no rés-do-chão e habitação no andar superior. A encomenda destes prédios era normalmente feita pela média burguesia, proprietária de lojas de roupa, tabacarias e quiosques, que por recursos limitados aderiam ao estilo através da utilização de painéis de azulejo e grades de ferro (Neves, 1997a, p. 25).

A Arte Nova em Portugal manifestava-se na sua grande maioria de forma decorativa, através de trabalhos de cantaria, serralharia e azulejares, que embelezavam as molduras de portas e janelas, gradeamentos, ou até fachadas inteiras. Esta aplicação foi fundamentalmente realizada em edifícios de arquitetura tradicional; inovando, portanto, em materiais e técnicas decorativas, não tendo a mesma influência a nível estrutural (Pinto, Meireles, & Cambotas, 2001, p. 818).

A introdução do azulejo nas fachadas dos edifícios, garantiu originalidade à Arte Nova portuguesa, visto que não “*aparenta ter nenhuma influência específica de qualquer uma das correntes europeias*” (França, 2004, p. 161).

Os princípios estéticos da Arte Nova refletem-se também nas artes gráficas, como é exemplo o design da revista “*Ilustração Portuguesa*”, vitrais, joalheria, ourivesaria, e ainda cerâmica, na qual se destaca Rafael Bordalo Pinheiro (Pinto, Cambotas, & Meireles, 2020, p. 189).

Esta corrente artística encontra-se representada em vários pontos do país, tais como Lisboa, Porto, Leiria e Faro, sendo este “*não passa[va] factualmente de um mero episódio sem continuidade nem coerência*”, excetuando Aveiro e a sua região, que demonstraram um maior desenvolvimento (Almeida. P. & Fernandes. J. cit. por. Neves, 1997, p. 28).

3.3. A Arte Nova em Aveiro

No princípio de Oitocentos, Aveiro deparava-se com uma grave crise económica e social, decorrente do estrangulamento da barra e das sucessivas tentativas de reabertura da mesma, o que prejudicava a fluidez da circulação de produtos e pessoas (Neves, 1997a, p. 31).

Apesar da reabilitação da barra, em 1808, os efeitos não se fizeram sentir, como comprova um relatório do Governo Civil de 1847-1848, que pintava Aveiro como um cenário de “*progressivo abatimento e decadência*”, mencionando entre os principais problemas: a escassez industrial, a falta de vias de comunicação e a perda de lucro da pesca, conduziram à fuga populacional (Lourenço, 2008, p. 14).

Após as políticas fontistas, que visavam o desenvolvimento das vias de comunicação, verificou-se maior fluxo populacional, que conseqüentemente levou ao desenvolvimento industrial, como é exemplo a Fábrica da Fonte Nova, que se tornaria o grande produtor de azulejo da região, ao estilo de Arte Nova (Neves, 1997a, p. 31)

Como consequência da elevação de Aveiro a capital de distrito, verificou-se um rápido crescimento de infraestruturas e construção de imóveis. Esta nova afluência denota-se pela construção de edifícios com características de Arte Nova, estilo importado por burgueses enriquecidos e emigrantes de “torna-viagem” (Lourenço, 2008, p. 15).

A primeira demonstração de Arte Nova em Aveiro ocorre em 1880 com o Fontanário das Cinco Bicas. No entanto, os primeiros edifícios verdadeiramente representativos deste estilo, surgem no início do século XX, com a Capitania do Porto de Aveiro e a Casa Major Pessoa (Lourenço, 2008, p. 15).

Aveiro viveu um período áureo de produção de Arte Nova entre 1906 até 1918, erguendo importantes construções características do estilo artístico. No entanto, a imprensa local afirmava ter surgido uma “*uma maneira própria de interpretação*” da Arte Nova em Aveiro, apelidando-a de “estilo aveirense” (Neves, 1997, p. 7).

Se inicialmente a expressão “Arte Nova” era empregue nos jornais da região de forma depreciativa, com a maior presença do estilo na cidade, este passa a ser sinónimo de bom gosto e estatuto social (Neves, 1997a, p. 47). Tal como se verifica pela notícia de 11 de janeiro de 1908 publicada pelo jornal “*Campeão das Províncias*” – “...a nova edificação que o capitalista, Sr. Mário Belmonte Pessoa, anda realizando no rossio é o que mais de moderno e característico se tem feito...” (Lourenço, 2008, p. 15).

A Arte Nova foi introduzida em Aveiro por duas grandes personalidades - Francisco Augusto da Silva Rocha e Jaime Inácio dos Santos. A Silva Rocha atribuiu-se a autoria de um vasto leque de imóveis do estilo artístico, dos quais se pode referir a própria residência do

artista, vivenda do advogado António Peixinho, a remodelação da Capitania do Porto de Aveiro e a Casa Major Pessoa, que erradamente é atribuída também a Ernesto Korrodi. Jaime Inácio, tendo formação como arquiteto, realizou trabalhos em Coimbra, Lisboa e no distrito de Aveiro, estando atribuídas a seu nome, o Tribunal de Menores de Aveiro, o edifício da Antiga Sapataria Leitão, a Farmácia Brandão na Mealhada e obras nas Termas da Curia (Neves, 1997, pp. 18-24).

Apesar dos diferentes obreiros e arquitetos, a Arte Nova em Aveiro apresenta características comuns. Os edifícios, que na sua grande maioria se circunscreviam ao espaço nobre da cidade, eram demasiados estreitos e apresentavam uma altura média, compreendendo o rés-do-chão, o primeiro e o segundo andar que, por vezes, era convertido em águas-furtadas. Apesar dos imóveis serem erigidos por uma classe social em ascensão, o seu interior apresentava-se modesto, comparativamente ao ornamento e riqueza exibido no exterior. Relativamente ao plano decorativo, salienta-se a utilização de cantaria e serralharia artística com motivos naturalistas e do azulejo, sendo raras as fachadas desprovidas de azulejaria, dada a sua proximidade com a Fábrica da Fonte Nova (Neves, 1997a, pp. 69-70).

A arquitetura da Arte Nova influenciou também as artes decorativas - a azulejaria como se pode testemunhar na da Antiga Cooperativa Agrícola; a cantaria, evidenciada, por exemplo, na Casa Major Pessoa e por último, a serralharia artística presente em todo o seu esplendor no Coreto do Parque do Infante D. Pedro (Neves, 1997a, pp. 161-168).

Apesar do centro de Aveiro apresentar um maior número de exemplares do estilo artístico, este espalha-se pela periferia da cidade, abarcando municípios, como Espinho, Ílhavo, Águeda, Ovar, Mealhada e Anadia (Neves, 1997a, p. 76).

Tal como Amaro Neves ressalta “não há uma unidade de estilo, nem na arquitetura nem na decoração, mas interpretações diferentes, consoante a formação dos artistas” e o gosto do encomendante. (Neves, 1997a, p. 71).

Capítulo IV - O estudo: A Arte Nova. Exploração a partir de uma perspetiva local - o caso de Aveiro

Neste capítulo esclareceremos a questão de investigação, os seus objetivos e a metodologia utilizada. Tendo ainda como intuito descrever o projeto didático e o público-alvo.

Por último, serão apresentados, analisados e comparados os dados recolhidos, através de questionários e trabalhos desenvolvidos pelos alunos.

4.1. Questão de Investigação e objetivos

O presente projeto foi desenhado com o objetivo de responder à questão primordial desta investigação: *Perceber se a História Local e o Património Histórico influencia o modo como os alunos compreendem História*. Partindo da questão de investigação foram considerados outros objetivos, tais como:

- “Verificar em que medida a utilização da História Local e do Património Cultural pode contribuir para uma melhor aplicação de conhecimentos a novas situações”;
- “Verificar se a aplicação da História Local/Património Histórico-cultural se manifesta numa maior motivação”;
- “Avaliar se as visitas de estudo e aulas de campo promovem o aumento de motivação nos alunos”.

4.1.1. Metodologia e Recolha de dados

O método de investigação utilizado foi o Estudo de Caso, visto que este tipo de metodologia é empregue quando se pretende dar resposta a uma situação específica. Em virtude de o Estudo de Caso ter uma natureza empírica e ser marcado pela sua índole qualitativa e descritiva, compreende-se a utilização de uma grande variedade de instrumentos e estratégias, tais como questionários, trabalhos escritos e práticos, participações em aula e observações, que permitem uma análise descritiva dos dados (Ponte, 2006, pp. 2-3).

Visto tratar-se de um estudo particularista, de foco limitado e com carácter descritivo, é alvo de críticas, pela falta de precisão e rigor na sua metodologia. No entanto, apesar das suas conclusões não poderem ser generalizadas, este permite levantar questões que podem ser investigadas noutras situações, de modo a gerar novas hipóteses a ser estudadas (Barroso, 2016, p. 347).

Para alcançar as respostas necessárias foram definidos como instrumentos de recolha de dados: 3 questionários aplicados à turma, trabalhos escritos e práticos desenvolvidos pelos alunos e ainda todas as observações e diálogos relevantes, que ocorreram durante a aplicação do projeto didático.

Pretendia-se analisar as conceções prévias dos alunos, assim como compreender se a aplicação da História Local/Património Histórico-Cultural levaria a uma maior motivação e compreensão histórica.

Os questionários foram pensados à semelhança de Sílvia Araújo e Paula Fenta. O primeiro questionário encontra-se constituído por dois grupos, a primeira parte referente aos dados pessoais dos alunos, enquanto a segunda parte encontrava-se voltada para a relação dos alunos com a História Local/Património Histórico-cultural, com o intuito de recolher informações sobre as ideias prévias dos alunos. O questionário apresentava um esquema de questões com respostas fechadas e abertas, com o propósito de levar o aluno a justificar os seus pareceres, realizando assim uma análise mais detalhada²⁸.

O segundo questionário foi aplicado no âmbito da aula de campo, estando também dividido em dois grupos. No primeiro grupo procurou-se aferir sobre a organização e os aspetos positivos e negativos da visita. No segundo grupo pretendeu-se averiguar os conhecimentos adquiridos na aula, com o intuito de perceber se aplicação da História Local/Património Histórico-Cultural pode ser um bom método de ensino. Mais uma vez foi apresentada uma linguagem simplificada e continha na sua maioria questões de resposta aberta²⁹.

O último questionário aplicado à turma era relativamente semelhante ao primeiro inquérito, no qual se pretendia abordar novamente os conceitos de História Local e Património Histórico-cultural, com o objetivo de realizar a comparação de dados, verificar a evolução e retirar as devidas ilações, relativamente ao trabalho desenvolvido com a turma³⁰. Após a análise dos questionários iniciais verificou-se que os alunos não tinham grande predisposição para a escrita e, por esse motivo, pretendeu-se que este questionário fosse à base perguntas múltiplas e dicotómicas, apresentando apenas três questões que necessitavam de algum desenvolvimento.

O presente projeto foi desenhado para poder ser desenvolvido a alunos de diferentes níveis de ensino. No entanto, o projeto didático aqui proposto direciona-se para os alunos do 11º ano do Curso de Artes Visuais, sendo de seguida feita uma breve caracterização da amostra de participantes.

²⁸ Ver anexo VII – Primeiro Questionário;

²⁹ Ver anexo VIII – Segundo Questionário;

³⁰ Ver anexo IX – Terceiro Questionário;

4.2. Breve caracterização da turma

A caracterização da turma Y/Z do 11º ano de História da Cultura e das Artes torna-se fundamental para compreender o contexto no qual foi aplicado o projeto didático. Visto tratar-se de uma disciplina opcional, a turma é composta por 11 elementos da turma Y e 14 elementos da turma Z. Apesar da turma se apresentar semelhante ao ano transato, apenas com o acréscimo de dois estudantes, constatou-se uma clara divisão da turma em dois grupos distintos.

A turma constituída pelos 25 alunos, é composta por 19 alunos do sexo feminino e 6 do sexo masculino, já a média de idades da turma ronda os 16 anos, havendo 8 alunos com 17 e os restantes 4 alunos com 18 anos.

A maioria dos alunos (19) é residente no concelho de Aveiro, onde se situa a escola, seguido pelo concelho vizinho Ílhavo no qual residem 4 alunos, sendo os outros dois alunos de concelhos mais longínquos, Águeda e Vagos. Deve-se salientar que esta é uma turma que reúne alunos oriundos de países como a Venezuela, França e Ucrânia, o que se apresentou como um desafio, principalmente pela barreira linguística.

No que ao empenho escolar diz respeito é uma turma bastante heterógena, apresentando alunos com enorme sucesso académico, empenhados, esforçados e criativos. Aliás 4 alunos encontram-se inseridos no ensino articulado, frequentando o Conservatório de Música de Aveiro Calouste Gulbenkian. Enquanto outros apresentam-se pouco recetivos às tarefas propostas, mostrando alguma falta de empenho, o que explica que 4 alunos usufruam de medidas do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. A turma integra ainda dois alunos abrangidos pelo Decreto-Lei 54/2018. A turma é constituída, na sua generalidade, por alunos participativos e interessados, mas com poucos hábitos de estudo.

Em termos de aproveitamento escolar, a média global é bastante satisfatória. No entanto verificaram-se algumas dificuldades de interpretação e expressão escrita, que se refletiu nas suas respostas.

Apesar de a turma ser constituída por 25 alunos é relevante mencionar que, devido à situação pandémica, nem todos os alunos puderam participar nas atividades do projeto didático e, por consequência, realizar alguns dos questionários.

4.3. Implementação do projeto didático

Com a crescente Globalização, a inserção do individuo na sua comunidade local começa a definir-se. Assim, torna-se fundamental gerar nos jovens estudantes esse sentimento de pertença e de Identidade a uma Comunidade. A História com a sua função social pode ser esse

elo de ligação à comunidade, por essa razão é necessário estimular e divulgar o passado Histórico nas Escolas.

De acordo com o regulamento do estágio, exige-se o desenvolvimento de um projeto de intervenção pedagógica. Portanto, pretendeu-se compreender até que ponto a História Local e o Património Histórico-Cultural influenciam a forma como os alunos compreendem História, e se a sua introdução em sala de aula se torna num fator de motivação. Por esse motivo, a temática foi sendo abordada, através de pequenos apontamentos sempre que parecia oportuno, nas diferentes turmas.

Dado que se verificou a possibilidade de lecionar História da Cultura e das Artes a uma turma do 11º ano, e tendo em conta o Módulo 8: *A Cultura da Gare*, na qual se insere a temática da Arte Nova, parecia fundamental abordar a cidade de Aveiro como a Capital de Arte Nova em Portugal.

Iniciou-se este trabalho com o questionário inicial, realizado uma semana antes da prática docente (8 de março). No entanto, as questões abertas mostraram-se um desafio para os alunos, visto que alguns optavam por responder de modo vago e confuso, enquanto outros escolhiam não responder.

Com o propósito de aplicar a proposta didática, foram estipuladas 6 aulas de 90 minutos, tendo estas sido cuidadosamente planificadas, de modo atingir diferentes estratégias e objetivos³¹.

A primeira aula, ocorrida a 15 de março, foi de carácter mais expositivo, na qual com auxílio de uma apresentação de *PowerPoint* e do manual dos alunos se realizou a introdução temática e se abordaram as características gerais da Arte Nova, essencialmente através da seleção de fontes iconográficas e documentais³².

A aula de 16 de março estabeleceu como principais objetivos caracterizar a Arte Nova em Aveiro e relacionar as aprendizagens com a História Local e o Património Histórico, promovendo a valorização do património, numa perspetiva de desenvolvimento da cidadania e preservação da identidade. Para a realização desta aula mobilizaram-se os conhecimentos prévios dos alunos trabalhados no questionário, com o intuito de alargar horizontes³³.

A aula foi dividida em três momentos, um primeiro momento de explanação e esclarecimento do conceito de História Local e Património Histórico-Cultural; num segundo

³¹ Ver anexo X – Planificação do Projeto Didático;

³² Ver anexo XI – *PowerPoint* referente à primeira aula de Arte Nova;

³³ Ver anexo XII – Plano de aula de 16 de março;

momento foram abordados os diferentes tipos de Património e num terceiro e último momento realizou-se a introdução da temática da Arte Nova em Aveiro.

Quando questionados sobre os conceitos de História Local e Património Histórico-Cultural gerou-se um *brainstorming* que permitiu aproximar os alunos de definições imprecisas destes, que de seguida foram colmatadas com o auxílio de uma apresentação de *PowerPoint*.



Figura 1: PowerPoint referente aos conceitos.

A temática da História Local foi debatida com os alunos, tendo estes questionado a professora estagiária sobre diferentes personagens da História de Aveiro, tais como Santa Joana Princesa e o próprio patrono da escola.

Relativamente ao conceito de Património, parece importante referir que, ao contrário do que se verificou no questionário inicial, os alunos foram capazes de associar o conceito a termos como “Memória”, “Passado” e “Herança”, demonstrando assim uma evolução. Quando questionados sobre exemplos de Património, os discentes apontaram na sua maioria Património Material edificado. Neste sentido, foram confrontados com as definições de Património

Material e Imaterial, sendo-lhes pedido que mencionassem alguns exemplos por eles conhecidos destas conceções.

Quanto ao Património Material, como seria expectável, os alunos não apresentaram dificuldades ao apontar inúmeros exemplos de património edificado. Por este motivo, foram questionados sobre a possibilidade deste Património ser de cariz arqueológico, agrícola, arquitetónico ou artístico, observando-se aqui dificuldade em reconhecer exemplos práticos destes tipos de Património Material. Após uma tentativa de simplificar o conceito, um aluno foi capaz de reconhecer o Douro Vinhateiro como Património Material Agrícola.

Além da falta de exemplos concretos de Património Imaterial por parte dos discentes, não foram capazes de reconhecer inicialmente as festas populares, o Fado, a gastronomia, o cante alentejano ou a própria língua portuguesa como exemplos deste tipo de património. Esta observação gerou uma saudável discussão em sala de aula, sobre os vários exemplos de Património Imaterial. Apesar de aparentemente produtiva momentaneamente, os resultados desta discussão não se verificaram mais adiante na resolução do questionário final.

Para além das divisões de Património em Material e Imaterial, foi também referido que este pode ser classificado como Mundial, Europeu, Nacional, Regional e Local. Foi ainda referido que a sua preservação se encontra a cargo de diferentes instituições que classificam esse Património segundo uma simbologia específica, que os alunos aprenderam a identificar.

Por último, realizou-se uma pequena introdução, contextualização e caracterização geral da Arte Nova em Aveiro. Com auxílio de um *PowerPoint* foram apresentados e analisados alguns edifícios do concelho de Aveiro tais como a Residência do arquiteto Silva Rocha e o Hotel “As Américas”; e também dos diferentes concelhos de residência dos restantes alunos, tal como é exemplo a Vila Africana em Ílhavo, para que também estes se identificassem com o património abordado na sala de aula.





Figura 2: Recurso utilizado para a análise dos diferentes edifícios de Arte Nova

Como referido anteriormente, Aveiro é considerada a cidade-museu de Arte Nova em Portugal, por isso era fundamental levar os discentes ao encontro do seu património, que aliás foi desde o início incentivado pela Professora Orientadora. Neste sentido, realizou-se uma aula de campo, que tinha como principais propósitos reconhecer a cidade como um Museu, identificar os principais edifícios de Arte Nova, sensibilizar para o valor das suas ruas e consciencializar para a importância da valorização, preservação e conservação do Património Histórico.

Para a concretização desta aula foi necessário entrar em contacto com os “Museus de Aveiro”, de modo a requisitar uma visita guiada ao Museu de Arte Nova (Edifício Major Pessoa). Assim, foram realizadas várias viagens ao local com o intuito de definir o melhor roteiro, para que acomodasse o maior número de edifícios durante o período no qual iria decorrer a aula. Para alcançar uma boa preparação pedagógica e científica, realizou-se uma análise bibliográfica e estético-artística para todos os edifícios que seriam abordados em aula.

Tal como afirma Almeida, verificou-se a necessidade de preparar os alunos para a realização da aula de campo. Na aula anterior à de campo, reservou-se um pequeno bloco de tempo para a discussão do percurso a realizar, dando-lhes a conhecer alguns dos edifícios que iriam observar. Os alunos foram ainda informados dos objetivos e instruções necessárias para atingir uma aula proveitosa, através do guião que foi exposto no quadro da sala³⁴. Visto tratar-se de uma turma bastante tecnológica e que utiliza com regularidade o telemóvel em contexto escolar, sugeriu-se que fotografassem o guião, de modo a terem acesso às instruções no seu instrumento de recolha de dados e evitar esquecimentos e transporte de material desnecessário.

³⁴ Ver anexo XIII – Guião proposto para a aula de campo;

Os alunos foram alertados para o facto de esta ser apenas mais uma aula, apenas num contexto diferente, não se tratando por isso de um “passeio” (Almeida, 1998, p. 55).

Devido a constrangimentos de tempo, no início da aula de campo pediu-se aos alunos que se distribuíssem por 4 grupos, aos quais foram atribuídos de forma aleatória os seguintes edifícios: Casa dos Ovos Moles; Edifício Major Pessoa; Antiga Cooperativa Agrícola e o Museu da Cidade de Aveiro. Esta divisão da turma tinha como finalidade a elaboração de trabalhos escritos e práticos baseados nos registos feitos pelos alunos no campo. Por este motivo, foram novamente lembrados dos objetivos da aula de campo, os quais seriam facilitados pela utilização do telemóvel, através do registo fotográfico e anotações das características dos edifícios de Arte Nova.

De seguida, a turma dirigiu-se a pé em direção ao Museu de Arte Nova, tendo o percurso demorado pouco mais de 15 minutos. Neste trajeto verificou-se um ambiente descontraído e de boa convivência entre os elementos da turma e as professoras, o que se mostrou extremamente benéfico nas aulas que se seguiram. Após a chegada ao Museu iniciou-se uma visita guiada pelo primeiro e segundo piso do edifício, tendo esta a duração de mais ou menos meia hora, e na qual em conjugação com o programa curricular, se abordaram tópicos como: a Arte Nova na Europa, o contexto histórico-local que levou à implementação do estilo artístico em Aveiro e a preservação e restauro do edifício.

Retomou-se o caminho em direção à escola, realizando paragens em: Casa dos Ovos Moles, Museu da Cidade de Aveiro, Antiga Cooperativa Agrícola, Farmácia Ala, Obelisco à Liberdade, Antiga Sapataria Miguéis; de longe os alunos ainda tiveram oportunidade de observar a Antiga Capitania do Porto de Aveiro e o Edifício Testa & Amadores. Foi desenvolvido um roteiro interativo e digital, no qual se pretendeu o registo de algumas das características dos edifícios, de modo a servir de apoio à professora estagiária durante a aula de campo. Este não foi fornecido aos alunos para que pudessem acompanhar e anotar as explicações e as características dadas pela professora de cada edifício, ao longo do percurso. No entanto, este encontra-se disponível para facilitar a visualização do percurso, para quem não se encontra familiarizado com a área³⁵.

³⁵ Roteiro interativo disponível em: [Roteiro de Arte Nova - Aveiro \(padlet.com\)](https://padlet.com)



Figura 3: Casa dos Ovos Moles



Figura 4: Museu da Cidade de Aveiro



Figura 5: Antiga Cooperativa Agrícola



Figura 6: Farmácia Ala



Figura 7: Obelisco da Liberdade



Figura 8: Antiga Sapataria Miguéis



Figura 9: Antiga Capitanía do Porto de Aveiro



Figura 10: Edifício Testa & Amadores

Foi possível constatar que os alunos apreciaram a aula, assim como aprenderam com a mesma. A meio do percurso, os alunos sentiram a confiança suficiente para identificar, analisar e referir as principais características dos edifícios de Arte Nova, com que se deparavam no caminho de regresso à escola, que lhes permitiu serem os seus próprios agentes de conhecimento.

As duas aulas seguintes destinaram-se à realização dos trabalhos escritos e práticos. No entanto, a limitação de tempo levou à separação de cada grupo em subgrupos de parte teórica e parte prática, de modo a concluir as tarefas no prazo estipulado.

O trabalho escrito tinha como objetivo a dedicação dos discentes à História Local da cidade. Para este efeito, foi-lhes sugerido no guião de trabalho a abordagem dos seguintes subtemas: contextualização histórica da Arte Nova em Aveiro; a análise estética e artística do edifício que foi atribuído a cada grupo, assim como uma breve reflexão sobre a importância da preservação do Património Histórico-Cultural, com o intuito de cultivar nos alunos o sentido de dever cívico³⁶.

Através da realização dos trabalhos escritos pretendia-se alcançar um conjunto de competências, evidentes no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, tais como: domínio de capacidades de compreensão “*escrita, visual e multimodal*”, utilização de instrumentos diversificados para “*pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade*”, de modo a “*transformar a informação em conhecimento*” e trabalhar de forma cooperativa; tendo como objetivo último o contacto com a História Local³⁷.

Uma vez que a informação sobre a temática é escassa e de difícil pesquisa na *internet*, foi disponibilizada aos alunos uma lista bibliográfica, assim como fotocópias de livros de inacessíveis aos alunos, para que mais facilmente pudessem realizar o trabalho escrito³⁸.

Visto tratar-se de uma turma do Curso de Artes Visuais, foi proposto um trabalho prático, com a intenção de recriar em desenho o edifício atribuído a cada grupo, no qual teriam de identificar algumas características de Arte Nova. Pretendia-se com este trabalho verificar os conhecimentos assimilados durante a aula de campo, assim como o desenvolvimento de um conjunto de competências, tais como a sensibilidade estética, a criatividade e as aptidões técnicas e manuais, tão fundamentais para o curso em questão³⁹.

Na metade final da quarta aula (22 de março) foi aplicado o questionário referente à aula de campo, com o intuito de observar os efeitos da aula de campo nos alunos, relativamente à sua motivação e aquisição e consolidação dos conhecimentos. Após a conclusão do questionário houve ainda tempo para o diálogo com os alunos, que superou as expectativas da professora-

³⁶ Ver anexo XIV – Guião proposto para o trabalho escrito;

³⁷ Martins, Guilherme d’Oliveira (Coord.) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, p.21

³⁸ Ver anexo XV – Lista bibliográfica;

³⁹ Martins, Guilherme d’Oliveira (Coord.) (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, p.28

investigadora. Alguns dos alunos não residentes no concelho de Aveiro trouxeram para a aula fotografias em detalhe dos edifícios referidos nas aulas anteriores; enquanto outros fizeram questão de trazer consigo fotografias de casas do seu concelho que lhes pareciam encaixar no quadro de características gerais de Arte Nova, com o intuito de questionar a professora sobre o estilo artístico das mesmas. Além disso, houve até mesmo quem mencionasse as suas últimas aulas em casa, o que gerou um contributo bastante positivo. Um dos estudantes fez questão de mencionar que partilhou com a avó a aula de campo e, para surpresa do aluno, descobriu que o seu bisavô foi o responsável pela serralharia artística da Antiga Cooperativa Agrícola que certamente contribuiu para aproximar o aluno à História da sua cidade.

Quanto à última aula (25 de março), esta serviu vários propósitos, tais como a conclusão dos trabalhos dos alunos, preparação e apresentação oral destes, seguida da sua auto e heteroavaliação. Relativamente à apresentação oral, foi-lhes indicado que apresentassem à turma o seu trabalho prático, fazendo referência à história e características estéticas do edifício, terminando com uma reflexão sobre a importância da preservação do Património, retirada dos seus trabalhos escritos. Deu-se por concluída a aula através de um novo questionário relativamente semelhante ao primeiro inquérito aplicado à turma, tendo como objetivo averiguar os aspetos positivos e menos positivos da experiência, pois segundo Monteiro é a *“análise crítica do trabalho de organização e concretização da visita que possibilitará a introdução de alterações em experiências futuras”* (Monteiro, 1995, p. 194).

4.4. Apresentação, análise e interpretação dos resultados

Este subcapítulo tem o propósito de expor e analisar os dados obtidos através dos instrumentos de investigação aplicados à turma em questão. Pretendeu-se verificar se o trabalho realizado com os alunos produziu os efeitos desejados e se corresponderam às expectativas.

4.4.1. Questionário Inicial

O primeiro questionário foi aplicado à totalidade dos alunos da turma (25 alunos) uma semana antes da aplicação do projeto didático e tinha como objetivo recolher os dados pessoais dos alunos, assim como as suas ideias prévias acerca da História Local e do Património Histórico-Cultural.

Para o primeiro grupo do questionário interessou analisar a pergunta 1.c., referente ao concelho de residência dos alunos. Apurou-se o que já era expectável, a maioria dos alunos (19)

são residentes no concelho de Aveiro, onde se situa a escola, 4 alunos habitam o concelho de Ílhavo e 2 alunos residem em Águeda e Vagos. A recolha desta informação tornou-se de particular interesse, pois esperava-se que os alunos conhecessem um pouco da História e do Património de que se iria falar nas aulas seguintes.

Estes dados possibilitaram trazer para a sala de aula a História e o Património de outros concelhos, dos quais os alunos eram residentes, suscitando assim em todos os alunos um sentimento de pertença e familiaridade com a temática.

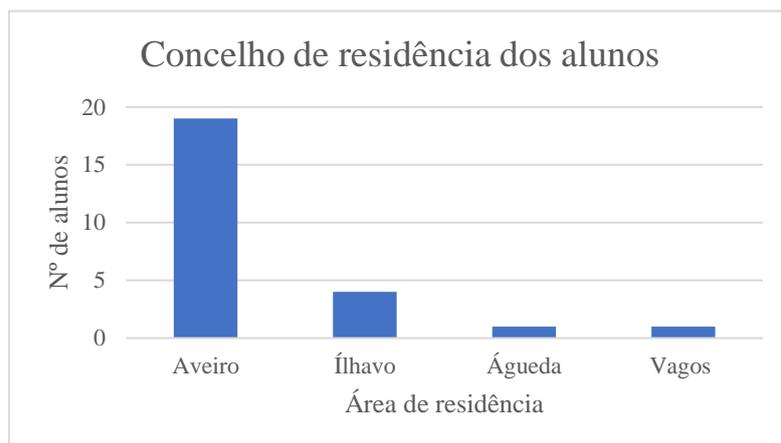


Gráfico 1: Resposta à questão nº1. c., do grupo I. Elaboração própria.

Quando questionados sobre: “Sabes o que é o Património Histórico-Cultural?”, a grande maioria (21) dos alunos responde afirmativamente, enquanto 4 alunos afirmaram não saber, como se observa pelo gráfico 2.

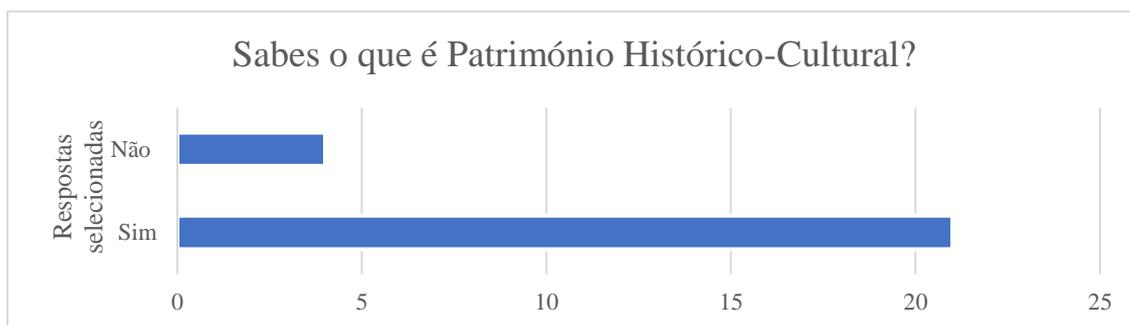


Gráfico 2: Respostas à questão nº 1 do grupo II. Elaboração própria.

Ao constatar o gráfico 3, é evidente que os alunos demonstram ter um conhecimento pouco aprofundado em relação ao conceito. A generalidade dos alunos considera como Património somente aquilo que é tangível, como os “Castelos”, “Igrejas e Mosteiros”. Apenas uma minoria dos alunos selecionou “Festas Populares”, “Cantigas” e “Gastronomia” como Património, o que demonstra que a maior parte dos alunos apresenta poucos conhecimentos relativamente ao Património Imaterial. Pretendia-se com esta questão que os alunos fossem capazes de selecionar todas as opções, sendo apenas conseguido por 17% (4 alunos).



Gráfico 3: Respostas à questão nº 1.1, do grupo II. Elaboração própria.

Os resultados apresentados vão ao encontro do estudo realizado por Paula Fenta, que aferiu que os alunos apresentavam um maior conhecimento sobre o Património Material (Fenta, 2020, p. 37).

Levando em consideração as suas escolhas, foi-lhes pedido que apresentassem uma justificação. No entanto, pelo facto de ser uma questão de resposta aberta, aferiu-se que estas ficaram muito aquém do esperado, dado que grande parte da turma optou por não desenvolver as suas explicações (Tabela 1).

Tabela 1: Categorização das justificações apresentadas pelos alunos à questão nº 1.1.1. do grupo II. Elaboração própria.

Categoria	Indicadores	Nº de ocorrências
Não responde	Ausência de resposta	2

Resposta Vaga	Respostas constituídas por um esclarecimento insuficiente.	9
Respostas simplificadas	Respostas em que os alunos apresentam uma explicação simples.	11
Aprendizagem significativa	Respostas que demonstram um maior conhecimento em relação aos restantes colegas.	3

Para uma análise mais correta das respostas abertas dos alunos, foi necessário categorizar as mesmas: em “*Valor Histórico*”, quando o aluno baseava as suas escolhas no valor que essas opções têm para a História; em “*Património Edificado*”, quando se atribuía importância aos edifícios e construções; em “*Valor Cultural*”, quando se referia às tradições e costumes; e por último em “*Valor Estético*”, quando reportava para referências a elementos decorativos e artísticos.

Tabela 2: Exemplos de respostas à questão nº1.1.1. Elaboração própria.

Categoria	Exemplo de respostas
Valor Histórico	<i>Considero todas as escolhas que fiz pertencem ao Património Histórico, pois acho que todas têm o seu passado histórico e retrataram as vivências dos nossos antepassados. (a.16)</i>
Valor Edificado	<i>Escolhi castelos, igrejas e mosteiros porque o Património é um lugar/sítio. (a.4)</i>
Valor Cultural	<i>O Património Histórico é aquele que mostra tradições e cultura das regiões. (a.22)</i>
Valor Estético	<i>Assinalei os Castelos, porque são construções muito bonitas deixadas pelas gerações anteriores. (a.9)</i>
Aprendizagem significativa:	<i>As minhas escolhas são todas, pois tudo o que nos rodeia são vestígios que nos permitem conhecer o passado. (a.20)</i>

Podemos assim reter ilações semelhantes às de Érica Almeida, dado que as justificações dos alunos possuem particular incidência (40%) no valor histórico do Património, ou seja, na sua relação passado/presente (Gráfico 4). Enquanto 20% dos discentes afirmam que o Património é apenas o Património Material, aquele que tem extensão e ocupa espaço. De seguida, com 12% das respostas surge o “Valor Cultural” e com a mesma percentagem as

“Aprendizagens significativas”. Com 8% das respostas surge o “Valor Estético”, que causou surpresa tendo em conta que se trata de uma turma do Curso de Artes Visuais e os restantes 8% representam os alunos que não apresentaram uma resposta (Almeida É. , 2014).

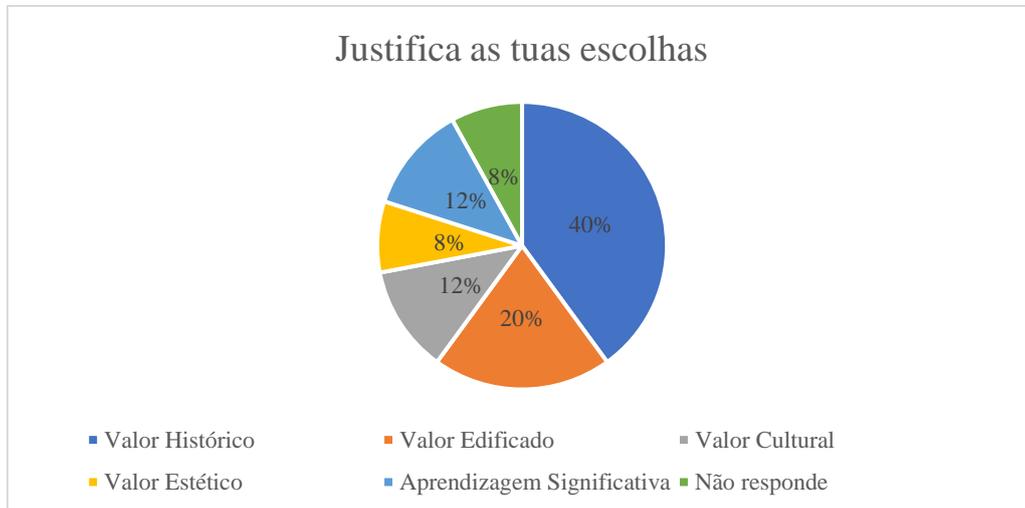


Gráfico 4: Categorização das justificações dos alunos à questão nº 1.1.1. do grupo II. *Elaboração própria.*

Analisando a questão seguinte: “*Consideras importante conhecer o património do teu concelho?*”, a maioria dos estudantes (24) responderam afirmativamente, enquanto um dos alunos (a.1) respondeu pela negativa. De seguida, pedimos que justificassem a opção assinalada. Cerca de 44% afirmou que esse conhecimento permitia uma maior valorização do concelho, outros 20% referiram ser importante saber mais sobre os costumes e tradições da terra; 16% consideram que conhecer esse património é uma questão de educação, visto que “*fazem parte da História da nossa localidade/região (...) e não devemos ficar alienados quanto a esse assunto*” (a.23). Ao passo que 8% referem que é importante conhecer o património do concelho por uma questão turística, e os restantes 12% não apresentam resposta à questão (Gráfico 5).

Consideras importante conhecer o património do teu concelho? Porquê?

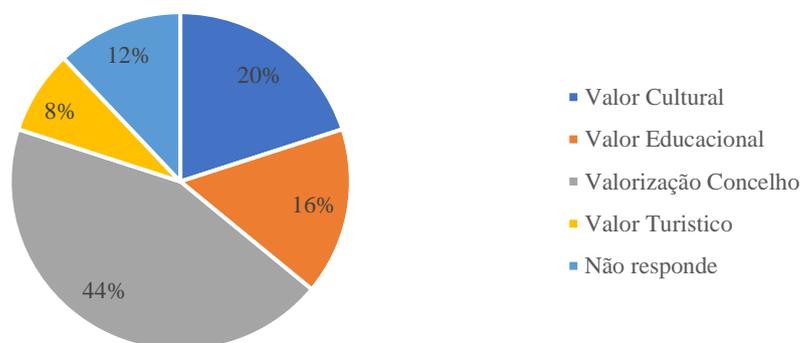


Gráfico 5: Categorização das respostas à questão nº2.1. do grupo II. *Elaboração própria.*

Após apresentados os dados percentuais, é relevante expor algumas das respostas e a devida categorização.

Tabela 3: Exemplos de resposta à questão nº2.1, do grupo II. *Elaboração própria.*

Categoria	Exemplo de resposta
Valorização do concelho	<i>Da mesma forma que se dá importância a monumentos de outros países, também temos de dar aos nossos e tê-los na nossa terra é um privilégio". (a.6)</i>
Valor cultural	<i>Porque é importante conhecermos o sítio onde vivemos e o que constitui a nossa cultura. (a.22).</i>
Valor educacional	<i>Sem o património da minha localidade, nunca saberia como era a vida dos meus conterrâneos e se não fizesse parte de um grupo folclore não perceberia muitos dos costumes e tradições da minha aldeia. (a.25)</i>
Valor turístico	<i>É importante para um dia poder recomendar a pessoas de outra localidade, a minha localidade. (a.18)</i>

Também Sílvia Araújo no seu relatório de estágio apresenta resultados semelhantes, uma vez que a maioria dos alunos encara a História Local como forma de valorizar a história do seu concelho (Araújo, 2017, p. 106).

Na terceira questão: “*Selecciona o Património da região de Aveiro que conheces*”, pretendeu-se apenas apresentar como opção o Património Cultural mais próximo da escola. Através do gráfico 6 é possível constatar que a maior parte dos alunos conhece os principais monumentos da cidade. No entanto, os edifícios e monumentos referentes à Arte Nova demonstram ser menos conhecidos pelos alunos, tais como o Edifício Major Pessoa (11), a Antiga Capitânia do Porto de Aveiro (6) e a Fonte das Cinco Bicas (6).

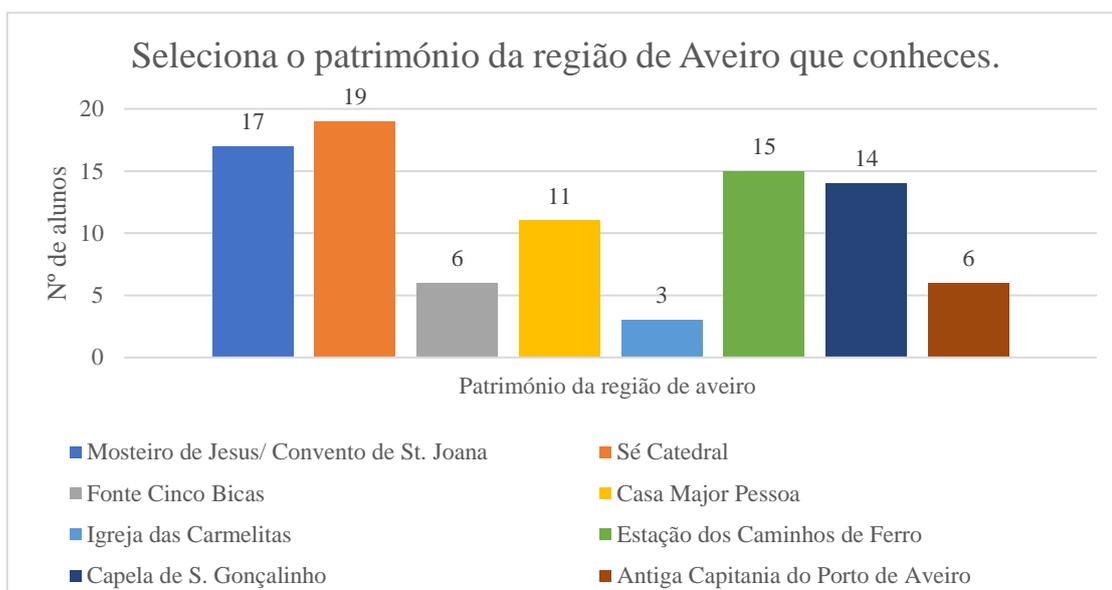


Gráfico 6: Questão nº3, do grupo II. Elaboração própria.

Segundo Manique e Proença (1994), a aplicação da História Local e do Património Cultural em contexto de sala de aula é um fator motivacional, visto ser mais apelativo aprender através de realidades conhecidas dos estudantes. No entanto, através desta questão chegou-se à conclusão de que os alunos se encontravam distanciados do Património da sua região. O Património Histórico-Cultural só se tornaria um fator motivacional assim que os alunos passassem a conhecer e a valorizar o mesmo, passando a ser esse o nosso objetivo daqui para a frente (Manique & Proença, 1994, p. 27).

Relativamente à quarta questão pretendia-se averiguar se os alunos já teriam falado sobre o Património da sua cidade em alguma disciplina. Sendo que 68% dos alunos responderam afirmativamente, enquanto 32% dos alunos afirma pela negativa (Gráfico 7).

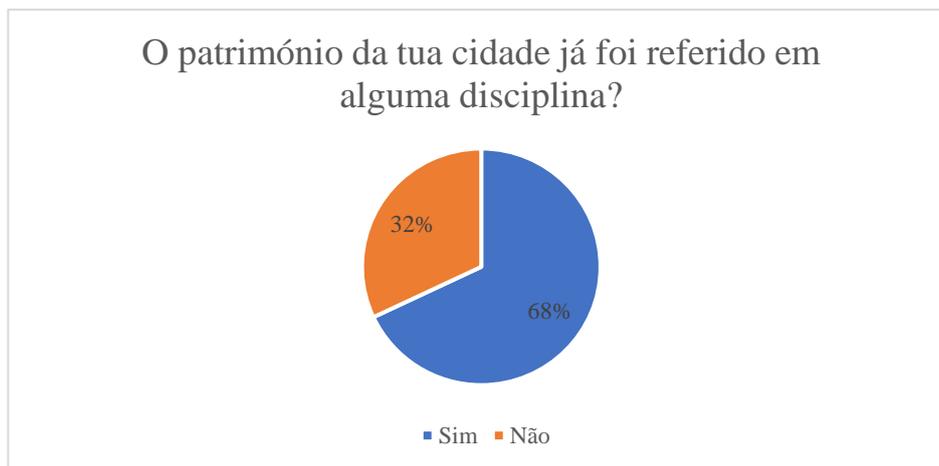


Gráfico 7: Questão nº 4, do grupo II. Elaboração própria.

No seguimento da questão, foi-lhes pedido que referissem a disciplina que fez alusão ao Património Histórico-Cultural. Como se pode observar pelo gráfico 8, a grande maioria (47%) dos alunos refere a História do 3º ciclo, outros 41% mencionam a História da Cultura e das Artes, havendo ainda 2 alunos que fazem referência a disciplinas convencionalmente menos propícias a tal, como Português e Desenho. Quando questionados sobre o que tinha sido trabalhado, muito poucos se recordavam, sendo que apenas 6 dos alunos tentam dar respostas à questão, mencionando a Sé de Aveiro e o Mosteiro de Jesus. Esta questão pode talvez permitir explicar o porquê da grande maioria dos alunos ter referido esses monumentos na questão anterior.

Se sim, em qual disciplina?

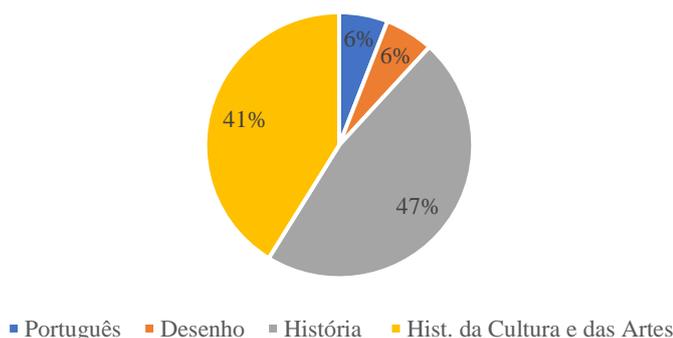


Gráfico 8: Questão nº 4.1. do grupo I. Elaboração própria.

À questão nº 5: “*Consideras importante preservar e cuidar do Património Histórico. Porquê?*”, a maioria dos alunos (24) respondeu afirmativamente, enquanto um aluno (a.2) respondeu pela negativa. De seguida, foram questionados sobre o porquê de ser importante preservar e cuidar do património. As suas respostas foram categorizadas em: “*Valor Histórico*”, quando os alunos reconhecem a importância da herança cultural dos antepassados;

“*Preocupação com as gerações futuras*”, quando os alunos assumem o Património como chave para compreensão do passado, sendo por isso basilar a preservação para que passe de geração em geração; “*Valor Cultural*”, no qual os alunos consideram importante salvaguardar o património pela atração turística; e por último a “*Preservação da Identidade*”, quando os alunos compreendem a preservação do património como uma forma de conservar a identidade da comunidade (Tabela 4).

Tabela 4: Exemplos de respostas dos alunos à questão nº5 do grupo II. Elaboração própria.

Categoria	Exemplo	Nº de ocorrências
Não respondeu	(o aluno a.2 que não considera importante preservar o Património Histórico-Cultural)	1
Valor Histórico	<i>Para que se possa entender o passado dos nossos antepassados. (a.17)</i>	13
Preocupação com as gerações futuras	<i>Para deixarmos os nossos costumes e tradições às gerações futuras, e os monumentos históricos são marca disso. (a.25)</i>	6
Valor Cultural	<i>Considero importante preservar o património porque é algo que define e revela a cultura da cidade. (a.22)</i>	4
Preservação da Identidade	<i>Sim, porque faz parte da “nossa” história, e assim sendo, parte de quem somos, enquanto nativos do nosso país, da nossa região e do mundo. (a.6)</i>	1

A penúltima questão era relativa à responsabilidade em preservar e conservar o Património Histórico-Cultural. Tal como se observa na tabela 5, a maioria dos alunos (21) afirmou que a responsabilidade competia à sociedade e ao governo português. De entre as opções apresentadas, é de salientar que 2 alunos vão além do questionário e referem a UNESCO como a principal responsável pela preservação e conservação do Património.

Tabela 5: Questão nº6 do grupo II. Elaboração própria.

Organismos responsáveis	Nº de alunos
Câmara Municipal	19
Junta de Freguesia	11
Governo português	21
Sociedade	21
Proprietários (no caso de património histórico particular)	10
UNESCO	2

A última questão solicitava aos alunos que por palavras suas definissem os conceitos: História Local e Património Histórico-Cultural. Como se pode observar pela tabela 6, as respostas foram distribuídas pelas seguintes categorias:

Tabela 6: Categorização das respostas dos alunos às questões nº7.1 e 7.2 do grupo II. Elaboração própria.

Categoria	Indicadores	Nº de	
		ocorrências História Local	ocorrências Património Histórico Cultural
Não responde	Ausência de resposta	3	4
Resposta Vaga	Respostas constituídas por um esclarecimento insuficientemente vago.	7	9
Respostas simplificadas	Respostas em que os alunos apresentam uma explicação simples.	12	9
Aprendizagem significativa	Respostas que demonstram um maior conhecimento em relação aos restantes colegas.	2	3

Neste ponto serão analisadas as definições de História Local. Os alunos que apresentam respostas vagas não são capazes de definir o conceito, optando por escrever ideias soltas. Os alunos que apresentaram respostas simplificadas conseguiram na generalidade chegar ao cerne da questão, definindo a História Local como o estudo histórico de um espaço geograficamente circunscrito. Da totalidade dos alunos, apenas duas respostas se destacaram, sendo por isso categorizadas como aprendizagens significativas.

Tabela 7: Exemplo de respostas categorizadas à questão nº7.1 do grupo II. Elaboração própria.

Respostas Vagas:	<i>Tradições, festas populares e lendas” (a.22)</i> <i>O que aconteceu no local. (a.14)</i>
-------------------------	--

Respostas Simplificadas:	<i>História que aconteceu no local, e talvez não seja tão conhecida por pessoas de fora. (a.8)</i> <i>História que faz parte de uma localidade. (a.4)</i>
Respostas de Aprendizagem Significativa:	<i>A História Local é a história de um determinado local, como uma cidade, uma aldeia, um sítio. (a.25)</i> <i>Todos os locais têm os seus passados, ou seja, cada local, cidade ou aldeia, tem a sua própria história. (a.23).</i>

No momento que se segue serão analisadas algumas das definições de Património Histórico-Cultural. Pelo menos 9 alunos apresentam respostas vagas e confusas. Um dado importante e transversal às respostas vagas e respostas simplificadas é que a maioria dos alunos (16), reiteram o que já havia sido confirmado acima - os alunos consideram como Património Histórico apenas construções e edifícios. Destacam-se ainda 3 respostas categorizadas como aprendizagens significativas, pois reconhecem a existência do Património Material e Imaterial. (Tabela 8)

Tabela 8: Exemplo de respostas categorizadas à questão nº7.2 do grupo II. Elaboração própria.

Respostas Vagas:	<i>Significa preservação de casas e homenagens. (a.17)</i> <i>Património Histórico é o que é importante na nossa história. (a.24)</i> <i>É um marco histórico num país. (a.6)</i>
Respostas Simplificadas:	<i>Algo histórico que tem alguns anos e foi construído/feito numa época passada e tem valor. (a.21)</i> <i>Construções ou objetos importantes para fundamentar a história de um país ou cidade. (a.10)</i>
Respostas de Aprendizagem Significativa:	<i>Património Histórico é chamado a um bem do passado, que é importante e valioso para a sociedade. (a.18)</i> <i>Edifícios, monumentos históricos, todo os hábitos populares, tradições (como o rancho folclórico), etc. (a.22)</i> <i>Lugares e atividades culturais que revelam a história e cultura de algum lugar, num determinado período e por isso tem que ser preservado. (a.7)</i>

Os resultados aqui apresentados vão ao encontro dos resultados apresentados tanto por Paula Fenta como por Sílvia Araújo, uma vez que na generalidade os alunos assumem como Património apenas bens materiais tangíveis (Araújo, 2017, p. 122; Fenta, 2020, p. 45).

4.4.2. Questionário sobre a aula lecionada no Museu de Arte Nova

Após a aula explicativa acerca dos conceitos de História Local e Património Histórico-Cultural, os alunos foram levados a conhecer o Património da sua cidade. Infelizmente 5 elementos não puderam usufruir da aula de campo, pois encontravam-se em isolamento devido à COVID-19, por isso o questionário foi apenas aplicado a 20 alunos.

Relativamente à organização da visita, num total de 20 alunos, 4 alunos classificaram-na com “*Muito Bom*”, 12 alunos com “*Bom*” e os restantes 4 alunos com “*Suficiente*”.

Quando questionados sobre os pontos negativos da aula de campo, a grande maioria dos alunos refere a “falta de tempo” – “*Podia haver mais tempo, achei que passou muito rápido*” (a.16). Isto explica-se pelo facto de apenas terem sido cedidos 90 minutos para realizar a visita ao Museu de Arte Nova e o percurso pelos principais edifícios de Arte Nova, não sendo possível dispensar a turma por mais tempo, visto tratar-se de um ano de exame.

Ao analisar a questão: “*O que mais gostaste da aula de campo?*” verifica-se (Gráfico 9) que os resultados foram comparativamente próximos, 32% dos alunos refere que o que mais gostou foi da observação dos edifícios e da explicação da professora, enquanto 24% refere a entrada no Museu de Arte Nova. Parece pertinente referir que apesar de no questionário inicial 14 alunos não conseguirem identificar pelo nome a Casa Major Pessoa, à chegada ao local todos reconheciam o edifício não por um contexto histórico, mas por um contexto sociocultural, ficando por isso surpreendidos com a importância do imóvel. Igualmente outros 24% consideram que a aula marcou pela diferença, dado que lhes permitiu conviver e aprender num contexto diferente. Em linha com essa mesma ideia 20% dos alunos refere que a aula de campo permitiu consolidar as aprendizagens.

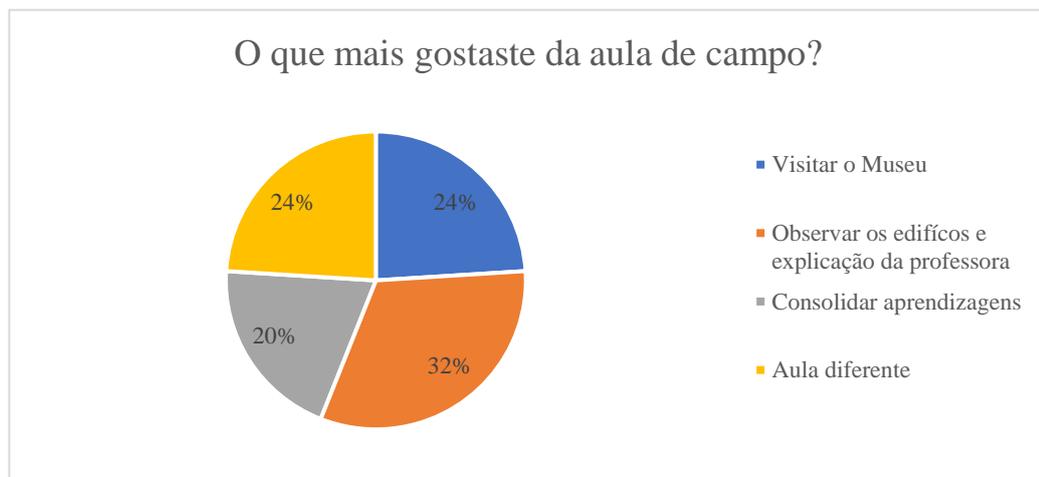


Gráfico 9: Questão nº2.1. do grupo I. Elaboração própria.

Após análise do Grupo I, confirmou-se que os alunos pediam maior regularidade deste tipo de método de ensino, visto promover a consolidação de forma simples e agradável dos conteúdos programáticos. Realmente, tal como Nakou e Cooper comprovam nos seus estudos, o contacto direto com museus e locais com valor histórico promove o desenvolvimento do conhecimento histórico (Cooper, 2004, p. 55; Nakou, 2003, p. 59).

Tendo em conta que no Grupo II se pretende averiguar as potencialidades das visitas de estudo/aulas de campo como fator de motivação e de promoção de aprendizagem, foi necessário realizar questões que pudessem comprovar os conhecimentos adquiridos na aula de campo. Se no questionário inicial alguns dos alunos optavam por não responder ou dar respostas vagas quando se tratava de questões abertas, neste questionário os alunos surpreenderam pela positiva, dado que todos responderam.

Desta forma, foi-lhes pedido que identificassem alguns dos edifícios de Arte Nova com os quais se depararam na aula de campo. O edifício mais referido, como não poderia deixar de ser, foi o Museu de Arte Nova, seguido pelos edifícios que se encontravam adjacentes ao mesmo, tais como o Museu da Cidade, a Casa dos Ovos Moles e o edifício da Antiga Cooperativa Agrícola de Aveiro. Apesar da pequena explicação fornecida sobre a História do Obelisco, os discentes aproximaram-se de forma particular deste monumento, devido ao facto de comemorar a luta dos aveirenses martirizados na Revolução de 1828 e o nascimento do patrono da sua escola, o que por isso mereceu a menção por parte de 5 alunos. O Edifício Testa & Amadores foi apenas avistado à distância no caminho de regresso à escola, e apesar disso mesmo mereceu a identificação por parte de 2 alunos (Gráfico 10).

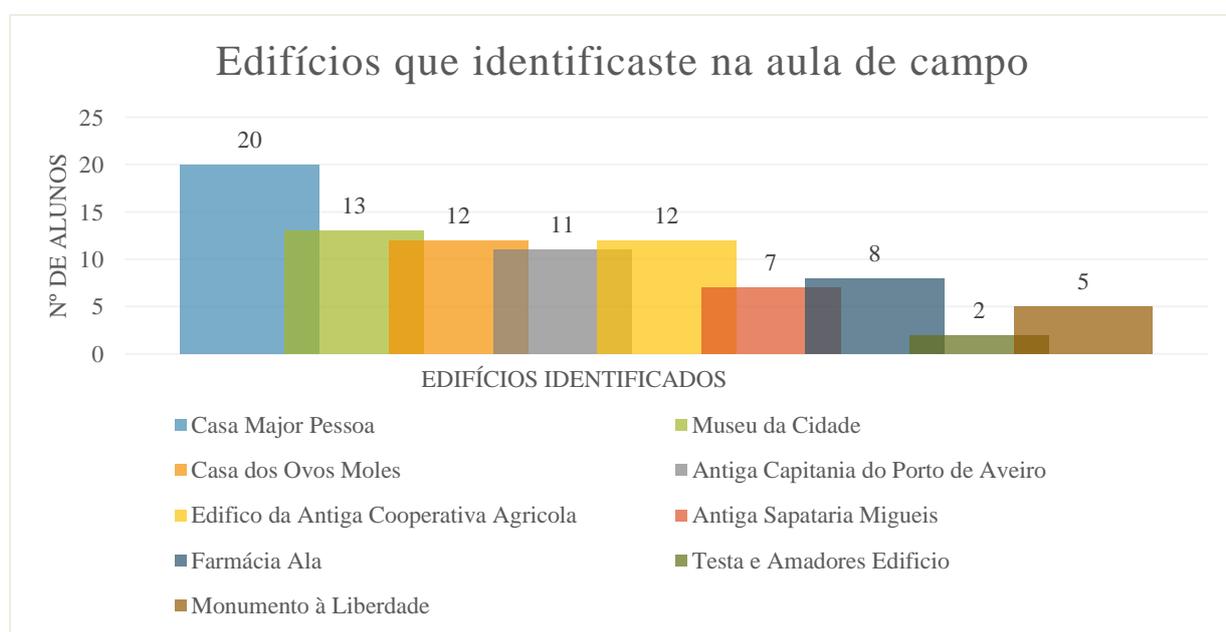


Gráfico 10: Resposta à questão nº2, do grupo II. Elaboração própria.

Na questão seguinte: “*Que características de Arte Nova observaste na aula de campo?*”, a maioria (17) soube aplicar corretamente a terminologia da disciplina, conseguindo referir pelo menos duas características. A característica que mais se destacou entre os estudantes foram os azulejos decorados, seguido da temática naturalista presente em todos os edifícios e ainda a figura feminina, presente em pelo menos dois edifícios – Museu da Cidade de Aveiro e Antiga Sapataria Miguéis (Gráfico 11).

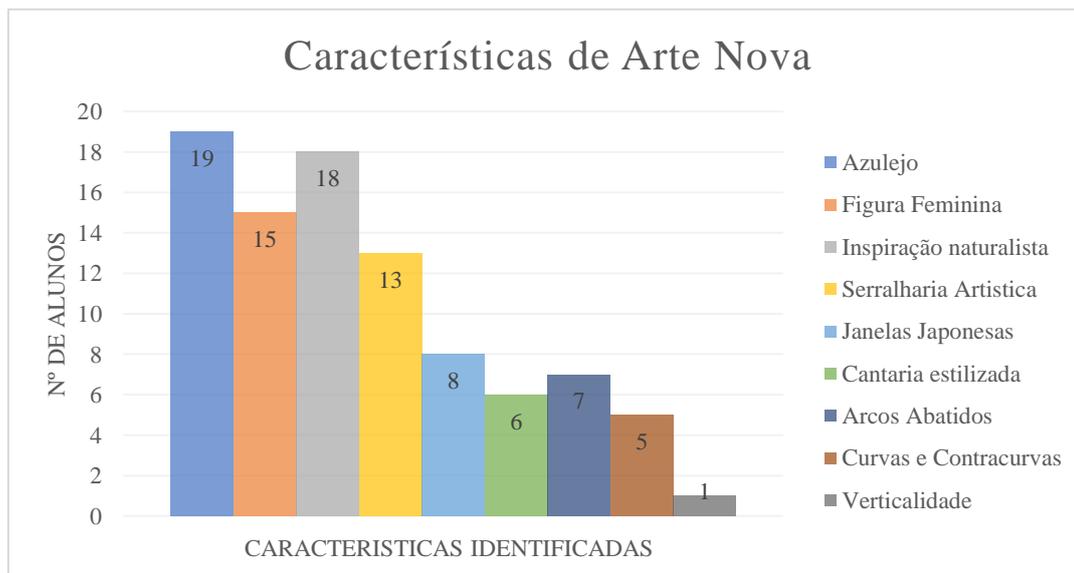


Gráfico 11: Resposta à questão nº3, do grupo II. Elaboração própria.

A pedido da professora, a guia turística do Museu fez referência ao estado de conservação da Casa Major Pessoa, antes da tão necessitada intervenção da Câmara Municipal, com intuito de alertar para a importância da preservação do património. Por esse motivo, foi pedido aos alunos que referissem o estado de conservação do edifício antes da intervenção. Dos 20 alunos, 13 mostraram respostas relativamente bem desenvolvidas, referindo pormenores mencionados durante a aula de campo, o que confirma que de facto a aula acabou por suscitar interesse nos estudantes. No entanto, 2 alunos apresentam respostas breves, afirmando apenas que se encontrava em péssimo estado de conservação e os restantes 5 alunos optaram por não responder à questão.

Tabela 9: Respostas à questão nº4 do grupo II. Elaboração própria.

<i>O Edifício estava degradado, a cair e o rés-do-chão não tinha sequer chão. (a.8).</i>
<i>Estava literalmente a cair, apenas tinha a fachada principal e a parede de trás, estando em “pé”, porque estava encostado às outras casas. (a.13);</i>

Quando questionados sobre o atual estado de conservação do Edifício Major Pessoa, 8 alunos apresentaram respostas breves, referindo apenas que se encontrava em bom estado de conservação; 7 alunos apresentaram respostas mais aprofundadas, fazendo referência a pormenores modificados com a remodelação.

Tabela 10: Respostas à questão nº5 do grupo II. Elaboração própria.

<i>Bastante bem, o edifício foi renovado e reforçado os seus alicerces, embora algumas coisas estejam modificadas, como a cor da fachada da casa. (a.13);</i>
<i>Encontra-se bem conservado, mantendo no interior as cores originais, mas ligeiramente mais pequeno por dentro porque foi necessário colocar pladur nas paredes laterais, o que fez diminuir muito o espaço e a fachada mudou de cor. (a.25).</i>

No entanto, os mesmos 5 alunos não responderam à questão. Levanta-se aqui a possibilidade de pelo menos 2 dos estudantes não terem compreendido claramente a visita, dado que são de nacionalidades diferentes, e por vezes verifica-se uma barreira linguística.

Por último foram realizadas questões que tinham como intuito compreender a eficácia da aula de campo, para consolidar conhecimentos e valorizar o Património Histórico-Cultural da cidade. Ao observar o gráfico 12, verifica-se que para a maioria da turma (15) a aula correspondeu às suas expectativas, sendo que 4 alunos referem mesmo que ultrapassou as suas expectativas - *Superou, porque quando fui sozinho à Casa Major Pessoa, não gostei tanto, porque parecia vazia e sem informação (a.7).*

À questão: *Esta aula correspondeu às tuas expectativas?*, num total de 15 alunos que responderam afirmativamente, apenas 9 alunos apresentaram uma justificação, indicando a aula como estimulante e motivadora de aprendizagens.

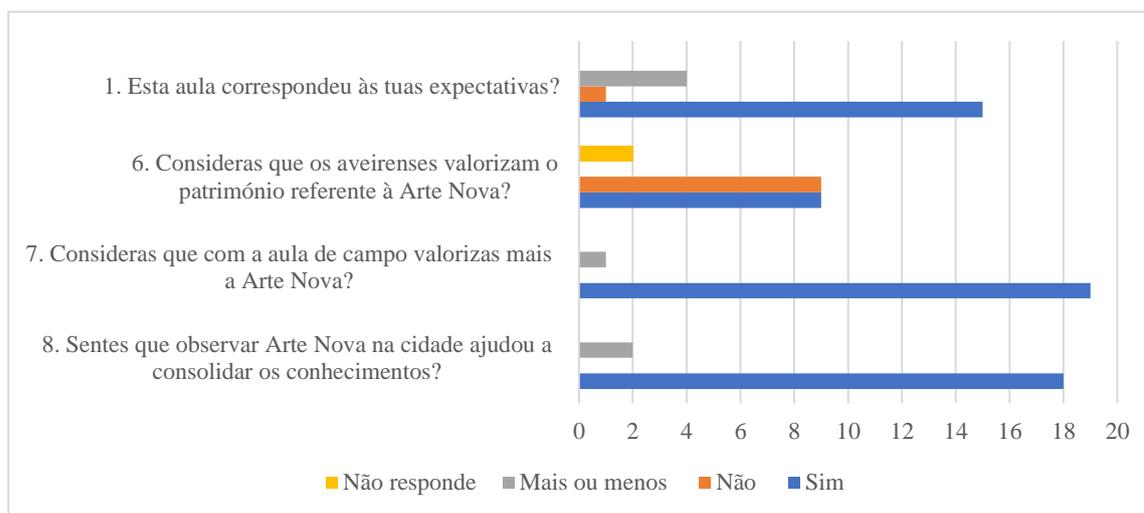


Gráfico 12: Compêndio de respostas às questões: 1, 6, 7, 8, do grupo II. Elaboração própria.

Os alunos que responderam pela negativa, tal como os que responderam “Mais ou Menos”, justificaram a sua resposta na “falta de tempo” para apreciar os edifícios de Arte Nova da cidade.

Tabela 11: Resposta à questão nº1 do grupo II. Elaboração própria.

<i>Sim, porque foi divertida e não foi aborrecido aprender. (a.14)</i>
--

<i>Sim, pois pude aprender mais e de uma maneira mais interessante. (a.15)</i>
--

Pretendia-se perceber junto dos estudantes se os seus familiares e amigos valorizavam o Património Histórico-Cultural da sua cidade e tomavam atitudes neste sentido. A resposta surpreendeu, visto que a turma claramente não se mostrava de acordo, sendo que 9 alunos respondem pela afirmativa e outros 9 pela negativa. Os alunos que declaram “Sim”, não apresentam nenhuma explicação ou justificação para tal. No entanto os 9 alunos que afirmam “Não” apontam como fator a falta de conhecimento e divulgação da história da sua cidade por parte das entidades competentes.

Tabela 12: Respostas à questão nº6 do grupo II. Elaboração própria.

<i>A maior parte dos aveirenses não conhece sequer o património referente à Arte Nova, visto que não é muito ensinado. (a.17)</i>
<i>Não, porque muitos não sabem o que é Arte Nova e em que edifícios está presente. (a.7)</i>

À questão: “*Consideras que com a aula do campo valorizas mais a Arte Nova?*”, 19 alunos responderam afirmativamente e um aluno respondeu mais ou menos.

Tabela 13: Respostas à questão nº7 do grupo II. Elaboração própria.

<i>Sim, porque estivemos em contacto direto com a Arte Nova e nunca mais irei esquecer isso. (a.10)</i>
<i>Sim, porque não estava à espera de ver tantos exemplos de Arte Nova. (a.19)</i>

Segundo a grande maioria da turma (18), a observação da Arte Nova pelas ruas da cidade permitiu consolidar os conhecimentos adquiridos em aulas anteriores. Estes alunos são praticamente os mesmos (19) que afirmam valorizar e apreciar mais o património da sua cidade.

Tabela 14: Respostas à questão nº8 do grupo II. Elaboração própria.

<i>Sim, até porque consegui ver as características de Arte Nova ao vivo. (a.7)</i>
<i>Sim, foi relevante para compreender a matéria e fez-me apreciar o que tinha na minha cidade. (a.22)</i>

Em modo de conclusão e com o intento de obter uma reflexão por parte dos alunos, foram questionados sobre a importância da aula de campo. Para 15 alunos a importância da aula prendeu-se com a aprendizagem desenvolvida e para os restantes 5 alunos deveu-se ao facto de não ter ocorrido num contexto habitual, o que se tornou num fator motivador e por consequência benéfico à aprendizagem.

Tabela 15: Exemplos de respostas à questão nº8 do grupo II. Elaboração própria.

Consolidação de aprendizagem:	<p><i>Ensinou a procurar Arte pelas ruas e nos deu mais conhecimento sobre a Arte Nova e apreço pela mesma. (a.13)</i></p> <p><i>Foi importante, pois consegui aprender com mais facilidade o conceito de Arte Nova. (a.16)</i></p> <p><i>Ajudou a consolidar as aprendizagens sobre a Arte Nova, a experiência visual é sempre melhor que a sala de aula. (a.19)</i></p>
Aula diferente:	<p><i>Porque fiquei a conhecer um pouco mais sobre a Arte Nova em Aveiro, e é muito mais interessante e fixo mais rápido vindo ao vivo do que pelo livro. E entrar num deles é muito mais interessante. Além disso, podemos ver os mínimos detalhes, que pelo livro não é possível.(a.20)</i></p> <p><i>Foi uma aula diferente, fora da sala, e sinto que aprendi e não foi uma seca. (a.10)</i></p>

Apesar da falta de tempo, na generalidade a turma gostou deste método de aprendizagem, por se tratar de uma forma invulgar de aprender, tal como o facto de permitir o contacto direto com a sua própria História e Património, que aliás se encontra a poucos metros da sua escola. Através das respostas dadas pelos alunos ao longo do questionário é possível inferir que nunca teriam pensado muito sobre a História ou o Património da sua cidade até este contacto direto, o que nos deixa realmente muito felizes, pois pelo menos um dos objetivos da aula foi cumprido – consciencializar para a importância da valorização e preservação do Património Cultural.

4.4.3. Observação e análise dos trabalhos escritos e práticos

Durante a aplicação do projeto pedagógico foi pedida à turma a realização de trabalhos de grupo teóricos e práticos, no âmbito da Arte Nova. Sendo que os dois trabalhos foram desenvolvidos em ambiente de sala de aula, sob a supervisão da professora-estagiária.

Tal como referido anteriormente, o trabalho escrito consistia na abordagem dos seguintes tópicos, indicados no guião: *História Local – A contextualização da Arte Nova em Aveiro*”; a análise estético-artística do edifício de Arte Nova atribuído ao grupo e por último a reflexão sobre a importância da preservação desse património⁴⁰.

⁴⁰ Ver anexo XIV – Guião proposto para o trabalho escrito;

Este trabalho pretendia promover competências de informação e comunicação, ao permitir que fossem capazes de dominar instrumentos de pesquisa variados e desenvolver competências na área do relacionamento interpessoal, tais como a colaboração e cooperação⁴¹.

Para auxílio da realização do trabalho escrito foi fornecido um guião e bibliografia sob a forma de fotocópias de livros inacessíveis aos alunos, que abordavam de forma mais detalhada a análise estético-artística dos edifícios; e também de outros recursos presentes *online*, de modo a facilitar a pesquisa, visto terem pouco tempo para a sua realização⁴².

Quanto à produção dos trabalhos escritos verificaram-se diferentes comportamentos. Confirmou-se o entusiasmo e curiosidade de alguns alunos em conhecer um pouco mais da história de um edifício que lhes era familiar, ficando por vezes surpresos com determinados factos históricos. A leitura bibliográfica levou ao confronto dos alunos com nomes sonantes da cidade, tais como Lourenço Peixinho e Biosa e Gala. Apesar de estarem familiarizados com os nomes, os discentes não conheciam o seu papel e dimensão dos seus feitos na história de Aveiro.

No entanto, denotam-se também receções menos positivas ao trabalho escrito, visto que por vários momentos se verificou o abandono do mesmo em favor do trabalho prático, algo expectável considerando os interesses da turma. Estes momentos de desinteresse levaram a professora estagiária a intervir mais ativamente junto destes alunos, no sentido de perceber e colmatar a origem do desinteresse, que muitas vezes se encontrava associada à quantidade de informação que teriam de seleccionar.

A avaliação dos trabalhos escritos, tal como se observa na tabela 16, teve em atenção os seguintes parâmetros: trabalho desenvolvido em aula e dinâmica do grupo, baseado no desempenho dos grupos ao longo das duas aulas alocadas para a elaboração do trabalho; produto final, o qual se dividiu em fontes de informação, seleção de conteúdo, domínio do vocabulário específico e estruturação do trabalho; e por fim a apresentação oral.

Tabela 16: Grelha de classificação dos trabalhos escritos

Grupos	Trabalho desenvolvido em aula e dinâmica do grupo (2 valores)	Produto final (15 valores)				Apresentação oral (3 valores)	Total (20 valores*)
		Fontes de informação (2 valores)	Conteúdo e seleção de informação	Vocabulário específico (3 valores)	Estrutura do trabalho (2 valores)		

⁴¹ Martins, Guilherme d'Oliveira (Coord.) (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Lisboa: Ministério da Educação;

⁴² Ver anexo XV – Lista bibliográfica;

			(8 valores)				
Major Pessoa	-	-	-	-	-	-	16
Museu da Cidade	-	-	-	-	-	-	17
Cooperativa Agrícola	-	-	-	-	-	-	15
Casa dos Ovos Moles	-	-	-	-	-	-	16*

*O não cumprimento dos prazos será penalizado em 1 valor.

Neste ponto parece importante a análise dos trabalhos escritos, realizada através de algumas observações sobre cada grupo.

- **Edifício Major Pessoa:** No que toca à contextualização da Arte Nova em Aveiro, o grupo não se alonga no tópico, cingindo-se à informação previamente disponibilizada noutras aulas. No entanto, o enquadramento histórico do edifício, assim como o dos arquitetos, encontra-se extremamente detalhado, demonstrando um grande aproveitamento da bibliografia disponível e da própria aula de campo. Denota-se também o impacto desta aula nos alunos devido à sua abordagem relativamente ao estado de deterioração do edifício e a importância da sua conservação.
- **Museu da Cidade:** O grupo demonstrou originalidade e criatividade na escolha da plataforma para realizar o seu trabalho. Para além do enquadramento histórico da Arte Nova em Aveiro, referiram as principais características gerais do estilo artístico em Aveiro, indo além do escopo do trabalho. A utilização de imagens, ao mencionar detalhes particulares do edifício, revelou um domínio dos conceitos da disciplina.
- **Cooperativa Agrícola:** Apesar de apresentar um enquadramento europeu mais desenvolvido relativamente aos outros grupos, verifica-se que a contextualização da mesma em Aveiro se encontra pouco cuidada visto que o grupo retirou informação sem qualquer tratamento da mesma – *“Os trabalhos de recuperação da Casa Major Pessoa terminaram recentemente e prevê-se que seja aqui aberto o Museu de Arte Nova”*.
- **Casa dos Ovos Moles:** Este grupo tomou a iniciativa de conjugar o trabalho escrito e o trabalho prático num livro escrito à mão, o que consumiu muito do

seu tempo, levando por isso a uma penalização na nota final. Apesar do incumprimento do prazo estipulado para a entrega, o trabalho mostrou-se criativo, bem estruturado e com boa seleção de informação.

Apesar de terem sido capazes de alcançar os objetivos estipulados e dos bons resultados; os alunos demonstraram alguma dificuldade na estruturação do texto, possivelmente explicada pela tentativa de conjugação de informação retirada de várias fontes. De modo a exemplificar apresenta-se o seguinte excerto: *Arte Nova é inspirada na natureza, um estilo elegante, de linhas suaves e também com muitas referências às formas ou aos rostos femininos. Também é apresentado com formas curvas, simples e naturais, decorados com temáticas da natureza, sendo assim, flores e animais.*

Era intenção da professora estagiária incutir e fomentar nos discentes um sentimento de cidadania ativa, sob a forma de promoção e valorização do património, assim como da sua preservação. Neste sentido, foi-lhes proposta a realização de uma reflexão sobre esta temática.

A análise das reflexões mostrou uma clara associação entre o Património, História, Costumes, Identidade e Memória coletiva, que segundo os discentes merecem mais atenção por parte de todos. Serão em seguida, apresentadas algumas dessas reflexões.

“Património é uma forma de construir cultura, faz parte da memória individual e coletiva. A UNESCO defende que sem o património, o desenvolvimento da sociedade não seria possível nem sustentável. O património é então, uma fonte de identidade para comunidades e contribui para a construção e renovação das sociedades. Sem o património, perder-se-ia toda a História, e sem ele, poderíamos estar suscetíveis a cometer os mesmos erros cometidos no passado. Em suma, o património é a memória coletiva de toda uma sociedade. Se este não fosse preservado perder-se-ia a História da nossa sociedade.”

Figura 11: Reflexão do grupo Major Pessoa

“O Património é a memória e a identidade de uma comunidade, é o que define a sua história e as suas raízes. Devemos preservar o Património, pelo seu interesse histórico e cultural, pois é só por essa via que asseguramos que a nossa descendência conviva com as suas origens e cabe-nos a nós preservá-lo para que possa chegar a mais gerações

A nossa geração, tal como nós, desconhece muitos monumentos, o que provoca desinformação, pois assim pouco se sabe sobre História, os costumes e até sobre local onde se mora. Em conclusão, temos de aprender e dar a conhecer aquilo que ainda temos e lutar pelo que estamos a perder”

Figura 12: Reflexão do grupo da Casa dos Ovos Moles

Esta última reflexão mostra uma clara evolução no pensamento dos alunos, visto que anteriormente não apresentavam uma ligação com o Património Cultural, verificando-se até que não possuíam opiniões instruídas sobre o mesmo. Esta reflexão é um exemplo claro dos objetivos a que nos propusemos a atingir durante o ano letivo, dado que não só mostra uma preocupação e valorização do Património Histórico-Cultural, que tanto pode ser tangível como intangível, mas também com a sua transmissão para as gerações futuras, através da Educação Patrimonial.

Na tentativa de conjugar os interesses artísticos dos alunos com a temática, propôs-se uma componente prática de avaliação, que tinha como objetivo promover a motivação e a aproximação à Arte Nova. Para este efeito, solicitou-se a reprodução em desenho do edifício atribuído a cada grupo e da respetiva análise estético-artística, que deveria incluir a identificação de pelo menos quatro características deste estilo artístico. Esta atividade enquadra-se também no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, visto promover competências na área da *sensibilidade estética e artística* e competências de *pensamento crítico e pensamento criativo*. Sendo o objetivo desta atividade mais relacionado com o desenvolvimento de competências artísticas e, através desta, a motivação dos alunos, a sua avaliação cingiu-se à correta identificação das características da corrente artística presentes no edifício e ao cumprimento dos prazos estipulados.

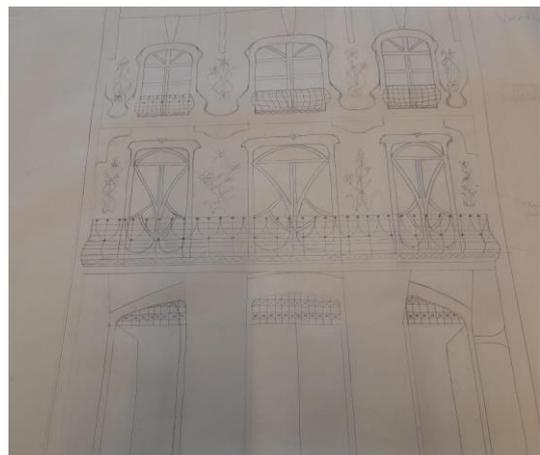


Figura 13: Realização dos trabalhos práticos em aula

O caráter mais lúdico desta atividade não limitou o seu sucesso, observando-se um claro empenho e originalidade, visíveis nos produtos finais, visto que a totalidade dos grupos alcançou os objetivos propostos (Figuras 14 a 17). Tendo como propósito a divulgação e

exposição da Arte Nova à comunidade escolar, com o auxílio da professora estagiária, os alunos elaboraram dois cartazes. Estes basearam-se nos seus trabalhos escritos e incluíram o enquadramento da Arte em Aveiro, abordando assim a História Local (Figura 18). Esta divulgação envolveu também a produção de um cartaz referente à importância da preservação do património (Figura 19).



Figura 14: Recriação do edifício Major Pessoa



Figura 15: Recriação da Cooperativa Agrícola

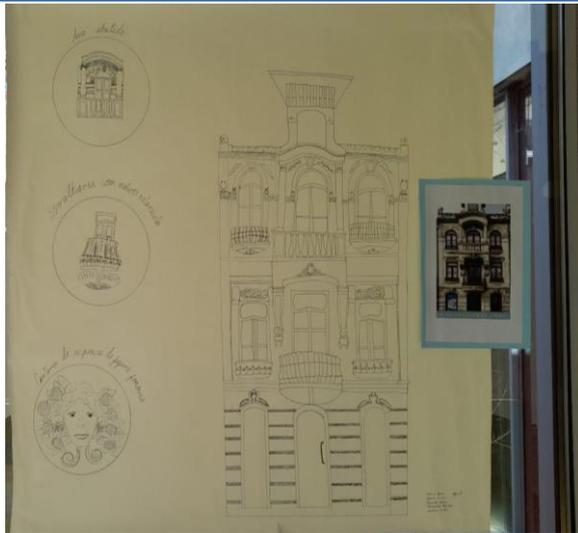


Figura 16: Recriação do Museu da Cidade

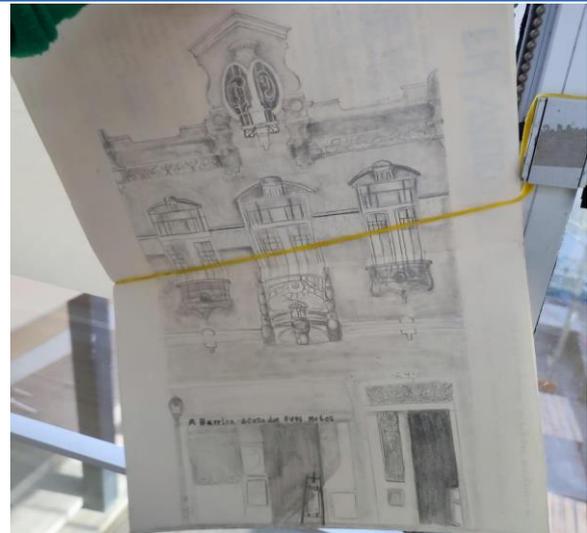


Figura 17: Recriação da Casa dos Ovos Moles



Figura 18: Cartazes sobre o enquadramento da Arte Nova em Aveiro



Figura 19: Cartaz sobre a Preservação do Património e a sua importância

4.4.4. Questionário Final

O último questionário aplicado à turma apresentava uma composição semelhante ao primeiro inquérito, com o objetivo de realizar a comparação de dados, verificar a evolução e retirar as devidas ilações relativamente ao trabalho desenvolvido com a turma. Além disso, pretendia obter um balanço da intervenção feita na aula de 16 de março, na qual se abordou a

História Local, o Património Material e Imaterial e os diferentes organismos de preservação e conservação do mesmo; e ainda a aula de campo, realizada no dia 18 de março.

Infelizmente a aplicação deste último questionário à turma não correu como esperado. Em consequência da falta de tempo, dado este ser um ano de exame, não havia a possibilidade da sua aplicação noutra momento, o que obrigou a alguma celeridade na sua conclusão.

Mais uma vez devido à COVID-19, apenas 23 alunos puderam realizar o questionário. Interrogados novamente sobre o que é a História Local, depois da devida explicação uma semana antes, 20 alunos conseguiram associar a História Local ao estudo circunscrito de um lugar, que pode ser uma aldeia, uma vila, uma região.

Comparativamente à questão 7.2. do Questionário Inicial, os alunos parecem não revelar tantas dificuldades na definição de História Local. Verifica-se então que o número de respostas vagas diminuiu, de 7 para 4, assim como aumentou de 12 para 15 o número de respostas simplificadas, mas o número de respostas categorizadas como aprendizagem significativa não verificou o mesmo aumento.

Tabela 17: Categorização das respostas dos alunos à questão nº1. Elaboração própria.

Categoria	Indicadores	Nº de ocorrências
Não responde	Ausência de resposta	2
Respostas Vagas	Respostas constituídas por um esclarecimento insuficiente.	4
Respostas simplificadas	Respostas que apresentam uma explicação simples.	15
Aprendizagem significativa	Respostas que demonstram um maior conhecimento em relação aos restantes colegas.	2

Apesar das respostas vagas dos alunos já não se cingirem à exposição de ideias soltas, a definição do conceito encontra-se ainda longe do desejado. Após a análise destas respostas depreende-se que algo ficou por assimilar, dado que estes 4 alunos associam a História Local à do património edificado de um determinado local. Ao longo da aplicação didática houve várias tentativas de introdução do conceito de História Local. No entanto, para a aplicação do projeto pedagógico a única forma de incorporar a História Local seria através da contextualização/aparecimento da Arte Nova em Aveiro e dos seus edifícios, limitando assim o estudo da História Local. A falta de mais oportunidades para abordar a História Local em

conjugação com o programa levou a resultados mais pobres e à incapacidade de definir o conceito, comparativamente ao Património.

Os alunos (15) que apresentaram respostas simplificadas foram capazes de apresentar a História Local como o estudo histórico de um espaço geograficamente circunscrito. Sendo que as definições relativamente ao questionário anterior parecem apresentar alguma evolução.

Os dois alunos que apresentaram uma aprendizagem relativamente significativa vão além dos seus colegas, ao mencionar que a área de estudo nem sempre é uma vila ou aldeia, podendo ser uma área definida pelo historiador e ainda que muitas das vezes esta história local não é incorporada na História Geral.

Tabela 18: Exemplo de respostas categorizadas à questão nº 1.a. Elaboração própria.

Respostas Vagas:	<i>História Local é a história dos edifícios da cidade. (a.14)</i> <i>A História Local relata acontecimentos importantes que se passaram num dito local ou numa construção específica. (a.13)</i>
Respostas Simplificadas:	<i>A História Local trata da análise de pequenas áreas, que podem ser aldeias, vilas e até regiões. (a.19)</i> <i>A História Local é o registo de todos os acontecimentos históricos, de obras de arte e tradições, de uma determinada área. (a.2)</i>
Respostas de Aprendizagem Significativa:	<i>A História Local trata de assuntos referentes a uma determinada região, município ou cidade e nem sempre é incluída na História nacional. (a.22)</i> <i>A História Local trabalha de todos os acontecimentos históricos, de uma vila, município ou região, ou até de uma área definida pelo historiador. (a.7)</i>

Questionados novamente sobre o que é o Património Cultural, apenas um aluno em 23 afirma não saber. Inicialmente pretendia-se uma definição de Património Cultural através de uma resposta aberta, tal como se verifica no questionário inicial. No entanto, veio-se a verificar que a turma responde melhor à seleção de opções, e por esse motivo utilizou-se apenas este método para apurar a evolução dos dados. Tal como referido anteriormente, o propósito era que os alunos seleccionassem todas as opções, constatando desse modo que o Património tanto pode ser material como imaterial.



Gráfico 13: Questão nº2.1. Elaboração própria.

Analisou-se que os alunos continuam a selecionar em grande maioria o Património edificado/construído, em detrimento do Património imaterial, tal como Cantigas, Lendas e Tradições. Apesar de tudo, se no questionário inicial apenas 4 alunos selecionaram todas as opções, neste questionário mais de metade da turma (13 alunos) preencheu todas as opções, mostrando assim que compreenderam que o Património Histórico não se cinge apenas àquele que é tangível (Gráfico 14).

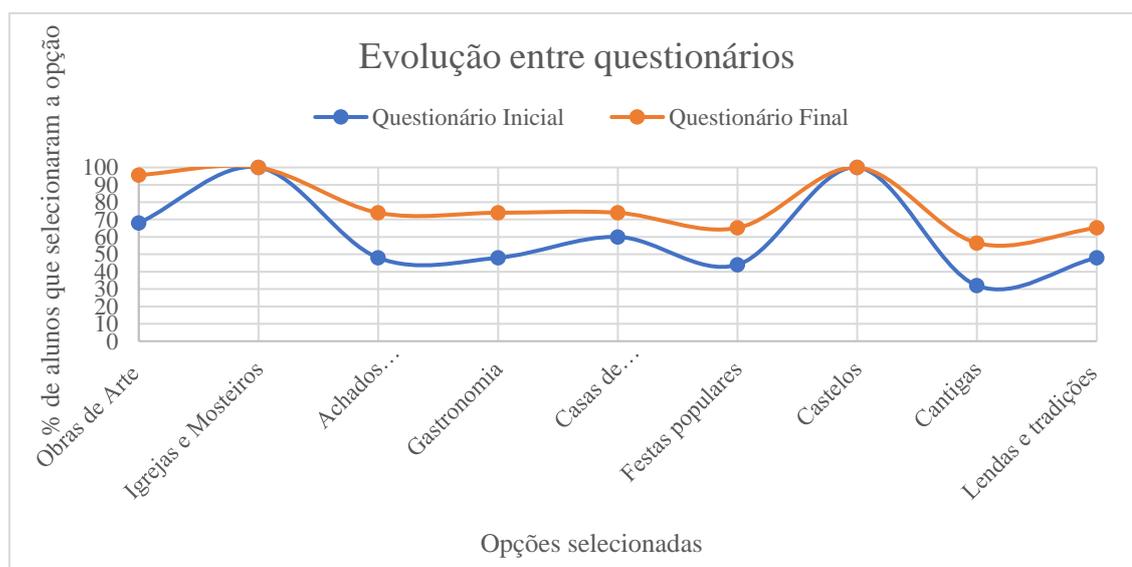


Gráfico 14: Evolução do conceito de Património Histórico. Elaboração própria.

À questão: “*Consideras importante conhecer o Património da tua região?*”, a maioria dos alunos (22) julga relevante aprender sobre a temática. No entanto, apesar de toda a explanação e esclarecimento, o mesmo aluno (a.1) mantém a sua posição afirmando “Não” considerar importante conhecer o seu património.

Incentivados a justificar a sua opção, a maioria dos alunos (11) apontam como importante conhecer a História e o Património da sua região, para melhor compreender a comunidade a que pertencem e o contexto em que se inserem.

Tabela 19: Exemplos de respostas à questão nº4. Elaboração própria.

<p><i>“Considero importante conhecer o Património da minha região porque é onde eu vivo e é uma forma de pertencer à comunidade” (a.9)</i></p>
<p><i>“É algo que nos permite compreender melhor o lugar e as pessoas que residem no mesmo” (a.13)</i></p>

Dois alunos acreditam ser importante saber sobre a existência do património da sua região, para que possam garantir a sua preservação; enquanto outros 2 referem que é importante para que se mantenham instruídos: “*para não sermos ignorantes, é importante aprender e primeiro começa-se pelo património local, para depois aumentar até ao mundial*” (a.10). Tanto o aluno que se declarou pela negativa como os restantes 7 alunos optaram por não desenvolver a sua escolha.

A questão seguinte pretendia averiguar se os alunos consideraram importante a intervenção realizada no dia 16 de março sobre os conceitos de História Local e de Património Histórico; na qual tiveram liberdade para participar e enriquecer a mesma com o seu conhecimento, tanto da História da sua cidade como dos diferentes tipos de património, ao que todos os 23 alunos responderam afirmativamente.

Novamente a turma mostrou-se unânime (23) quando na questão nº 5 se tentou perceber se os alunos tinham gostado de aprender através da introdução da História Local e do Património no programa curricular. Questionados sobre as razões para tal, os alunos referem acima de tudo que lhes permitiu valorizar a cidade.

Tabela 20: Exemplos de respostas à questão nº5.b. Elaboração própria.

<i>“Porque me fez ver alguns monumentos com olhos diferentes e também porque aprendi muito com isso” (a.11)</i>
<i>“Porque permitiu conhecer mais sobre a região onde moro” (a.22)</i>
<i>“Porque com este trabalho, pude desenhar um dos edifícios que achava mais bonitos na cidade, e afinal é também património histórico” (a.21)</i>

Para rematar o questionário, foi realizada uma série de questões relativas à aula de campo, de modo a garantir a melhor análise de dados possível. Sendo assim, da análise do gráfico 15 retira-se que todos os alunos concordaram ou concordaram totalmente que a aula de campo foi estimulante. Na sua generalidade concordaram que a aula permitiu consolidar as aprendizagens, e apreciar as principais características da Arte Nova de perto.

No entanto, onde a turma não parece estar completamente de acordo, é relativamente à frase *“Aprendi a olhar para os monumentos de forma diferente”*, visto que, pelo menos, 6 alunos não apresentam uma opinião. Mais uma vez a grande maioria da turma mostra-se predisposta a realizar mais aulas que permitam a interligação entre a disciplina de História e o Património Local.

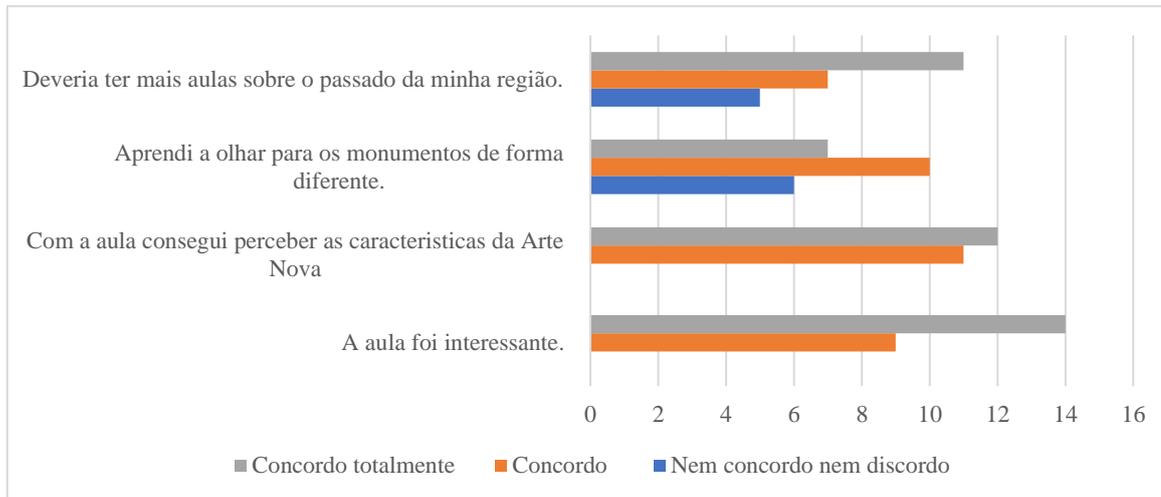


Gráfico 15: Opiniões dos alunos sobre a aula de campo. Elaboração própria.

Em conclusão, verifica-se uma ligeira melhoria na definição dos conceitos de História Local e Património Cultural, no entanto, o conceito de História Local não verificou a mesma melhoria, comparativamente ao conceito de Património Cultural. Relativamente a este último conceito, constatou-se que apesar da prevalência do património tangível, os alunos passaram a reconhecer o património intangível como um tipo de Património. Observou-se também que os estudantes tomaram como uma mais-valia a discussão destes tópicos em sala de aula e a sua interligação com a cidade, por uma questão de valorização da sua cidade e de enriquecimento cultural. Com as últimas questões, observou-se ainda, que os alunos na sua maioria consideram que a aula, para além de diferente e interessante, lhes permitiu consolidar os conteúdos programáticos, e lhes despertou a curiosidade para o passado da sua cidade.

Conclusão

Após a redação deste relatório, é relevante tecer algumas considerações sobre o ano de estágio pedagógico e a aplicação didática. O estágio pedagógico desenvolvido na Escola Secundária José Estêvão permitiu obter uma perceção mais completa da profissão docente. O contacto frequente com os estudantes dos dois níveis de ensino melhorou a compreensão do funcionamento das aulas e confirmou a necessidade de constante adaptação de técnicas e métodos de ensino, de forma a fazer face aos diferentes ritmos de aprendizagem e singularidades das turmas. Face a isto verificou-se uma evolução da nossa docência, num esforço para colmatar as nossas dificuldades, com o intuito de proporcionar aos alunos o melhor ensino-aprendizagem possível.

Com a professora orientadora, assim como com outros professores do grupo disciplinar, verificaram-se os benefícios de aplicar questões condutoras no início de cada aula, de modo a provocar os alunos para a aprendizagem, assim como de estabelecer uma boa relação com os alunos. Com a restante comunidade escolar, através do contacto pessoal e de atividades extracurriculares, compreendeu-se a dinâmica e funcionamento de uma escola, tão importante para o nosso percurso profissional.

Apesar dos muitos desafios abraçados, o estágio culminou no sentimento de dever cumprido e numa estima ainda maior pela profissão, sendo que a sua conclusão marca o início de um novo percurso, o exercício da profissão de docente.

No âmbito do estágio pedagógico, pretendeu-se a realização deste projeto didático, que tencionava aliar o conteúdo programático, às temáticas de História Local e Património Cultural,

e ainda às aulas de campo, com o intuito de compreender as potencialidades da sua aplicação em contexto escolar.

Admitindo que o estudo de uma realidade mais próxima pudesse ser um fator de motivação e aprendizagem histórica, procurámos neste estudo responder à seguinte questão de investigação: *“Perceber se a História Local e o Património Cultural influencia o modo como os alunos compreendem História”* e tendo ainda como objetivos: *“Verificar em que medida a utilização da História Local e do Património Cultural pode contribuir para uma melhor aplicação de conhecimentos a novas situações; “Verificar se a aplicação da História Local e do Património Cultural se manifesta numa maior motivação”; e por último “Avaliar se as aulas de campo promovem o aumento de motivação nos alunos”*.

Surgiu a oportunidade de conjugar o programa curricular do 11º ano de História e da Cultura das Artes com a temática deste relatório, visto que o Módulo 8 – *“A cultura da Gare”* aborda a Arte Nova. Pretendia-se através desta aplicação didática a aproximação dos alunos à História Local e ao Património Cultural da sua cidade.

A aplicação do questionário inicial revelou a falta de opinião e conhecimento dos estudantes quanto ao Património Local, perceptível pela questão 2.1 - *“Consideras importante conhecer o património do teu concelho?”*, na qual 12% dos alunos não demonstram opinião; assim como na questão 3 - *“Seleciona o Património da região de Aveiro que conheces”*, que demonstra incapacidade de reconhecer marcos importantes da sua cidade.

Havendo este distanciamento dos alunos ao Património Local, o primeiro desafio prendeu-se à necessidade de incutir nestes uma maior estima pela História e Património Local, dado ser mais fácil aprenderem e conectarem-se ao que já lhes é familiar. De seguida pretendeu-se observar os efeitos da aplicação destas temáticas na motivação dos discentes para a aprendizagem dos conteúdos programáticos.

Através da análise dos dados obtidos pelos questionários, instrumentos de avaliação aplicados e da observação direta verificou-se que a aplicação da História Local/Património Cultural permitiu o desenvolvimento do pensamento histórico e uma fácil consolidação dos conteúdos programáticos. De seguida, apresentam-se algumas conclusões retiradas do trabalho desenvolvido:

- *Perceber se a História Local e o Património Cultural influencia o modo como os alunos compreendem História*

Inicialmente os alunos mostravam-se pouco conhecedores da história local, possivelmente pela falta de informação. Sendo assim, quando foi introduzida a aula de 16 de março sobre História Local e Património Histórico, os alunos passaram a reconhecer que a sua cidade tinha história, que os fez valorizá-la mais (QF nº 4 e 5). Constatou-se ainda que os alunos olham para a História como algo distante, e por isso tentou-se aproximá-los da mesma. Isso fez-se notar quando um aluno partilhou a sua aula com a avó, aproximando-o ainda mais da História e do Património que conhece, ao descobrir que o seu bisavô foi responsável pela serralharia artística de um dos edifícios observados. Tal como Sílvia Araújo afirma, após a introdução da História Local e do Património Histórico, os alunos passaram a considerar mais importante o tratamento da temática para conhecerem melhor o seu passado (Araújo, 2017, p. 105).

- *Verificar em que medida a utilização da História Local/Património Histórico-Cultural pode contribuir para uma melhor aplicação de conhecimentos a novas situações;*

Enquanto no QI 44% dos alunos identificaram a Casa Major Pessoa e 24% a Antiga Capitania do Porto de Aveiro (dois edifícios de Arte Nova); aquando da aplicação do questionário sobre a aula de campo 100% dos alunos foram capazes de identificar a Casa Major Pessoa e 55% a Antiga Capitania. Verificou-se ainda no QF que pelo menos seis alunos não apresentam opinião sobre a frase: “*Aprendi a olhar para os monumentos de forma diferente*”, no entanto grande parte da turma utilizou o conhecimento das aulas para identificar edifícios nos seus próprios concelhos, demonstrando assim um novo olhar sobre os edifícios.

- *Verificar se a aplicação da História Local e do Património Cultural se manifesta numa maior motivação na aprendizagem;*

Na questão “*Consideras importante conhecer o Património da tua região?*” do QF, a maioria dos alunos julga relevante aprender sobre a temática, porque lhes fornece uma maior motivação para conhecerem o contexto em que se inserem. Aquando da realização do trabalho escrito verificou-se uma maior motivação por parte dos alunos, quando se depararam com nomes conhecidos da cidade, levando-os a um maior interesse pela temática. Além disso, constatou-se uma maior participação, assim como um maior interesse ao trazer para a sala de aula fotografias de edifícios que encaixavam nas características de Arte Nova.

- *Avaliar se as aulas de campo promovem o aumento de motivação nos alunos.*

Constatou-se que os alunos prezam bastante este tipo de atividades, pois após a análise da pergunta nº6 do grupo II do QF os alunos pediam maior regularidade deste tipo de método de

ensino, visto o considerarem como estimulante e promotor da consolidação de forma simples e agradável dos conteúdos programáticos, tal como constatado por Sérgio Couto (Couto, 2020, p. 103). O recurso à aula de campo permitiu também o aumento do sentido de preservação e conservação do Património e desenvolveu um maior sentimento de pertença relativamente à cidade.

Pretendeu-se também averiguar as perceções dos alunos relativamente aos conceitos de História Local e Património Cultural, através da comparação de dados entre o questionário inicial e o questionário final. Constatou-se uma ligeira melhoria na capacidade de definição destes dois conceitos. No entanto, devido à mais limitada integração da História Local no programa curricular, não se verificaram as mesmas melhorias.

Apesar de tudo, reconhecemos algumas limitações, sendo que para um trabalho futuro recomendar-se-ia a realização de uma aula de campo com a duração de dois blocos, assim como a aplicação de um guião com perguntas específicas, a fim de registarem na hora as aprendizagens. Aconselhar-se-ia também a alargar o número de aulas para a aplicação do projeto didático, de modo a acompanhar mais de perto os trabalhos desenvolvidos pelos alunos, principalmente os escritos, de modo a trabalhar melhor a História Local.

Em conclusão, é possível promover a motivação dos alunos através da aplicação da História Local e do Património Cultural nos conteúdos programáticos e assim fomentar o desenvolvimento do pensamento histórico, formação cívica, mas acima de tudo da reforçar a identidade e o sentido de pertença do aluno.

Bibliografia

- Aguiar, J. D. (2016). *A pertinência da saída de campo no processo de aprendizagem de História e Geografia. O caso do Alto. Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia do Ensino Básico e Secundário*. Porto: Universidade do Porto.
- Almeida, É. (2014). *O Património Histórico como estratégia pedagógica para a construção do conhecimento histórico*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, Relatório de Estágio em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico.
- Almeida, É., & Solé, G. (2015). O património histórico como recurso pedagógico para a construção do conhecimento histórico. *II Seminário Internacional de Educação Patrimonial - Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Minho: Centro de Investigação em Educação (Cied),.
- Almeida, É., & Solé, G. (2016). Aprender história através da exploração do património local como recurso didático: uma experiência em educação patrimonial com alunos do 5º ano de escolaridade. *Livro de actas del VII Simpósio Internacional de Ciencias Sociales, educación y futuro* (pp. 534-551). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Almeida, É., & Solé, G. (2017). Património histórico de Braga como recurso didático: um estudo com alunos do 5.º ano de escolaridade. Em C. P. Ribeiro, H. Vieira, & I. B. al., *Epistemologias e Ensino da História (XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)* (pp. 239-259). Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM).
- Almeida, A. (1998). *Visitas de Estudo - Conceções e eficácia na aprendizagem*. Lisboa : Livros Horizonte.
- Almeida, E., & Solé, G. (2015). O património histórico como recurso pedagógico para a construção do conhecimento histórico. *II Seminário Internacional de Educação Patrimonial - Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Minho: Centro de Investigação em Educação (Cied),.
- Alves, L. M. (2014). A história local como estratégia para o ensino da História. pp. 65 - 72.
- Araújo, S. (2017). *"Só se ama o que se conhece ..."* *Contributos da História local no Ensino da História*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Assembleia da República . (6 de Julho de 1985). Lei de Bases do Património Cultural Português. *Decreto-Lei n.º 13/85*, p. 1866 a 1874 .
- Azenha, M. L. (2016). *Aula de Campo e Aula Museu: recursos didáticos para conteúdos com paleontologia nos ensinos básico e secundário. Tese de Doutoramento em Ensino das Ciências, ramo de ensino de Geologia*. Coimbra: Universidade de Coimbra .
- Barca, I., Solé, G., Pinto, H., Facal, L. R., Gil, T. M., & Sabaté, M. (2015). Educação histórica e educação patrimonial - novos desafios. *II Seminário Internacional de Educação Patrimonial - Contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. (pp. 57-75). Minho: Universidade do Minho. Centro de Investigação em Educação (CIED).

- Barroso, J. (2016). O estudo de caso como processo de aprendizagem em História e Geografia: o caso da Organização das Nações Unidas. *The Overarching Issues of the European Space: Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems*, 344-358.
- Bidarra, M. d., & Festas, I. M. (2005). Construtivismo(s): Implicações e interpretações educativas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, nº 39, 175-195.
- Capucho, d. J. (2009). *A Natureza na Aprendizagem Científica: o percurso pedestre como instrumento de um ambiente educativo – o Parque Natural de Sintra-Cascais*. Lisboa: Mestrado de Ciências da Terra e da Vida para o Ensino. Universidade de Lisboa .
- Champigneulle, B. (s.d.). *A Arte Nova*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cooper, H. (2004). O Pensamento Histórico das crianças. Em I. Barca, *Para uma Educação Histórica de Qualidade - Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica* (pp. 55-74). Braga: Universidade do Minho.
- Couto, S. C. (2020). *A História Local e o Património Histórico-Cultural no Ensino da História (Relatório de Estágio)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Fenta, P. S. (2020). *O Património histórico como estratégia motivacional no ensino da História. Experiência pedagógica no 8º e 11º ano.* . Coimbra : Universidade de Coimbra.
- Fernandes, P. d. (2019). *As aulas de campo como ferramentas potencializadoras para a contextualização do currículo e da aprendizagem. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação*. Minho: Universidade do Minho.
- Fontinha, F. (2017). Saídas de Campo no Ensino da Geografia: Uma metodologia ainda atual? *Revista de Educação de Geografia/Universidade do Porto*, nº1, 79-91.
- França, J. A. (2004). *História da Arte em Portugal - O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gomes, S. A. (2021). Interfaces da História Local na História de Portugal: breves reflexões. Em D. Vivas, *Lagoa, Poder Local e Municipalismo: 245 anos de criação do concelho de Lagoa (1773 - 2018)*. Atas do Colóquio. Lagoa: Município de Lagoa.
- Hardy, W. (1996). *Guia de Arte Nova*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Henriques, R. P., & Pintassilgo, J. A. (2013). Ensino da história e inovação pedagógica na transição para a democracia (Portugal, décadas de 1960 e 1970). *Revista História Hoje* 2 (nº4), 125-148.
- Horta, M. d., Grunberg, E., & Monteiro, A. Q. (1999). *Guia Básica da Educação Patrimonial* . Brasília: IPHAN.
- Júnior, D. M. (2015). Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. Em M. d. Leal, & S. O. Farias, *História regional e local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino*. (pp. 37-61). S. Salvador da Baía: Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB.
- João, I. M. (2013). História local e regional. Em S. C. Matos, *Dicionário de Históriadores Portugueses, da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo*. Lisboa.

- Lourenço, A. V. (2008). *Aveiro Arte Nova: estratégias concentradas de desenvolvimento museológico e turístico-cultural*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Manique, A. P., & Proença, M. (1994). *Didática da História - Património e História Local*. Lisboa: Texto Editora.
- Martins, G. d. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Martins, M. (1992). "As vilas do Norte de Portugal" de Alberto Sampaio: importância da obra no estudo do povoamento antigo. *Revista Guimarães*, 387 - 410.
- Mendes, J. A. (2000). História local e memórias: do Estado-Nação. *Revista Portuguesa de História*, 349-368.
- Mendes, J. A. (2015). *O património. Dar um futuro ao passado*. Queluz de Baixo: Santillana.
- Ministério da Educação e Ciência. (2013). *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História (3º Ciclo do Ensino Básico)*.
- Ministério de Educação. (2001). *Programa de História do 3º ciclo do Ensino Básico, Volume I*. Lisboa.
- Monteiro, M. (1995). Intercâmbios e visitas de estudo. Em A. A. Carvalho, & J. Marques, *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Moreira, S. G., & Marques, N. R. (2021). A importância das aulas de campo como estratégia de ensino-aprendizagem. *Brazilian Journal of Development*, v.7, n.5, 45137-45145.
- Nakou, I. (2003). Exploração do pensamento histórico das crianças em ambiente de museu. Em I. Barca, *Educação Histórica e Museus - Actas das II Jornadas Internacionais de Educação Histórica* (pp. 59-82). Braga: Universidade do Minho.
- Neto, M. (2010). Percursos da História Local Portuguesa. Monografias e representações de identidades locais. *Memória e história local: Atas do coloquio internacional de Idanha-a-Nova* (pp. 47-76). Coimbra: CHSC.
- Neves, A. (1997). *Da Arte Nova em Aveiro - O porquê da diversidade do "estilo"*. Aveiro: FEDRAVE.
- Neves, A. (1997a). *A "Arte Nova" em Aveiro e seu Distrito*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- Oliveira, F. C. (2014). *A relevância das Aulas de Campo em escolas de um Agrupamento do meio rural. Relatório de Estágio de Mestrado em Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário*. Minho: Universidade do Minho.
- Oliveira, H. (2012). As potencialidades didáticas das visitas de estudo: a perceção dos alunos sobre a aprendizagem desenvolvida. Em D. Royé, J. Vázquez, M. P. Otón, M. J. Mantiñan, & M. V. Díaz, *XIII Colóquio Ibérico de Geografia - Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual* (pp. 1680 - 1687). Santiago de Compostela: Unidixital.
- Pereira, C. M. (2012). História Local e Regional- singularidades de uma História plural. Em S. O. Faria, & M. d. Leal, *História Regional e Local II - o plural e o singular em debate*. S. Salvador da Bahia: Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB.

- Pinheiro, A. B., Pinheiro, M. D., Barreira, C. M., & Rabelo, M. d. (dezembro de 2018). Concepções de ensino de docentes da educação técnica e tecnológica. *Innovaciones Educativas* n°29, 55-67.
- Pinto, A. L., Cambotas, M. C., & Meireles, F. (2020). *Ideias e Imagens*. Porto: Porto Editora .
- Pinto, A. L., Meireles, F., & Cambotas, M. (2001). *História da Arte ocidental e portuguesa, das origens ao final do século XX*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, M. H. (2016). *Educação histórica e patrimonial. Concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*. Porto: CITCEM.
- Ponte, J. P. (2006). *Estudos de caso em educação matemática*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Silva, F. R. (1999). “*História Local: objetivos, métodos e fontes*”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Torgal, L. R. (1987). História ... que História? Algumas reflexões à temática da história local e regional. Em *Revista da História das Ideias* (pp. 843 - 867). Coimbra: Faculdade de Letras.
- UNESCO. (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, (p. Paris).
- Vieira, J. J. (2020). *O património histórico como evidência com alunos do 8º ano do Ensino Básico*. Minho: Instituto de Educação. Universidade do Minho. Relatório realizado no âmbito do Mestrado de Ensino em História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.
- Visit Center of Portugal . (s.d de s.d. de 2018). *Art Nouveau Tour (Aveiro)* . Obtido de Visit Center of Portugal: <https://www.centerofportugal.com/tour/art-nouveau-tour-aveiro#article-content>
- Zoratto, F. M., & Hornes, K. L. (2014). Aula de campo como instrumento didático-pedagógico para o ensino da geografia. Em *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor: produções didático-pedagógicas. Volume I*. Curitiba: SEED/PR.

Documentos oficiais e Legislação:

- Carta do Porto Santo. “*A Cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*”, Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, 2021. Link em: <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2021/05/carta-do-porto-santo/>
- Diário da República n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06, páginas 1865 – 1874. Link: [Lei n.º 13/85 | DRE](#)
- Diário da República, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, artigo 2º, 2001. Link em: [Lei n.º 107/2001 | DRE](#)

- Diário da República, *Lei de Bases do Sistema Educativo*, Lei n.º 46/86 de 14 de novembro, Capítulo I, artigo 3.º, 1986. Link: [Lei n.º 46/86 - Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14 | DRE](#)
- ICOMOS, “*Denition of Heritage and Preservation*” in Charter for the Preservation of Quebec’s Heritage (Deschambault Declaration), Canada French-Speaking Committee, 1982.
- Martins, Guilherme d’Oliveira (coord), *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2017. Link: [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória \(mec.pt\)](#)
- Ministério de Educação. (2001). *Programa de História do 3º ciclo do Ensino Básico, Volume I*. Lisboa.
- Ministério da Educação e Ciência, *Aprendizagens Essenciais do 3º Ciclo do Ensino Básico, 2018*. Link: [Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico | Direção-Geral da Educação \(mec.pt\)](#)
- Ministério da Educação e Ciência, *Aprendizagens Essenciais do Ensino Secundário, 2018*. Link: [10 historia a.pdf \(mec.pt\)](#)
- Ministério da Educação e Ciência, *Documento de Apoio às Metas Curriculares de História (3ºCiclo do Ensino Básico)*, 2013. Link: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/doc_de_apoio_mc_de_historia_final.pdf
- Ofício-circular n.º 21/04 de 11 de março. Direção Regional de Educação do Norte, 2004. Link: [OFÍCIO-CIRCULAR 21/04 \(spn.pt\)](#)
- UNESCO, *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, 1972. Link: [Microsoft Word - Document1 \(ohchr.org\)](#)

ANEXOS

Anexo I – Plano Individual de Formação**PLANO INDIVIDUAL DE FORMAÇÃO (PIF)**

Orientadoras de Estágio Pedagógico Supervisionado:

Prof.^a Dra. Ana Isabel Ribeiro e Prof.^a Dra. Sara Trindade (FLUC)

Prof.^a Aida Margarida Neves (Escola Secundária José Estêvão-Aveiro)

Discente: Inês Morais

O Plano Individual de Formação (PIF) é um elemento de realização obrigatória e encontra-se de acordo com o Decreto-Lei n.º 240/200 do Plano Anual de Estudos do Estágio Pedagógico, que determina o perfil geral do desempenho do professor do ensino básico e secundário. Este documento tem como objetivo explorar as razões pelas quais os estagiários do dito mestrado decidem enveredar pelo ensino, assim como abordar algumas das expectativas e receios, em relação ao período de estágio e à vida profissional.

O amor que fui nutrindo pela disciplina de História foi sendo instigado pelos diversos e maravilhosos professores que não se limitaram a reproduzir os conteúdos dos manuais e foram despertando a minha curiosidade. Com eles aprendi que ser professor não se centra apenas no domínio dos conteúdos, mas também na vertente social, na ligação e afeto com os alunos.

Desde pequena brincava às “professoras” como forma de combater as minhas dificuldades de aprendizagem, mas talvez também já pelo respeito e admiração à profissão. Mais recentemente, comecei a dar explicações e não há palavras para descrever o privilégio que sinto ao ensinar e poder presenciar de perto a evolução destes jovens, como alunos, mas acima de tudo como cidadãos exemplares.

Após 4 anos no Ensino Superior posso finalmente saber o que realmente significa ser professora com o estágio pedagógico, pois esta atividade não se prende apenas com aquilo que se faz nas aulas, mas todo o trabalho que é realizado fora das salas de aula, desde burocracia à ligação com a comunidade escolar.

Será um ano cansativo, mas enriquecedor e revigorante tanto a nível profissional como pessoal, dado que dar-me-á competências para desempenhar a profissão, visto que me ensinará a adaptar-me às necessidades e características dos alunos, a pôr em prática conhecimentos teóricos, assim como conhecimentos adquiridos com a observação das primeiras aulas, e ainda aprender a colmatar possíveis problemas de índole pedagógica. Mas acima de tudo, integrar a comunidade escolar, mantendo uma relação de proximidade com os alunos, ajudando-os a enfrentar as adversidades.

Durante este ano letivo, irei desenvolver um relatório de estágio que terá por base a História Local como ferramenta motivacional no ensino. Pretende-se com este trabalho verificar como a utilização do Património/História Local pode influenciar a aprendizagem na sala de aula, identificar as melhores formas de utilizar a História local para consolidar conhecimentos, e por fim constatar se as visitas de estudo promovem a motivação dos alunos, assim como incutir nestes a importância da preservação do património local.

Em conclusão, o presente trabalho tem como principal propósito enumerar as atividades a que me proponho a realizar e a participar de forma direta ou indireta, no decorrer deste ano letivo.

No âmbito da minha ação pedagógica irei realizar as seguintes atividades:

- Planificar e lecionar os tempos letivos previstos pelo Plano Anual Geral de Formação (32 tempos de 50 minutos) e todos quantos a professora orientadora autorizar.
- Exercer a atividade docente nas turmas do 8º ano, bem como às turmas de História da Cultura e das Artes,
- Assistir a todas as aulas da minha orientadora;
- Ajudar com o projeto “Segurança, defesa e paz”, para a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento da turma do 12º ano;
- Participar nos projetos propostos na Escola, no âmbito da disciplina de História;
- Assistir a todas as aulas lecionadas pela minha colega de estágio, Sandra Esperança;
- Procurar usar fontes históricas sempre que for possível, para desenvolver nos alunos o gosto pela investigação histórica;
- Utilizar todo o tipo de recursos que provoquem mais interesse nos alunos, tais como filmes históricos, vídeos e aplicações como o quizizz, com o objetivo de facilitar a aquisição de conhecimento histórico nos discentes;
- Elaborar as matrizes dos testes, os critérios de correção e fazer a sua correção;
- Corrigir os testes dos diferentes anos letivos, estabelecidos pela professora orientadora.
- Elaborar e planificar as aulas tendo em conta a historiografia mais recente;
- Organizar o Peddy Paper sobre a “Arte Nova” para os alunos de História da Cultura e das Artes;
- Participar de forma passiva, em algumas das reuniões permitidas pela orientadora;
- Reunir semanalmente com a orientadora para sessões de esclarecimento;
- Procurar ajudar a colmatar algumas das dificuldades encontradas nas turmas em questão, tais como a interpretação e análise de documentos escritos e a sua integração de forma coerente na resposta escrita.

- Relacionar as temáticas abordadas com a História Local, alertando para a importância da preservação do património;
- Didatizar o tema do relatório e aplicá-lo aos alunos do 11º de História da Cultura e das Artes;

No âmbito da minha ação social e pessoal proponho-me a:

- Procurar promover a formação da consciência cívica e atitudes de tolerância e de respeito pelos valores democráticos, nos discentes.
- Organizar conferências para a comunidade escolar:
 - “Debates de Abril”
 - Reflexão sobre o Holocausto, no âmbito do dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto;
- Organizar um Calendário com datas importantes:
 - Queda do Muro de Berlim, fazendo referência à criação de novos muros como resultado da crise de refugiados;
 - Dia Internacional dos Direitos Humanos;
 - Dia internacional da Abolição da Pena de Morte;
- Promover a reflexão e o debate em sala de aula sobre temáticas atuais, permitindo aos alunos confrontar pontos de vista e desenvolver o espírito crítico;
- Valorizar e respeitar as diferenças pessoais e culturais dos discentes, combatendo processos de exclusão e discriminação;
- Tendo em conta o tema do relatório, pretende-se ainda sensibilizar os alunos para a importância da preservação do património;

Coimbra, 25 de outubro de 2021

Inês Cipriano Morais

Anexo II – Exemplo de Planificação**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTEVÃO****ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ ESTEVÃO****ANO LETIVO: 2021/2022****PLANO DE AULA 8º ANO**

História	
Módulo 7.2:	Revoluções e Estados Liberais conservadores
Lição: 55 e 56	Data: 6 de maio
Tema:	Objetivos estabelecidos para a aula:
A Revolução Liberal Portuguesa <ul style="list-style-type: none"> ▪ Razões de descontentamento; ▪ Revolta de 24 de agosto de 1820; ▪ Cortes Constituintes 	Relacionar a conjuntura política, económica, e social, resultante das invasões francesas e do domínio inglês, com a Revolução Liberal de 1820. Caracterizar as alterações políticas e sociais, que ocorreram com a Constituição de 1822. Reconhecer as causas e consequências da independência do Brasil.
A Independência do Brasil	
Conceitos:	Soberania Popular; Constituição; Monarquia Constitucional

Sumário: A Revolução Liberal Portuguesa e a Constituição de 1822. A independência do Brasil

Situações de aprendizagem/Methodologia:

A aula terá início com a abertura das lições e recapitulação da matéria lecionada na aula anterior, com objetivo de relembrar a mesma. Sendo apresentado aos alunos uma breve orientação da ordem dos trabalhos para a aula. Serão ainda lembrados que tal como na aula passada, haverá o acompanhamento da matéria, com pequenos excertos do episódio “*A transferência da Corte para o Brasil*” da série “*Conta-me História*”, tendo como objetivo atrair a atenção dos alunos para o tema e fornecer informação adicional.

Para iniciar a temática, será perguntado aos alunos, tendo em conta a matéria lecionada na aula anterior: “*Consideram que o povo português se encontrava insatisfeito, a nível político e económico?*”. Pretende-se mostrar aos alunos que a população se encontrava descontente, a

nível político, económico e social, assim como dar a conhecer os acontecimentos que levaram à Revolução Liberal de 1820, dando especial destaque para a Conspiração de Gomes Freire de Andrade, a abertura dos portos brasileiros aos ingleses e a domínio inglês, do General Beresford.

De seguida, ser-lhes-á apresentado o Sinédrio, uma associação secreta, de burgueses descontentes, que irão mais tarde liderar a Revolução Liberal, realçando a importância de Manuel Fernandes Tomás, visto que este terá um papel fundamental na construção da Constituição.

No momento seguinte, falar-se-á do pronunciamento militar, do local, da data e dos objetivos dos militares, dos burgueses, e dos elementos do sinédrio em realizar esta revolução. Levando em consideração, as causas e tudo o que lhes foi exposto até ao momento, será perguntado a um dos alunos: *“Quais parecem ser os objetivos desta Revolução?”*, de modo a introduzir o *“Manifesto aos portugueses”* redigido por Manuel Fernandes Tomás. De seguida, será pedido a um elemento da turma que leia o último parágrafo do subcapítulo: *“Do descontentamento à Revolução de 1820”*, da página 171 do manual, para que percebam que a Revolução se espalhou pelo país, dando origem à Junta Provisional que organizou as primeiras eleições para a criação das Cortes Constituintes, assim como para averiguar a participação dos alunos.

Visto que um dos objetivos desta revolução era a aprovação de uma Constituição, passaremos à análise dos princípios fundamentais da Constituição de 1822, criada com influências na Constituição francesa, tendo como objetivo mostrar aos alunos a separação de poderes, a supremacia do poder legislativo sobre o poder do Rei e ainda a integração dos direitos, deveres e liberdades dos cidadãos portugueses. Sendo ainda chamados à atenção para a organização dos poderes da Constituição de 1822 (doc. nº4, página 170 do manual).

Para além da Constituição, as Cortes pretendiam tomar medidas no sentido, de pôr fim ao Antigo Regime em Portugal. Depois de uma análise cuidada pelas medidas, será perguntado aos alunos: *“Será que toda a sociedade ficou satisfeita com estas medidas?”*, com objetivo de lhes mostrar que estas medidas, assim como a própria da Constituição eram demasiado progressivas e radicais para o país, o que gerou resistência ao liberalismo por parte da nobreza e do clero, que encontrou apoio em D. Carlota Joaquina e D. Miguel. Tenciona-se neste ponto, transmitir aos alunos, já a ideia de uma possível guerra civil, que será estudada na próxima aula.

Para averiguar as aprendizagens dos alunos até ao momento e para criar uma pausa na aula expositiva, propõe-se a realização de uma minificha, que a turma realizará em conjunto.

Com a ajuda do pequeno vídeo, pretende-se que os alunos consigam compreender o grande desenvolvimento económico e cultural da colónia. Portanto, quando as Cortes Constituintes tomam medidas para repor o poder, ao exigir o exclusivo colonial e a subordinação do Brasil à metrópole, gerou-se uma enorme tensão que culminou na Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822.

Para terminar, num tom mais descontraído, mas pretendendo ao mesmo tempo verificar os conhecimentos adquiridos, os alunos irão jogar à *Palavra Proibida*. Alguns dos alunos irão tirar um papel à sorte que pode conter qualquer um dos seguintes nomes: *D. João VI, Beresford, Gomes Freire de Andrade, Manuel Fernandes Tomás e D. Pedro*. O aluno terá de tentar descrever, caracterizar ou contar algum feito histórico, que tenha aprendido na aula sobre a personagem, até que os seus colegas adivinhem de quem se trata.

Recursos:

Manual;

PowerPoint.

Série: “*Conta-me História*”, episódio “*Transferência da Corte para o Brasil*”

Minificha: “*Revolução Liberal portuguesa 1820*”

Avaliação:

Observação direta e envolvimento nas atividades;

Bibliografia

OLIVEIRA, Ana; CANTANHEDE, Francisco; CATARINO, Isabel; GAGO, Marília; TORRÃO, Paula;
O Fio da História (8º ano), Texto, Lisboa;

COUTO, Célia; ROSAS, Maria Antónia, O Tempo da História (11º ano), 1ª Parte, Porto Editora, Porto, 2009.

MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal, O Liberalismo (1807 – 1890)*, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 2013.

Anexo III – Exemplo de uma Ficha de Avaliação

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO
Ficha de Avaliação História 8º ano 2º Semestre maio/2022

Nome do(a) aluno(a)	Classificação Obtida
Nº [] Turma [] Data	[] [] [] [] % (por cento)
Assinatura do(a) Encarregado(a) de Educação	Assinatura do(a) Professor(a)
Data [] de [] de []	Data [] de [] de []

GRUPO I - REVOLUÇÃO AMERICANA

1. Analise atentamente as fontes.



Figura 1: Protesto em Boston, 1773

"Consideramos [...] que todos os homens nascem iguais. [...] Todas as vezes que um governo se torne contrário a esses objetivos, o povo tem o direito de o mudar ou de o abolir e de estabelecer um novo governo. [...] Declaramos que estas colônias unidas são, e têm o direito de ser, estados livres e independentes."

Figura 2: Declaração do Congresso de Filadélfia, 1776

1.1. Indica o acontecimento retratado na figura 1.

1.2. Descreve o acontecimento retratado na figura 1.

1.3. Menciona as 2 ideias iluministas presentes na figura 2.

1.4. Assinala com um X, as frases que correspondem às queixas dos colonos americanos.

- a) Contestação ao sistema de exclusividade de comércio.
- b) Insatisfação pelo lançamento de um imposto sobre barcos.
- c) Ausência da representação das colónias no Parlamento inglês.
- d) Apesar da representação no Parlamento inglês, os interesses não eram respeitados.
- e) Insatisfação pelo lançamento de impostos sobre o chá, o açúcar, e o papel selado.

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO
Ficha de Avaliação História 8º ano 2º Semestre maio/2022

GRUPO II – REVOLUÇÃO FRANCESA

1. Analisa atentamente as seguintes fontes.



Figura 3: Talha, impostos e corvitas

"O Terceiro Estado integrava [...] a burguesia, o povo miúdo das cidades e os camponeses. [...] Representava 98% dos franceses, responsável pelo pagamento dos impostos que sustentavam a monarquia absolutista de Luís XVI".

Figura 4: Fernando Madrinha, Atlas da História Mundial, vol. VII, A Revolução Francesa, Editorial Sol, 96, Barcelona, 2006.

1.1. As figuras 3 e 4 retratam um dos motivos do descontentamento de uma parte da população francesa. Identifica e explica.

1.2. **Risca a opção errada** em cada uma das seguintes afirmações, tendo em conta a sociedade francesa antes da Revolução.

- a. Na segunda metade do século XVIII / XX, a França era um Estado do Antigo Regime.
- b. Os grupos sociais viviam em condição de **igualdade / desigualdade**.
- c. O(s) **nobres / Terceiro Estado** vivia sobrecarregado de impostos.
- d. Os **burgueses / nobres**, influenciados pela Revolução Americana, defendiam os ideais iluministas.
- e. Até 1789, a França foi governada por uma **Monarquia absoluta / liberal**.

2. Identifica e explica o acontecimento representado na figura 5.



Figura 5: Prisão Bastilha, Paris

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO
Ficha de Avaliação História 8º ano 2º Semestre maio/2022

3. Assinala com V (verdadeiro) e F (falso) as conquistas da Revolução Francesa que fizeram dela um marco na História.

- a. Igualdade
- b. Soberania da nação
- c. Concentração de poderes nas mãos do Rei
- d. Fraternidade
- e. Consagração do direito dos súbditos
- f. Separação de poderes
- g. Permanência dos privilégios do Clero e Nobreza

GRUPO III – REVOLUÇÃO LIBERAL PORTUGUESA

1. Analise atentamente as fontes.

"Os portugueses sentiam-se abandonados pelo seu monarca; queixavam-se da constante drenagem de dinheiro para o Brasil na forma de rendas e contribuições; lamentavam o declínio do comércio e o permanente desequilíbrio do orçamento; ressentiam-se na influência britânica no Exército e na Realidade".

Figura 6: Oliveira Marques, História de Portugal, vol. III, Lisboa, Fado Editores, 1992

1.1. Indica, segundo a fonte, os motivos que conduziram à Revolução Liberal Portuguesa.

1.2. Localiza no tempo e no espaço, a eclosão da Revolução Liberal Portuguesa

2. Lê atentamente as fontes.

Constituição de 1822 (redigida pelas Cortes)	Carta Constitucional de 1826 (entregada por D. Pedro)
Art. 2º A soberania reside essencialmente na Nação.	Art. 11º Os poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Reino de Portugal são quatro: o poder legislativo, o poder moderador, o poder executivo e o poder judicial.
Art. 25º O governo da Nação portuguesa é a Monarquia Constitucional hereditária, com leis fundamentais que regulam o exercício dos três poderes políticos.	Art. 13º O poder legislativo compete às Cortes com a sanção do Rei.
Art. 30º Estes poderes são: legislativo, executivo, judicial. [...] Cada um destes poderes é totalmente independente, de forma que um não poderá arrogar (= apropriar-se) a si as atribuições do outro.	Art. 14º As Cortes compõem-se de duas Camaras: Câmara dos Pares e Câmara dos Deputados.
	Art. 71º O poder Moderador é a chave de toda a organização política e compete privativamente ao Rei, como chefe supremo da Nação [...]

REPÚBLICA PORTUGUESA | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO
Ficha de Avaliação História 8º ano 2º Semestre maio/2022

2.1. Apresenta as principais diferenças entre a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826.

3. Desenvolve o seguinte tema: "A difícil afirmação do liberalismo em Portugal: da revolução liberal à guerra civil", tendo em conta alguns exemplos nas figuras apresentadas. A tua resposta deve integrar os seguintes tópicos.

- a. D. Pedro e a Carta Constitucional;
- b. A reação absolutista e liberal (personagens em confronto);
- c. A guerra civil de 1832 – 1834;
 - a. Principais batalhas e resolução do conflito



Figura 7: Guerra civil entre irmãos, 1832-1834



Figura 8: Carta Constitucional, 1826



Figura 9: Guerra Civil, 1832-1834



EDUCAÇÃO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÊVÃO
 Ficha de Avaliação História 8º ano 2º Semestre maio/2022



COTAÇÕES

- Grupo I
 - Pergunta 1.1. (5 pontos)
 - Pergunta 1.2. (5 pontos)
 - Pergunta 1.3. (5 pontos)
 - Pergunta 1.4. (5 pontos /alinea 1 ponto)
- Grupo II
 - Pergunta 1.1. (10 pontos)
 - Pergunta 1.2. (5 pontos)
 - Pergunta 2.1 (5 pontos)
 - Pergunta 3 (14 pontos/alinea 2 pontos)
- Grupo III
 - Pergunta 1.1. (10 pontos)
 - Pergunta 1.2. (5 pontos)
 - Pergunta 2 (15 pontos)
 - Pergunta 3 (16 pontos)

BOM TRABALHO!



Anexo IV – Cartaz “Eu passei pelas cadeias da P.I.D.E”

DEBATES DE ABRIL NAS ESCOLAS

ABRIL É AGORA

REVOLUÇÃO DE ABRIL
50 ANOS 1974-2024
DEBATES, EXPOSIÇÕES
CINEMA, TEATRO

EU PASSEI PELAS CADEIAS DA P.I.D.E.

CONVIDADA

GRAÇA MARQUES PINTO

PROFESSORA - EX-PRISIONEIRA POLÍTICA

DIA 26 DE ABRIL DE 2022 - 11H00

AVEIRO - ESCOLA SEC. JOSÉ ESTÊVÃO

transform! europe
 cul:tra

Anexo V – Cartaz “Os desafios do Ensino do Holocausto no século XXI”



Anexo VI – Peddy Paper;

REPÚBLICA PORTUGUESA AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO

9. Para esta estação devem **responder** corretamente às próximas questões. De seguida, devem dar a folha aos alunos que organizam a prova. Caso respondam incorretamente, terão de **fazer** um pouco de exercício!!

Qual foi a batalha onde D. Afonso Henriques combateu contra a sua mãe?

Ourique
 Aljubarrota
 S. Mamede
 Alcácer

Quem foi o rei que desapareceu na batalha de Alcácer Quibir?

D. Sebastião
 D. João III
 D. Manuel I
 D. Duarte

Quem foi o grande líder da batalha de Aljubarrota?

D. João das Regras
 D. Filipe
 D. Egas Moniz
 D. Nuno Álvares Pereira

10. Sabemos que estão cansados, mas estamos quase a terminar! **Vão** até à Sala do Futuro, **visualizem** o pequeno vídeo e **façam** os apontamentos necessários, pois de seguida terão de **responder** a um *Kahoot!*

ESPERAMOS QUE SE TENHAM DIVERTIDO CONNOSCO!

Os alunos do 12º I
Orientação: Professoras Inês e Sandra

REPÚBLICA PORTUGUESA AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO

VIAGEM PELA HISTÓRIA

Nome do grupo: _____

Hoje, vão partir à aventura pela vossa escola para testarem alguns dos vossos conhecimentos da História e Geografia de Portugal. Atenção que para realizarem esta atividade é importante que respondam corretamente a todas as questões que vos são colocadas e que sigam com rigor todas as orientações.

Boa sorte!

1. Dirijam-se ao Guardião da Escola, pois é por aí que vamos começar. Comecem por **indicar** o nome da representação cartográfica, que se encontra na mesa.

1.1. A seguir, **localizem** o nosso país nessa mesma representação do mundo.
1.2. **Pintem** no mapa a localização geográfica de Portugal

REPÚBLICA PORTUGUESA AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO

2. Agora que completaram a primeira tarefa, dirijam-se até à Arena Desportiva. Nesse edifício vão encontrar um mapa de Portugal. **Devem fazer corresponder** os números que se encontram no mapa com os principais rios de Portugal.

Rio Douro: ____ Rio Guadiana: ____
Rio Minho: ____ Rio Mondego: ____
Rio Tejo: ____ Rio Sado: ____

3. A seguir, devem continuar o vosso percurso que tem como próximo destino o "local com mais sabedoria escrita". A nossa escola vai ajudar a Ucrânia com o maior número de livros possível para que meninos como vocês continuem a ler. Para isso, vamos deixar que **escolham** um que vos fascine. Caso nenhum vos interesse, comecem com um que tenha a mesma inicial de um dos vossos nomes. No Quadro 1 **devem identificar** o livro escolhido indicando os dados seguintes: autor, título, local, editora e ano de publicação.

Quadro 1

Apelido, inicial do nome	Ano	Título do livro (entre aspas)	Local de publicação	Editora

4. **Encaminhem-se** para o local mais indicado para receber ou fazer uma chamada, caso se encontrassem sem bateria no vosso telemóvel. À vossa frente, vão encontrar o Jogo da Memória que é composto por rostos, nomes e características de três personalidades.

As regras são simples, em cada turno apenas podem virar três cartas de cada vez. Caso o rosto, o nome e a característica corresponda, devem retirar essas cartas de jogo. Caso as cartas não correspondam, devem ser viradas novamente, até que consigam fazer a correspondência de todas as cartas.

REPÚBLICA PORTUGUESA AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÉVÃO

A meio da manhã há um local que vos permite recuperar energias, dirijam-se até lá. Nesse local, está escondido um papel verde com o logótipo da escola. De seguida, **devem realizar** a Sopa de Letras. Depois de terminada, **devem trazer convosco o papel.**

6. Agora **dirijam-se** até à Escola Primária e procurem um papel que estará afixado numa das paredes. Nesse papel estará um conjunto de palavras. O vosso trabalho é **selecionar** de entre essas palavras, 5 mulheres marcantes na História de Portugal. **Não se esqueçam de as registar aqui!**

1. _____ 4. _____
2. _____ 5. _____
3. _____

7. O próximo destino é um sítio que fornece alimento à comunidade escolar. Em grupo, **escolham** um colega para ficar com uma identificação colada na testa sem que este saiba a palavra que lhe foi atribuída. Em seguida, os colegas de equipa devem **dar pistas** até que o colega acerte. Peçam ajuda aos alunos mais velhos, que vos ajudarão a dar pistas ao vosso colega.

Acertou 1	
Acertou 2	
Acertou 3	

8. No Centro de Novas Oportunidades (CNO) vão encontrar a nova tarefa. Procurem por um friso cronológico que estará algures no edifício e respondam corretamente às seguintes questões.

8.1. **Observem** o friso cronológico e regista nesta folha, um ano do século XV.
8.2. **Indiquem** o século que corresponde ao ano de 1510. _____

Anexo VII – Primeiro Questionário



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ
ESTÊVÃO



QUESTIONÁRIO

O presente questionário realiza-se no âmbito do Relatório final do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pretende apreender o nível de conhecimento que os alunos apresentam em relação à sua História local/regional e ao seu Património Local.

Este é um **questionário anónimo**, pelo que todos os dados serão confidenciais.

I. DADOS PESSOAIS

1. Sexo:

a. Feminino Masculino

b. Idade: _____ anos.

c. Concelho em que vives: _____.

II. A HISTÓRIA LOCAL E O PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL

1. Sabes o que é Património Histórico-Cultural?

a. Sim Não

1.1. Se sim, o que é que consideras Património Histórico? Podes assinalar várias opções.

Obras de arte Festas Populares Igrejas e Mosteiros

Castelos Achados arqueológicos Cantigas

Gastronomia Lendas e Tradições

Casas de personalidades importantes Outros



1290
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ
ESTÊVÃO



5. Consideras importante preservar e cuidar do Património Histórico? Porquê?

Sim Não

6. Na tua opinião, quem tem responsabilidade em preservar o Património Histórico. Podes escolher mais do que uma opção.

- Câmara Municipal Governo português Sociedade
- Junta de Freguesia Proprietário (no caso de Património histórico particular)
- Outro. Quem? _____.

7. Para terminar, diz por palavras tuas, o que entendes por:

7.1. Património Histórico-Cultural:

7.2. História Local:

Obrigada pela tua colaboração!



Anexo VIII – Segundo Questionário

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTEVÃO
Sede: Escola Secundária José Estêvão
Avenida 25 de abril, apartado 3, 3811- 901 Aveiro
Tel. 234 403 050 Fax: 234 403 052

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA AULA LECIONADA NO MUSEU DE ARTE NOVA**

Nome: _____ Nº _____

Após teres participado na aula sobre a Arte Nova, vamos fazer um balanço de como decorreu a mesma. Por isso, é pedido que respondas com sinceridade e de forma **anónima** às seguintes questões:

GRUPO I

1. Classifica alguns dos aspetos da aula/visita como: I-Insuficiente; S – Suficiente; B – Bom; MB – Muito Bom		
1.1. A organização da visita foi ...	1.2. O convívio entre todos foi ...	1.3. Aquilo que aprendi foi ...

2. Descreve os aspetos positivos e negativos na aula de campo.

2.1. O que mais gostaste: 		Sugestões:
2.2. O que gostaste menos: 		

GRUPO II

1. Sentes que observar a Arte Nova em pessoa, ajudou a consolidar os conhecimentos?	
2. Que edifícios de Arte Nova identificaste na aula de campo?	
3. Que características de Arte Nova observaste na aula de campo?	
4. Qual era o estado de conservação do Edifício Major Pessoa, antes da intervenção da Câmara Municipal?	
5. Qual é o atual estado de conservação do edifício?	



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTEVÃO
Sede: Escola Secundária José Estêvão
Avenida 25 de abril, apartado 3, 3811- 901 Aveiro
Tel. 234 403 050 Fax: 234 403 052



6. Consideras que os aveirenses valorizam o património referente à Arte Nova?	
7. Consideras que com a aula de campo valorizas mais a Arte Nova?	
8. Esta aula correspondeu às tuas expectativas? Porquê?	

9. Esta aula foi importante porque ...

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo IX – Terceiro Questionário



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÊVÃO
Sede: Escola Secundária José Estêvão
Avenida 25 de abril, apartado 3, 3811- 901 Aveiro
Tel. 234 403 050 Fax: 234 403 052



QUESTIONÁRIO FINAL

Nome: _____ Nº: _____

O presente questionário realiza-se no âmbito do Relatório do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pretende conhecer o nível de conhecimento que os alunos apresentam em relação à História local e ao Património Local.

Este questionário é **anónimo**, pelo que todos os dados serão confidenciais.

I. DADOS PESSOAIS

1. Sexo

a. Feminino Masculino

2. Idade: _____ anos

3. Localidade em que vives: _____

II. HISTÓRIA LOCAL E PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL |

1. Sabes o que é a História Local?

a. _____

2. Sabes o que é Património Histórico?

Sim Não



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÊVÃO
 Sede: Escola Secundária José Estêvão
 Avenida 25 de abril, apartado 3, 3811- 901 Aveiro
 Tel. 234 403 050 Fax: 234 403 052



2.1. Se sim, o que é que consideras ser Património Histórico? Podes escolher mais que uma opção?

- Obras de arte Festas Populares Igrejas e Mosteiros
 Castelos Achados arqueológicos Cantigas
 Gastronomia Lendas e Tradições
 Casas de personalidades importantes Outros

3. Consideras importante conhecer o Património da tua região?

Sim Não

4. Consideras importante a intervenção feita na aula de História da Cultura e das Artes, no dia 16 de março sobre a História Local e o Património?

a. Sim Não

5. Gostaste de trabalhar a História e o Património da tua região nas aulas?

a. Sim Não

b. Porquê?



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTÊVÃO
Sede: Escola Secundária José Estêvão
Avenida 25 de abril, apartado 3, 3811- 901 Aveiro
Tel. 234 403 050 Fax: 234 403 052



6. Indica a tua avaliação da aula de 18 de março, na qual trabalhaste a Arte Nova em Aveiro. Marca com um X o nível de concordância com cada uma das frases seguintes.

	Discordo (1)	Discordo parcialmente (2)	Nem concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
A aula foi interessante.					
Com a aula consegui perceber melhor as características da Arte Nova e os conteúdos da disciplina.					
Aprendi a olhar para os monumentos de forma diferente.					
Deveria ter mais aulas sobre o passado da minha região.					

Anexo X – Planificação do Projeto Didático

Tarefas		Data:
Aplicação do 1º Questionário		8 de março
Enquadramento do tema no programa	<p>Aula de contextualização da Arte Nova no tempo e no espaço.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Caracterizar a Arte Nova como expressão artística e arquitetónica dos «tempos modernos», marcando o espírito da <i>Belle Époque</i>. ▪ Identificar as principais características do estilo artístico. ▪ Reconhecer as diferentes escolas artísticas pela Europa; 	15 de março
História Local/ Património Histórico-Cultural	<p>Apresentação e esclarecimentos dos conceitos de História Local e Património Histórico – Cultural.</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer os conceitos trabalhados em aula e as organizações responsáveis pela preservação do património. ▪ Promover a valorização e preservação do património; 	16 de março

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relacionar a temática da Arte Nova, com a História e o Património da Cidade. 	
Aula de Campo	<p>Instruções antes da aula:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A turma deve-se dividir em 4 grupos; ▪ Será atribuído um edifício por grupo; <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconhecer que a cidade de Aveiro é um museu de Arte Nova; ▪ Identificar as principais características de Arte Nova, nos edifícios da cidade; ▪ Valorizar o património histórico do local e fomentar a cidadania. <p>Explicação de como decorrerá a aula:</p> <p>É expectável que a turma se encontre dentro da sala antes da hora prevista, para que seja possível realizar todas as tarefas com tempo. Serão novamente repetidos os objetivos da aula antes da partida.</p> <p>A turma partirá a pé em direção ao Museu de Arte Nova (15 minutos). Iniciar-se-á pouco depois a visita guiada pelo Museu, que terá a duração de 30 minutos, consoante as dúvidas dos alunos.</p> <p>De seguida, retomaremos caminho para a escola, passando por alguns edifícios. Durante o percurso faremos no mínimo 7 paragens, nas quais a professora estagiária fará um breve resumo sobre o edifício e as suas características. Estima-se a chegada à escola pelas 13:20.</p> <p>Durante a aula:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Deverão permanecer atentos à explicação da professora; ▪ Necessitam de documentar com o vosso telemóvel todos os pormenores e características do edifício que vos foi atribuído, para que na próxima aula o possam recriar. 	18 de março
Realização do trabalho escrito e prático.	<p>De modo a conseguirem realizar as duas tarefas no prazo estipulado, os elementos do grupo podem distribuir-se como bem entenderem pelo trabalho prático ou pelo trabalho escrito.</p> <p>Instruções para o trabalho prático:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A professora fornecerá o rolo de papel de desenho; ▪ Deverão trazer para a aula o vosso material de desenho; ▪ Deverão replicar para o papel o edifício do vosso grupo e identificar algumas das características de Arte Nova; <p>Instruções para o trabalho escrito:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O trabalho pode ser realizado em qualquer plataforma (<i>word, canva, prezi, etc</i>) ▪ A estrutura do trabalho deve apresentar-se da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capa ▪ Contextualização do estilo artístico em Aveiro; ▪ Análise estética e artística do Edifício; ▪ Reflexão sobre a importância da preservação do Património Histórico-Cultural; 	22 e 23 de março

	<ul style="list-style-type: none">▪ Será fornecida bibliografia em formato digital e papel, para que pesquisem e selecionem apenas informação pertinente;	
Aplicação do 2º Questionário relativo à Aula de Campo;		22 de março
Avaliação Final auto e heteroavaliação	Realizar a auto e heteroavaliação, será avaliado o funcionamento do grupo, assim como o trabalho produzido; Aplicação do 3º e último questionário.	25 de março

Anexo XI -PowerPoint referente à primeira aula de Arte Nova;

CONTEXTUALIZAÇÃO:

Europa	1880-1910	Belle Époque
Progresso científico e tecnológico		Clima de otimismo e confiança

INFLUÊNCIAS DA ARTE NOVA

Gótico flamejante.	Rococó.	Pinturas japonesas.
Novos materiais.		Movimento Arts and Crafts.

CARACTERÍSTICAS COMUNS A TODA A ARTE NOVA:

<p>Inovação formal: originalidade e criatividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rejeição dos estilos académicos e revivalistas; • Plantas de traçado livre; • Inspiração na Natureza e no Homem (especialmente no corpo feminino); • Movimentos sinuosos e encadeados; 	<p>Adesão ao progresso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração das novas técnicas e dos novos materiais industriais, tirando partido da resistência e maleabilidade; • Preocupação com o lado decorativo;
---	--

DUAS TENDÊNCIAS NA ARQUITETURA:

 <p>Estética floral, naturalista e curvilínea.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola belga, francesa e o Modernismo Catalão; 	 <p>Estética geométrica, funcionalista, estrutural (ornamentação mais contida)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola de Secessão Vienense, Escola de Chicago, Escola de Glasgow
---	--

MANIFESTAÇÕES DA ARTE NOVA – FRANÇA

- Principais artistas da Escola de Nancy: René Lalique, Emille Gallé e Hector Guimard;
- Grande foco nas artes decorativas (vidro, cristal lapidado, mobiliário,etc);

 René Lalique	 Emille Gallé	 Hector Guimard	 Jacques Grüber
---	---	---	---

MANIFESTAÇÕES DA ARTE NOVA – FRANÇA

 Paris: porta de habitação	 Paris: moldura de porta de habitação	 Paris: Cúpula das Galerias Lafayette
---	---	---

MANIFESTAÇÕES DA ARTE NOVA - BARCELONA

- Principal artista: Antoni Gaudi
- Principais obras:
 - Casa Milà;
 - Casa Batlló
 - Sagrada Família;
 - Park Güell
- Características:
 - Linhas ondulantes;
 - Uso do betão;
 - Uso de ferro forjado nas varandas;

ARTE NOVA ESTENDEU-SE ÀS ARTES DECORATIVAS

 ARTES GRÁFICAS (cartazes)	 VITRAIS	 ILUMINAÇÃO
 VASOS	 JOALHARIA	 AZULEIOS

Anexo XII – Plano de Aula de 16 de março**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTEVÃO**

ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ ESTEVÃO

ANO LETIVO: 2021/2022

PLANO DE AULA 11º ANO

História	
Módulo 8	A cultura da Gare
Lição: 121 e 122	Data: 16 de março

Tema:	Objetivos estabelecidos para a aula:
A Arte Nova e o espírito da <i>belle époque</i> .	<p>Caracterizar a arquitetura da Arte Nova em Portugal (Aveiro)</p> <p>Relacionar as aprendizagens com a História regional e local, valorizando o património histórico e cultural existente na região/local onde habita/estuda;</p> <p>Promover a valorização do património material, imaterial, europeu, nacional e regional, numa perspetiva de desenvolvimento da cidadania e preservação da identidade.</p>
Conceitos:	<p>Modernismo;</p> <p>Arte Nova;</p> <p>Património (local);</p> <p>História Local;</p> <p>Preservação e conservação;</p>

Sumário:

A Arte Nova e o Património Local.

Situações de aprendizagem/Metodologia:

Para iniciar a aula será pedido aos alunos que relembrem os conteúdos lecionados na aula anterior, de modo a perceberem se a sua compreensão da matéria lecionada. Visto não haver tempo, antes da aula de campo, para referir a Arte Nova em Portugal, será apenas feita uma breve referência à mesma.

Tendo em conta, os conhecimentos prévios dos alunos acerca da história local e do património local ser-lhes-á perguntado: “O que é a história local?” e “O que é o património local?”. Depois de exploradas as respostas dos alunos, serão fornecidos os conceitos históricos, com o auxílio do PowerPoint.

De seguida, é apresentada a definição de património material e imaterial e será pedido aos alunos que forneçam exemplos, que correspondam aos dois tipos de património. Calculando que as respostas ficarão aquém do esperado será então referido aos alunos, que o património material poderá ser de vários géneros (arqueológico; agrícola; arquitetónico e de construção; artístico; científico e tecnológico; documental e bibliográfico; energético; industrial; natural e de transportes e comunicação). Ser-lhes-á pedido exemplos concretos no nosso país, referentes a cada um dos tipos de património material. Realizar-se-á o mesmo processo para os diferentes tipos de património imaterial (Danças, festas e rituais; Língua e literatura; Gastronomia e Música).

Posteriormente, serão apresentadas as várias organizações de preservação e conservação do património (UNESCO, ICOMOS e Direção Geral do Património Cultural), sendo neste passo referido que o património pode ser património mundial, europeu, nacional e regional.

A segunda parte da aula estará destinada à História e ao património local de Aveiro, especificamente da Arte Nova. Será feita uma contextualização histórica, que permita explicar a introdução da Arte Nova na cidade, de seguida serão exibidos diferentes edifícios, com o propósito de levar os alunos a entender que a Arte Nova em Aveiro não teve um estilo específico, que se possa chamar aveirense, mas que apresenta um conjunto de características comuns.

De seguida, serão referidos os três principais arquitetos da região, alguns edifícios e as suas principais características, para que os alunos, numa próxima aula, possam identificar essas e outras características, tanto na aula de campo, como no trabalho prático.

Terminar-se-á a aula referindo que a Arte Nova se espalhou pelos vários cantos do distrito, desde Ílhavo à Mealhada, escolhendo em particular falar de concelhos de residência dos alunos, para que mais facilmente possam identificar o edifício e partilhar com a turma as suas características.

Recursos:

Manual;

PowerPoint.

Quadro

Avaliação:

Observação direta e envolvimento nas atividades;

Bibliografia

Champigneulle, B. (1984). A arte nova. Lisboa: Editora Verbo.

Falcão, L., & Gomes, A. (s.d.). Guia "Aveiro - Cidade Arte Nova". Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

Hardy, W. (1997). Guia de Arte Nova. Lisboa: Editorial Estampa.

Neves, A. (1942). A "Arte Nova" em Aveiro e o seu distrito. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

Nunes, P. S. (2020). História da Cultura e das Artes. Lisboa: Raiz Editora.

Pinto, A. L., Cambotas, M. C., & Meireles, F. (2020). Ideias e Imagens. Porto: Porto Editora.

Anexo XIII – Guião proposto para a aula de campo
 GOVERNO DE PORTUGAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 E CIÊNCIA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTEVÃO

Avenida 25 de Abril, 3811-901 Aveiro

**GUIÃO PARA A AULA DE CAMPO**

Data:	18 de março;
Local:	Museu de Arte Nova e edifícios junto ao Largo do Rossio
Objetivos proposto para a aula:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicar e consolidar os conhecimentos lecionados nas aulas; ▪ Desenvolver a aprendizagem através da observação e anotação; ▪ Promover o contacto direto com o património histórico-cultural da sua cidade; ▪ Reconhecer que a cidade de Aveiro é um museu de Arte Nova; ▪ Identificar as principais características de Arte Nova, nos edifícios da cidade; ▪ Valorizar o património histórico do local e fomentar a cidadania.

Devido à paz e à estabilidade política que se fazia sentir no final do século XIX, verificou-se um progresso científico e técnico que levou a um novo movimento cultural, intitulado Modernismo, que tinha a Arte Nova como uma das suas expressões artísticas.

A Arte Nova rompeu com as tradições historicistas do academismo para implantar um estilo verdadeiramente novo, aliando as conquistas técnicas e construtivas às elevadas exigências formais e estéticas dos arquitetos.

A Arte Nova chegou também a Aveiro num período de dinamismo económico, sendo o Museu de Arte Nova (Edifício Major Pessoa) o seu maior exemplo. É junto ao Museu, no Largo do Rossio, que se encontra uma panóplia de edifícios deste estilo, que iremos nesta aula analisar.

INSTRUÇÕES:

- Devem respeitar a sinalização das ruas;
- Devem ouvir atentamente a guia no interior do Museu e tirar as devidas anotações;
- Devem ouvir atentamente a explicação da professora e levantar questões oportunas;
- Devem observar todos os edifícios de Arte Nova e anotar e fotografar as suas características;
- Não se esqueçam que nas próximas aulas terão que recriar o edifício que vos foi atribuído, por isso devem tirar o máximo de fotografias possíveis aos seus pormenores;

BOM TRABALHO!

Anexo XIV – Guião proposto para o trabalho escrito



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ ESTEVÃO

Avenida 25 de Abril, 3811-901 Aveiro



GUIÃO PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO

Trabalho Escrito de Pesquisa	
Data de entrega e breve apresentação oral:	25 de março
Áreas de competência:	Descritores de avaliação para o trabalho escrito:
A - Linguagem e texto; B - Informação e comunicação; D - Pensamento crítico e criativo; E - Relacionamento interpessoal; H - Sensibilidade estética e artística; I - Saber científico, técnico e tecnológico;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização de diferentes fontes de informação; ▪ Seleção e organização de informação congruente com o tema; ▪ Articulação do texto e utilização de vocabulário específico da disciplina; ▪ Aplicação de imagens em articulação com o texto; ▪ Dinâmica do funcionamento do grupo; ▪ Estruturação do trabalho: capa, introdução, corpo de desenvolvimento, conclusão e bibliografia; ▪ Cumprimento dos prazos estabelecidos;
	Descritores de avaliação para a apresentação oral:
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação com bom conhecimento e domínio da temática; ▪ Desenvolvimento da exposição oral de forma clara, objetiva e segura; ▪ Cumprimento do tempo estipulado (10 minutos); ▪ Apresenta disponibilidade para esclarecer dúvidas;

Instruções para a realização do trabalho escrito:

1. Sugere-se a divisão de cada grupo em subgrupos que trabalharão a parte teórica e prática, devido a constrangimentos de tempo;
2. Será disponibilizada bibliografia de apoio, da qual devem filtrar e retirar informação, para que possam redigir um texto coerente e por palavras suas;
 - a. Podem consultar outros recursos não incluídos na bibliografia;
3. O trabalho deve apresentar a seguinte estrutura: capa, introdução, corpo de desenvolvimento, conclusão e bibliografia;
4. O corpo do trabalho do trabalho deve ser dividido em:
 - a. Contextualização do estilo de Arte Nova em Aveiro;
 - i. Mencionar o dinamismo económico e os principais responsáveis pela introdução da Arte Nova em Aveiro;

- b. Análise estética e artística do edifício atribuído ao grupo;
 - i. Ano de edificação;
 - ii. Características e diferentes artes decorativas;
 - iii. Arquiteto
- c. Reflexão sobre a importância da preservação do Património Histórico-Cultural;

Instruções para citar bibliografia:

- Livro:
 - Último nome do autor, primeira inicial. (Ano da publicação). *Título do livro*. Informação adicional. Nº da edição, Editora. Cidade da publicação.
 - Ex: Costa, J. (1995). *Caracterização e constituição do Solo*. 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Capítulo de um livro:
 - Último nome do autor, primeira inicial. (Ano da Publicação). Título do Capítulo. *Título do Livro*. Local de edição: Nome da editora, Páginas consultadas
 - Ex: Beckert, Stephen e Centeno, Y. K. (1983). *Viajar na palavra: até onde? A viagem (entre o real e o imaginário)*. Lisboa: Arcádia, 23-43.
- Artigo em revista:
 - Último nome do autor, Primeira inicial. (Ano da publicação). Título do artigo. *Título do Periódico*, Volume: primeira página-última página.
 - Ex: Davies, B. (1982). The role pupils play in the social construction of classroom order. *British Journal of Sociology of Education*, vol.1, pp. 257-278;
- Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutoramento:
 - Último nome do autor, primeira inicial. (Ano da Publicação). Título da Dissertação ou Tese. Tipo de trabalho, Nome da Universidade, Local de edição.
 - Ex: Conde, Elsa. (2003). *A integração das tecnologias de informação e comunicação na biblioteca escolar*. Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.

Anexo XV – Lista Bibliográfica

BIBLIOGRAFIA PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO:

Livros:

- Tema geral:
 - Champigneulle, B. (1984). *A arte nova*. Lisboa: Editora Verbo.
 - França, J. A. (2004). *História da Arte em Portugal - O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: Editorial Presença.
 - Hardy, W. (1997). *Guia de Arte Nova*. Lisboa : Editorial Estampa.
- Tema específico:
 - Falcão, L., & Gomes, A. (s.d.). *Guia "Aveiro - Cidade Arte Nova"*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
 - Lourenço, A. V. (2008). *Aveiro Arte Nova: estratégias concentradas de desenvolvimento museológico e turístico-cultural*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
 - Oliveira, N. (1966). “*Arquitecturas marcantes da região de Aveiro na viragem do século: que futuro para o património construído na região de Aveiro?*”. Dissertação de mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural. Coimbra: Universidade de Coimbra.
 - Neves, A. (1997). *A "Arte Nova" em Aveiro e o seu distrito*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
 - Neves, A. (1997). *Da Arte Nova em Aveiro - O porquê da diversidade do "estilo"*. Aveiro: FEDRAVE.

Documentação em formato digital:

- Câmara Municipal de Aveiro. (s.d.). Brochura Arte Nova.
 - Link: [brochura-aveiro_web\(accessibleportugal.com\)](http://brochura-aveiro_web(accessibleportugal.com))
- Vieira, Filipa Marques. (2015). *Novo roteiro para a Arte Nova em Aveiro e Ílhavo: proposta de uma aplicação mobile*. (2015). Dissertação de Mestrado em Design. Aveiro: Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.
 - Link: <http://hdl.handle.net/10773/16071>
- Oliveira, C., Varum, H., & Guerreiro, L. (s.d.). *Arte Nova em Aveiro e a sua relação com o adobe*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
 - Link: [I_100.pdf\(ua.pt\)](#)